

(doc. ____)

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

2. - Prestação de Contas 2020:

- a) - Câmara Municipal de Abrantes;
- b) - Serviços Municipalizados de Abrantes

Deliberação: Considerando o disposto na alínea l) do nº 2, e do nº 3 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e do nº 1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **aprovar** os **documentos de Prestação de Contas do exercício 2020, que incluem os dos SMA - Serviços Municipalizados de Abrantes, integralmente elaborados nos termos do Sistema de Normalização Contabilística - Administração Pública integrando as declarações do nº3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei nº 22/2015, de 17 de março.**

Mais delibera **aprovar a** aplicação de Resultados do Exercício 2020, quer do Município de Abrantes quer dos Serviços Municipalizados de Abrantes, conforme proposta da Câmara Municipal.

Votação:

- a) - Câmara Municipal de Abrantes - Aprovado por maioria com 6 abstenções (2 CDS + 2 PSD + 1 P.J. A. Matos e Souto + 1 P.J. Rio Norinhos).
- b) - Serviços Municipalizados de Abrantes - Aprovado por maioria com 5 abstenções (2 PSD + 2 CDS + 1 P.J. A. Matos e Souto).

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

3. - Prestação de Contas Consolidadas relativas ao ano 2020;

Deliberação: Considerando o disposto na alínea I) do nº 2, e do nº 3 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e dos nºs 2 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos desta, delibera **aprovar** os documentos de **Prestação de Contas Consolidadas relativas ao ano de 2020**, integralmente elaborados nos termos do SNC-AP, nomeadamente, das NCP 22 e NCP 26.

Votação: Aprovado por maioria com 4 abstenções (2 PSD + 2 PSD),

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

Iº Secretário



Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

(doc. ____)

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

4. - 1^a Revisão Orçamental (alteração orçamental modificativa), aos documentos previsionais de 2021 – Serviços Municipalizados de Abrantes

Deliberação: Considerando o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar a 1^a Revisão Orçamental (alteração orçamental modificativa), aos documentos previsionais de 2021 – Serviços Municipalizados de Abrantes.**

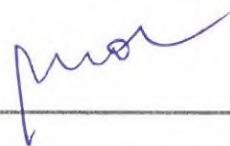
Votação: Aprovado por maioria com 2 abstenções na CDU,

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor
1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



(doc. ____)

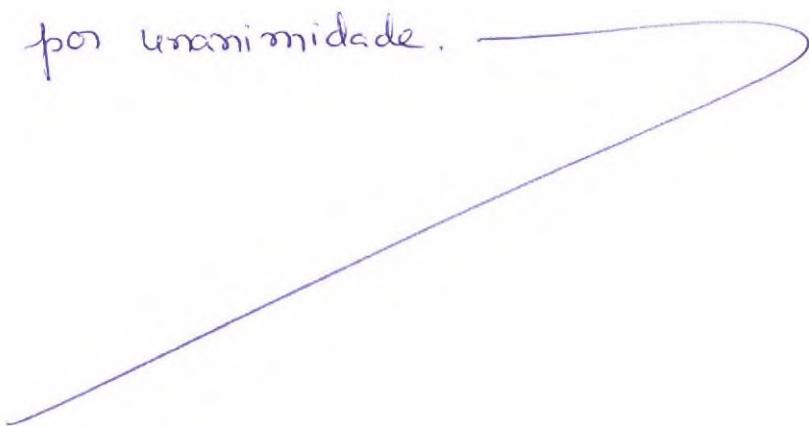
Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

5. - Autorização da despesa no montante de 5.566,00€ (cinco mil quinhentos e sessenta e seis euros) para aquisição de cal branca, para fornecimento às juntas de freguesia do Concelho, no âmbito da Campanha da Cal 2021

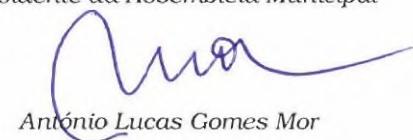
Deliberação: Considerando o disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **autorizar a despesa no montante de 5.566,00€ (cinco mil quinhentos e sessenta e seis euros) para aquisição de cal branca, para fornecimento às juntas de freguesia do Concelho, no âmbito da Campanha da Cal 2021**, conforme documento anexo.

Votação: Aprovado por unanimidade.



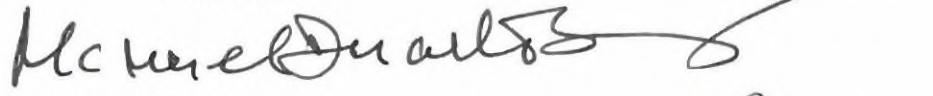
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal



António Lucas Gomes Mor

1º Secretário



Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/2

de todos os profissionais do Município, do excelente trabalho que vão realizando quer na Câmara Municipal quer nos Serviços Municipalizados e é um motivo de orgulho. Agradeceu a todos os profissionais do Município, em especial à Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, Dr.ª Ana Neves e ao Chefe da Divisão Administrativa e Financeira dos Serviços Municipalizados, Dr. Luís Salgueiro o empenho em todo este processo.

■■

DF - Nº 02 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 10 de maio de 2021, no seguimento do pedido do GAP - Gabinete de Apoio à Presidência, remete para aprovação, despesa, no montante de 5.566,00€ (cinco mil quinhentos e sessenta e seis euros), para aquisição de cal branca para a Campanha da Cal 2021, a distribuir pelas freguesias do concelho, nos seguintes termos: Abrantes e Alferrarede (5.000kg); Alvega e Concavada (1.500 kg); Mouriscas (1.500 kg), S. Facundo e Vale das Mós (3.000 kg), Aldeia do Mato e Souto (700kg); Bemposta (3.500kg); Carvalhal (200kg); Fontes (200kg); Martinchel (550kg); Pego (250kg); Rio Moinhos (800kg); S. Miguel e Rossio (1.500kg) e Tramagal (750kg). – PG 729472

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 5.566,00€ (cinco mil quinhentos e sessenta e seis euros), para aquisição de cal branca, para fornecimento às juntas de freguesia, no âmbito da Campanha da Cal 2021, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 10 de maio de 2021.

Remeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

■■

DF - Nº 03 - Proposta de Deliberação do Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 10 de maio de 2021, no seguimento do pedido da DDJA - Desporto, remete para aprovação, despesa, no montante de 2.000,00€ (dois mil euros), para atribuição de apoio à Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno no âmbito da realização PT Tour #1 - Laser Run, a ter lugar no Aquapolis Margem Norte no dia 16 de maio de 2021. – PG 746982

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa no montante de 2.000,00€ (dois mil euros), para atribuição de apoio à Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno no âmbito da realização PT Tour #1 - Laser Run, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 10 de maio de 2021.

(doc. ____)

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

6. – Estratégia Local de Habitação do Concelho de Abrantes

Deliberação: Considerando o disposto na alínea h) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, delibera **aprovar** a **Estratégia Local de Habitação do Concelho de Abrantes**, conforme documento anexo.

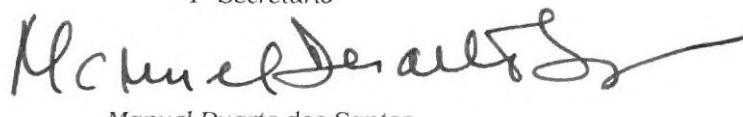
Votação: Aprovado por maioria com 2 votos contra do BE e 2 abstenções da PSD.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal


António Lucas Gomes Mor

1º Secretário


Manuel Duarte dos Santos

09/11/56

Estratégia Local de Habitação do Concelho de Abrantes

Mário

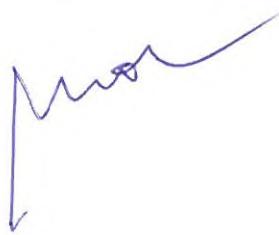


Wes

Maio | 2021

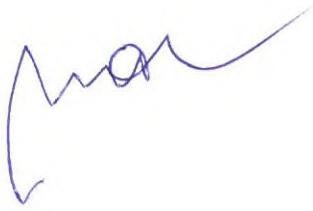
ImproveConsult
Consultoria e Estudos

PL-3/56



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
A. ESTRUTURA E DINÂMICA DE CRESCIMENTO DA PROCURA DE HABITAÇÃO	3
A.1. QUADRO DEMOGRÁFICO GLOBAL	3
A.2. PERFIL SOCIOECONÓMICO DA POPULAÇÃO	7
A.3. MORFOLOGIA DOS AGREGADOS FAMILIARES	12
A.4. MODALIDADES DE ACESSO À HABITAÇÃO	15
A.5. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E CONFORTO DOS ALOJAMENTOS	19
B. ESTRUTURA E DINÂMICA DE CRESCIMENTO DA OFERTA DE HABITAÇÃO	23
B.1. PERFIL E EVOLUÇÃO RECENTE DO PARQUE EDIFICADO	23
B.2. PERFIL E EVOLUÇÃO RECENTE DO PARQUE DE ALOJAMENTOS	28
B.3. PREÇOS DE TRANSAÇÃO E ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS	31
B.4. PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL	35
C. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO.....	37
C.1. SISTEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA	37
C.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	38
C.3. MEDIDAS DE POLÍTICA MUNICIPAL	40
C.4. PROGRAMAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE SOLUÇÕES HABITACIONAIS	45
C.5. ENQUADRAMENTO NOS PRINCÍPIOS DO PROGRAMA 1º DIREITO	47



INTRODUÇÃO

Este documento explicita a Estratégia Local de Habitação [ELH] do Concelho de Abrantes, materializando o conjunto de opções de política de habitação preconizadas pelo Município para enquadrar a sua intervenção neste domínio ao longo do período 2021-2026. Para além desta dimensão mais abrangente, a presente ELH corporiza também o enquadramento fundamental para a posterior apresentação de candidaturas aos recursos de financiamento disponibilizados no quadro do Programa 1º Direito, de iniciativa governamental, bem como aos restantes instrumentos consagrados na designada 'Nova Geração de Políticas de Habitação'.

Do ponto de vista da estrutura de conteúdos, este documento contempla três Partes principais:

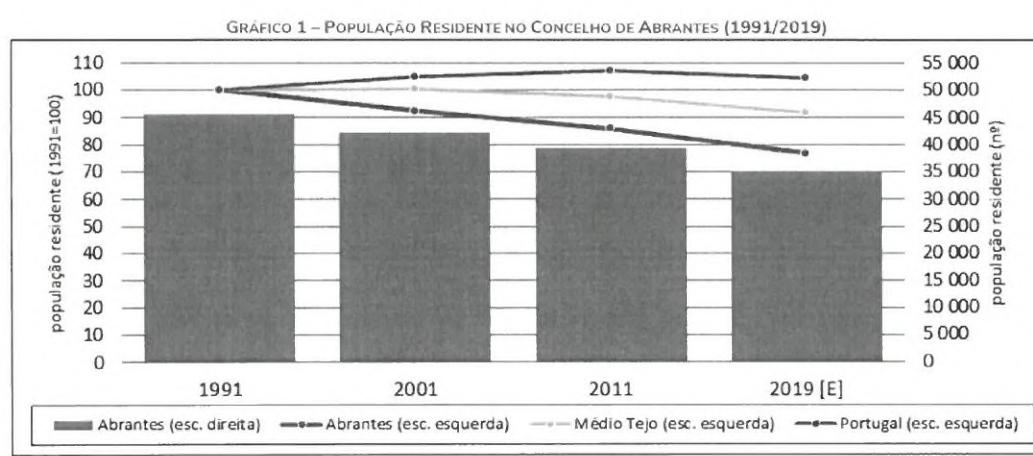
- a Parte A agrega os elementos de caracterização relativos à estrutura e dinâmica de crescimento da procura de habitação no concelho de Abrantes, abordando os aspetos relativos ao quadro demográfico global (Capítulo A.1), perfil socioeconómico da população (Capítulo A.2), morfologia dos agregados familiares (Capítulo A.3), modalidades de acesso à habitação (Capítulo A.4) e condições de habitabilidade e conforto dos alojamentos (Capítulo A.5);
- a Parte B agrega os elementos de caracterização relativos à estrutura e dinâmica de crescimento da oferta de habitação no concelho de Abrantes, abordando os aspetos relativos ao perfil e evolução recente do parque edificado (Capítulo B.1), perfil e evolução recente do parque de alojamentos (Capítulo B.2), preços de transação e arrendamento de imóveis (Capítulo B.3) e parque de habitação social (B.4);
- a Parte C agrega os elementos de explicitação das opções estratégicas e programáticas da ELH do Concelho de Abrantes, procedendo à sistematização da situação de partida (Capítulo C.1), à identificação dos Objetivos Estratégicos (Capítulo C.2), das Medidas de Política Municipal (Capítulo C.3) e da programação e priorização das soluções habitacionais preconizadas (Capítulo C.4), concluindo com a demonstração da sua articulação com os princípios do Programa 1º Direito (Capítulo C.5).



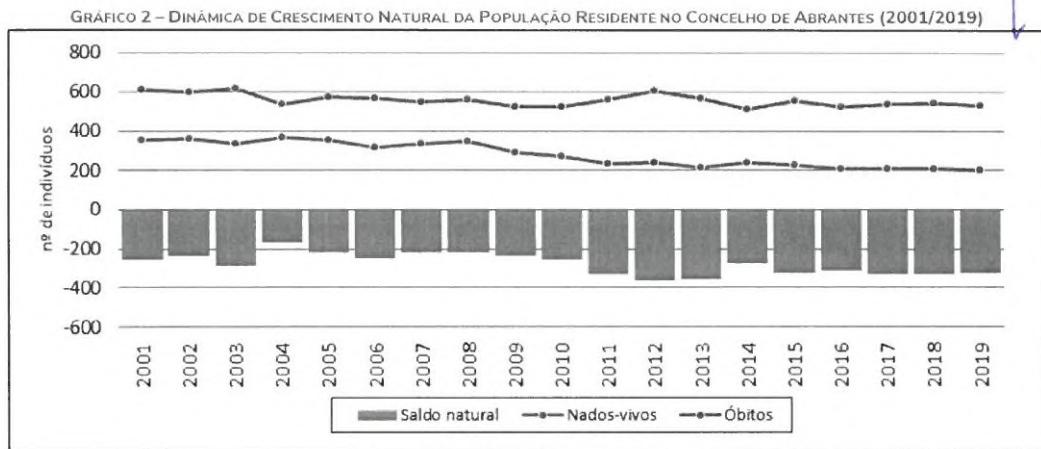
A. ESTRUTURA E DINÂMICA DE CRESCIMENTO DA PROCURA DE HABITAÇÃO

A.1. QUADRO DEMOGRÁFICO GLOBAL

As estimativas mais recentes do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a população residente no concelho de Abrantes em 2019 se situe em cerca de 35.130 habitantes, traduzindo um decréscimo de -11% face aos 39.325 habitantes recenseados em 2011 e prolongando a trajetória de perda já observada nas décadas anteriores (Gráfico 1). Apesar de esta ser uma tendência generalizável ao território do Médio Tejo e, mais recentemente, ao conjunto do país, constata-se que a mesma tem assumido uma expressão mais persistente e intensa no concelho de Abrantes.



A análise da dinâmica de crescimento natural/fisiológico no concelho de Abrantes mostra de forma muito clara que o período 2001-2019 foi todo ele marcado pela existência de um volume de óbitos claramente superior ao volume de nascimentos (nados-vivos) entre a população residente, acumulando em consequência um saldo fortemente deficitário (Gráfico 2). De acordo com os cálculos efetuados, é a esta dinâmica que se deve o essencial da perda demográfica apurada para o período em estudo, uma vez que a taxa de crescimento natural terá sido de -6% em 2001-2011 e de -7% em 2011-2019; contudo, é igualmente de assinalar a existência de um balanço migratório negativo nesse período (estimado em -1% em 2001-2011 e -3% em 2011-2019), o qual contribuiu para ampliar a espiral de declínio demográfico induzida pelo saldo fisiológico.



A decomposição desta dinâmica evolutiva por escalões etários permite constatar que a dificuldade de retenção dos segmentos mais jovens da população em idade ativa constitui objetivamente o principal problema para a sustentabilidade demográfica do concelho de Abrantes, bem patente na perda de 40% da população com 15-34 anos entre 2001 e 2019 e, cumulativamente, sobre o segmento com 0-14 anos (-31%) (Quadro 1). Em contrapartida, verifica-se que existe um crescimento ligeiro nos escalões com idade igual ou superior a 50 anos (+4% entre 2001 e 2019), o qual poderá indicar alguma relevância de fenómenos de retorno de ex-residentes na fase final da vida ativa ou já em situação de reforma. Globalmente, pode dizer-se que é a conjugação destas duas trajetórias de sentido contrário que explica a intensificação do processo de (duplo) envelhecimento demográfico no concelho de Abrantes, materializado tanto por via do aumento do peso da população com 50 e mais anos de idade no conjunto da população (de 42% para 52% entre 2001 e 2019) como da diminuição do peso da população com menos de 35 anos nesse universo (de 38% para 29% entre 2001 e 2019).

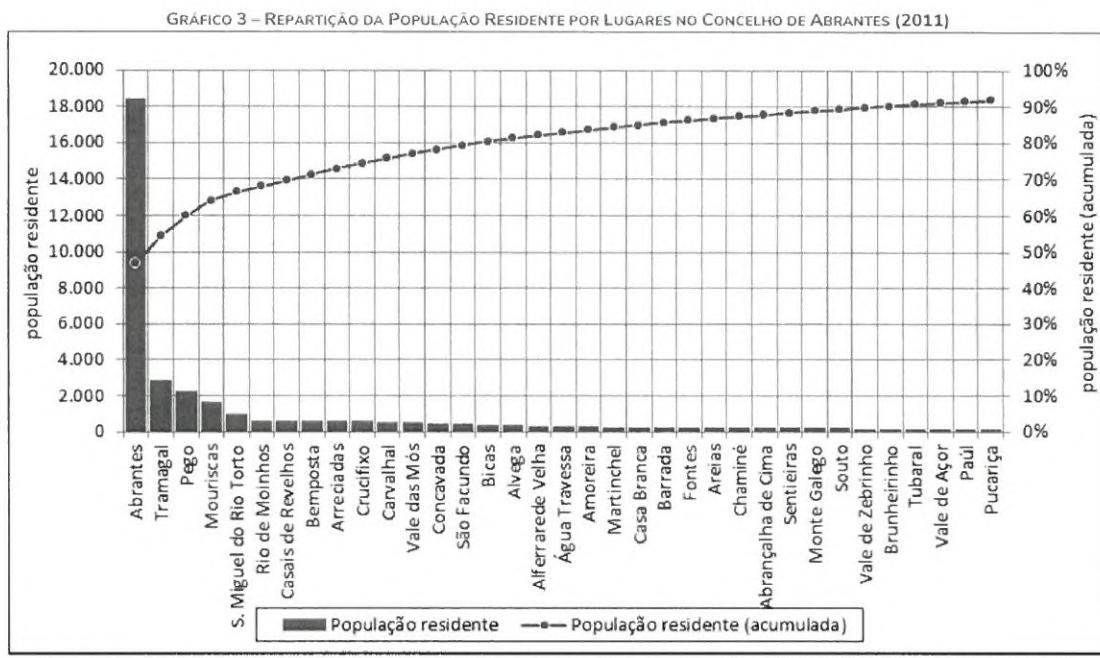
QUADRO 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ABRANTES POR ESCALÃO ETÁRIO (2001/2019)

Escalão Etário	2001		2011		2019 [E]		Δ 2001/2011		Δ 2011/2019		Δ 2001/2019	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0-14 anos	5 443	12,9	4 947	12,6	3 775	10,7	-496	-9,1	-1 172	-23,7	-1 668	-30,6
15-24 anos	5 141	12,2	3 510	8,9	3 331	9,5	-1 631	-31,7	-179	-5,1	-1 810	-35,2
25-34 anos	5 513	13,1	4 408	11,2	3 050	8,7	-1 105	-20,0	-1 358	-30,8	-2 463	-44,7
35-49 anos	8 582	20,3	8 084	20,6	6 771	19,3	-498	-5,8	-1 313	-16,2	-1 811	-21,1
50-64 anos	7 548	17,9	8 132	20,7	8 018	22,8	584	7,7	-114	-1,4	470	6,2
65-74 anos	5 543	13,1	4 704	12,0	4 686	13,3	-839	-15,1	-18	-0,4	-857	-15,5
75 e + anos	4 465	10,6	5 540	14,1	5 499	15,7	1 075	24,1	-41	-0,7	1 034	23,2
Total	42 235	100,0	39 325	100,0	35 130	100,0	-2 910	-6,9	-4 195	-10,7	-7 105	-16,8

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A territorialização dos elementos apresentados constitui igualmente uma dimensão de análise de enorme pertinência, dada a forte heterogeneidade interna que caracteriza o concelho. A este respeito, o traço marcante do modelo territorial do concelho assenta na assinalável concentração espacial da população residente na cidade de Abrantes, a qual albergava em 2011 quase metade (47%) do seu efetivo demográfico (Gráfico 3). Esta concentração observa-se também ao nível do padrão de repartição espacial das atividades (económicas e não-económicas), realçando a

centralidade da cidade no contexto local e (sub-)regional em termos funcionais e enquanto polo empregador.



Para além da cidade, que possui uma dimensão equiparável à dos principais centros urbanos do Médio Tejo (designadamente Tomar, Torres Novas e Entroncamento), verifica-se que os demais aglomerados que integram a rede de lugares do concelho apresentam uma dimensão demográfica muito reduzida, distinguindo-se dois grupos principais no seio deste universo de aglomerados:

- o primeiro destes grupos engloba os aglomerados urbanos do Tramagal (2.875 habitantes), do Pego (2.233 habitantes) e das Mouriscas (1.684 habitantes), os quais se diferenciam por via de uma maior massa crítica em termos demográficos e, nos dois primeiros casos, também pelo volume de emprego (sobretudo industrial) que concentram;
- o segundo grupo, por seu turno, congrega a generalidade dos restantes aglomerados, os quais, sem prejuízo das suas diferenças, se caracterizam fundamentalmente pela exiguidade do respetivo efetivo demográfico (tipicamente abaixo dos 500 habitantes).

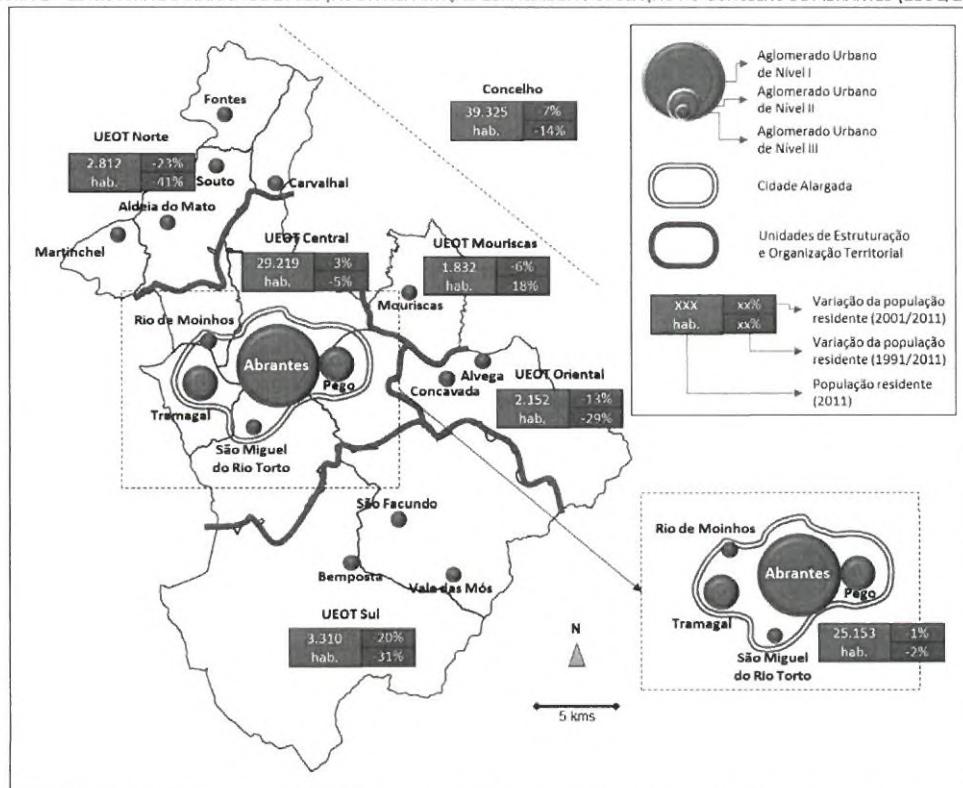
A leitura dinâmica desta realidade permite constatar que tanto a crescente concentração de população na cidade de Abrantes como o continuado despovoamento do restante território do concelho (com expressão em praticamente todos os aglomerados, incluindo os de maior dimensão) correspondem a tendências pesadas com caráter estrutural (Quadro 2 e Figura 1). É de assinalar, no caso particular da cidade de Abrantes, que o seu acrescido protagonismo enquanto espaço de concentração demográfica tem estado sustentado num crescimento absoluto e continuado do seu efetivo populacional demográfico (+3% no período 2001/2011 e +9% em 1991/2011).

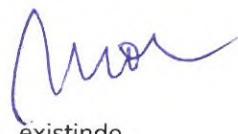
QUADRO 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESCALÃO ETÁRIO NAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FREGUESIAS DO CONCELHO DE ABRANTES (2001/2011)

Freguesias/Unões de Freguesias	0-24 anos			25-64 anos			65 e + anos			Total		
	2011		△	2011		△	2011		△	2011		△
	nº	%		nº	%	%	nº	%	%	nº	%	%
UEOT Central	6 789	23,2	-13,4	15 757	53,9	-1,4	6 673	22,8	7,5	29 219	100,0	-2,7
Abrantes e Alferrarede [UF]	4 445	25,8	-6,4	9 632	56,0	8,1	3 128	18,2	15,0	17 205	100,0	5,0
Pego	463	19,0	-15,0	1 290	53,1	-6,6	678	27,9	5,3	2 431	100,0	-5,4
Rio de Moinhos	251	20,9	-27,2	611	50,8	-10,4	340	28,3	-5,8	1 202	100,0	-13,4
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo [UF]	996	20,4	-24,4	2 444	50,1	-15,1	1 441	29,5	-0,7	4 881	100,0	-13,6
Tramagal	634	18,1	-28,0	1 780	50,9	-16,4	1 086	31,0	5,1	3 500	100,0	-13,4
UEOT Norte	406	14,4	-49,6	1 353	48,1	-19,9	1 053	37,4	-10,0	2 812	100,0	-23,3
Aldeia do Mato e Souto [UF]	109	12,7	-44,9	365	42,5	-27,9	385	44,8	-9,0	859	100,0	-23,8
Carvalhal	98	13,6	-58,8	374	51,8	-21,3	250	34,6	-14,7	722	100,0	-28,2
Fontes	101	16,1	-51,2	303	48,3	-19,0	223	35,6	-6,3	627	100,0	-23,4
Martinchel	98	16,2	-39,9	311	51,5	-6,9	195	32,3	-9,7	604	100,0	-15,3
UEOT Mouriscas	312	17,0	-20,6	758	41,4	-6,0	762	41,6	2,0	1 832	100,0	-5,9
Mouriscas	312	17,0	-20,6	758	41,4	-6,0	762	41,6	2,0	1 832	100,0	-5,9
UEOT Sul	516	15,6	-42,2	1 680	50,8	-17,2	1 114	33,7	-7,9	3 310	100,0	-19,9
Bemposta	288	16,0	-48,5	934	52,0	-17,5	573	31,9	2,1	1 795	100,0	-20,3
S. Facundo e Vale das Mós [UF]	228	15,0	-31,7	746	49,2	-16,8	541	35,7	-16,6	1 515	100,0	-19,4
UEOT Oriental	434	20,2	-33,8	1 076	50,0	-5,2	642	29,8	-4,5	2 152	100,0	-12,6
Alvega e Concavada [UF]	434	20,2	-33,8	1 076	50,0	-5,2	642	29,8	-4,5	2 152	100,0	-12,6
Total	8 457	21,5	-20,1	20 624	52,4	-4,7	10 244	26,0	2,4	39 325	100,0	-6,9

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

FIGURA 1 – ESTRUTURA E DINÂMICA DE EVOLUÇÃO DA REPARTIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE ABRANTES (1991/2011)





Esta heterogeneidade está igualmente patente na composição etária da população, existindo diferenças muito expressivas entre a Unidade de Estruturação e Organização Territorial [UEOT] Central (onde se insere a cidade de Abrantes e os aglomerados urbanos do Tramagal e do Pego) e as restantes UEOT do concelho. Com efeito, os dados disponíveis para 2011 mostram que o peso relativo da população idosa (i.e. com 65 e mais anos de idade) nos territórios de matriz menos urbanizada é substancialmente superior ao observado na UEOT Central, sendo também nesta última que o peso relativo da população jovem (i.e. com menos de 25 anos de idade) se apresenta mais expressivo. É de notar, a este respeito, que 80% da população jovem do concelho está concentrada na UEOT Central, dos quais 53% na União de Freguesias de Abrantes e Alferrarede.

A.2. PERFIL SOCIOECONÓMICO DA POPULAÇÃO

A população residente (com idade igual ou superior a 15 anos) no concelho de Abrantes apresentava em 2011 uma taxa global de atividade de 49%, praticamente igual à média regional do Médio Tejo (50%) mas claramente abaixo dos 56% registados para o conjunto do país (Quadro 3). Em termos mais detalhados, é possível constatar:

- um diferencial ainda muito expressivo no grau de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho (54% e 43%, respetivamente), sobretudo nos escalões etários mais elevados, refletindo um padrão estruturalmente mais próximo da realidade regional do que da realidade nacional (onde o diferencial em apreço é menos vincado);
- uma reduzida taxa de atividade da população com 15-24 anos (34%, contra 34% e 38% a nível regional e nacional, respetivamente), explicada em boa medida pela condição estudantil de grande parte deste segmento da população (57% do total, contra 58% a nível sub-regional e 54% a nível nacional);
- uma permanência mais curta no mercado de trabalho por parte da população com 50-64 anos (49%, contra 59% e 58% a nível sub-regional e nacional, respetivamente), especialmente no caso do sexo feminino, tornando-se praticamente residual para os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos (2% do total).

QUADRO 3 – TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE NO CONCELHO DE ABRANTES POR SEXO E ESCALÃO ETÁRIO (2011)

Escalão Etário	Abrantes			Médio Tejo			Portugal		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
15-24 anos	34,6%	33,4%	34,0%	37,3%	30,9%	34,2%	37,6%	36,0%	37,6%
25-34 anos	90,9%	86,5%	88,8%	89,2%	84,6%	87,0%	89,5%	88,1%	89,5%
35-49 anos	90,1%	82,4%	86,3%	90,6%	82,9%	86,8%	87,2%	83,1%	87,2%
50-64 anos	60,8%	47,6%	54,0%	66,1%	52,8%	59,5%	57,9%	50,5%	57,9%
65 e + anos	3,7%	1,3%	2,3%	4,7%	1,4%	2,8%	3,5%	2,0%	3,5%
Total	54,4%	43,3%	48,6%	56,5%	44,4%	50,3%	55,9%	51,0%	55,9%

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

No caso da população ativa, onde é especialmente relevante a distinção entre ativos empregados e desempregados, verifica-se que a taxa de desemprego apurada em 2011 (i.e. em pleno período de crise económica) era de 13,6%, ou seja, pouco acima dos 13,2% apurados a nível nacional mas claramente mais expressivo que os 11,6% registados no Médio Tejo. Considerando o escalão etário da população ativa residente em Abrantes, pode verificar-se que a incidência do fenómeno do desemprego foi particularmente expressiva junto dos ativos mais jovens (i.e. com idade inferior a 35



anos), situação que assumiu uma intensidade especialmente elevada no concelho face ao observado aos níveis nacional e, sobretudo, regional (Quadro 4).

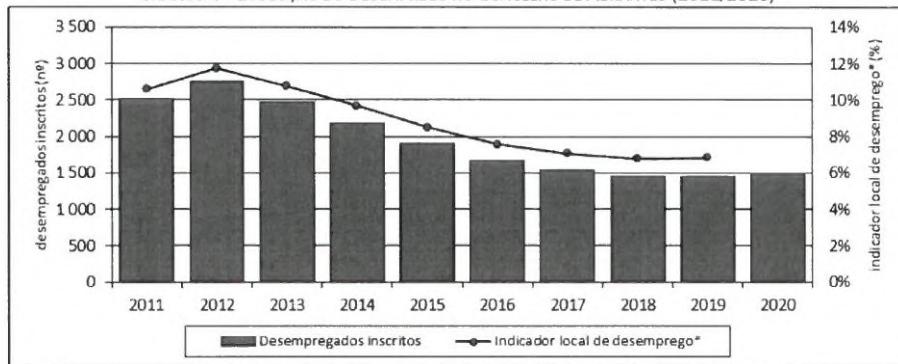
QUADRO 4 – TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO ATIVA RESIDENTE NO CONCELHO DE ABRANTES POR SEXO E ESCALÃO ETÁRIO (2011)

Escalão Etário	Abrantes			Médio Tejo			Portugal		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
15-24 anos	31,4%	30,8%	31,1%	23,6%	27,8%	25,5%	26,8%	29,2%	27,9%
25-34 anos	12,9%	17,1%	14,9%	10,1%	12,8%	11,4%	11,7%	13,1%	12,4%
35-49 anos	10,6%	11,8%	11,1%	7,7%	9,4%	8,5%	10,2%	11,8%	11,0%
50-64 anos	12,8%	11,3%	12,1%	9,5%	9,3%	9,4%	13,1%	13,3%	13,2%
65 e + anos	0,0%	1,3%	0,4%	0,2%	0,5%	0,3%	0,2%	0,7%	0,4%
Total	13,0%	14,2%	13,6%	9,9%	11,6%	10,7%	12,6%	13,8%	13,2%

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

A análise de dados mais recentes relativos ao desemprego, tomando como referência o desemprego registado no Instituto de Emprego e Formação Profissional [IEFP], permitem constatar uma redução muito substancial do número de desempregados inscritos entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2020 (-41%), trajetória que, ainda assim, foi pontuada por picos de crescimento em 2012-2013 e em 2015 (Gráfico 4). Enquanto proxy da taxa de desemprego, deve referir-se que o indicador local de desemprego acompanhou essa trajetória, tendo registado uma diminuição de 10,6% para 6,9% entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2019.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NO CONCELHO DE ABRANTES (2011/2020)



* N.º DE DESEMPREGADOS REGISTRADOS / POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15-64 ANOS * 100

FONTE: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

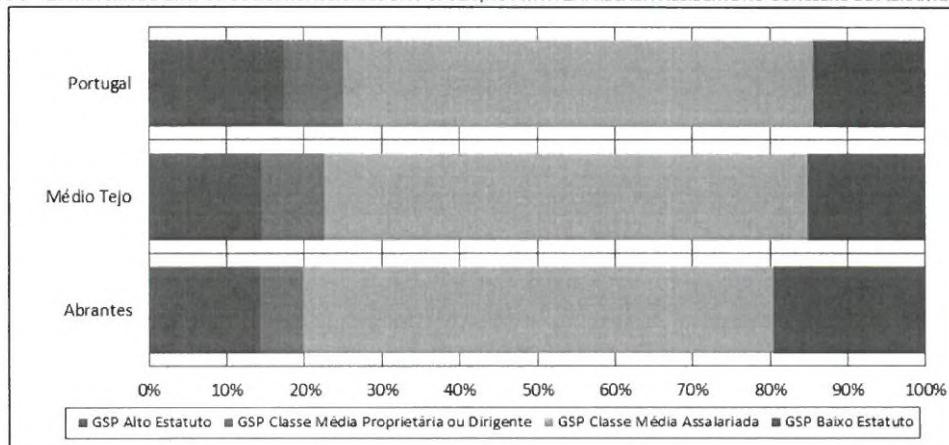
Ainda no que respeita à população ativa, e no que especificamente concerne aos ativos em situação de emprego (que representavam, recorde-se, 86% da população ativa total), vale também a pena ensaiar um exercício de tipificação socioeconómica baseado na respetiva estrutura de profissões. Neste âmbito, e tendo como referência abordagens metodológicas testadas noutros estudos¹, os resultados obtidos para 2011 no concelho de Abrantes permite concluir pela existência de uma sobre-representação do grupo socioprofissional [GSP] com posicionamento mais baixo na hierarquia considerada relativamente à realidade regional e nacional (Gráfico 5). De forma mais detalhada, e sem prejuízo das limitações próprias desta abordagem, pode verificar-se que:

¹ Veja-se, em especial, J.SEIXAS (Coord.), **Diagnóstico Sócio-Urbanístico da Cidade de Lisboa**, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2004, com realce para a Nota Metodológica C1.

MAR

- o GSP de 'Alto Estatuto' representa 14% da população ativa empregada (contra 15% no Médio Tejo e 17% no conjunto do país); este GSP agrupa 'Empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas', 'Empresários da indústria, comércio e serviços', 'Profissionais intelectuais e científicos independentes', 'Diretores e quadros dirigentes do Estado e das empresas' e 'Quadros intelectuais e científicos';
- o GSP 'Classe Média Proprietária ou Dirigente' representa 6% da população ativa empregada (contra os 8% apurados para o Médio Tejo e para o conjunto do país); este GSP agrupa 'Pequenos patrões com profissões intelectuais e científicas', 'Pequenos patrões com profissões técnicas intermédias', 'Pequenos patrões da indústria', 'Pequenos patrões do comércio e serviços', 'Empresários do setor primário', 'Pequenos patrões do setor primário' e 'Dirigentes de pequenas empresas e organizações';
- o GSP 'Classe Média Assalariada', que constitui o grupo mais expressivo em todos os referenciais territoriais considerados, representa 61% da população ativa empregada (contra 62% no Médio Tejo e 61% a nível nacional); este GSP agrupa 'Profissionais técnicos intermédios independentes', 'Trabalhadores industriais e artesanais independentes', 'Prestadores de serviços e comerciantes independentes', 'Trabalhadores independentes do setor primário', 'Quadros técnicos intermédios', 'Quadros administrativos intermédios', 'Empregados administrativos, do comércio e dos serviços' e 'Operários qualificados e semi-qualificados';
- o GSP de 'Baixo Estatuto' representa 20% da população ativa empregada (valor superior aos 14% e 15% apurados, respetivamente, para o conjunto do país e do Médio Tejo); este GSP agrupa 'Assalariados do sector primário', 'Trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços não qualificados', 'Operários não qualificados' e 'Trabalhadores não qualificados do sector primário'.

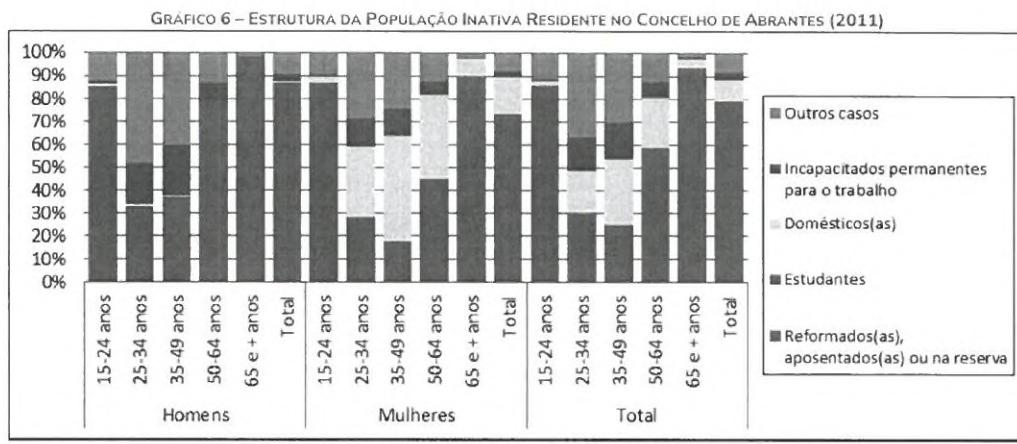
GRAFICO 5 – ESTRUTURA DE GRUPOS SOCIOPROFISSIONAIS DA POPULAÇÃO ATIVA EMPREGADA RESIDENTE NO CONCELHO DE ABRANTES (2011)



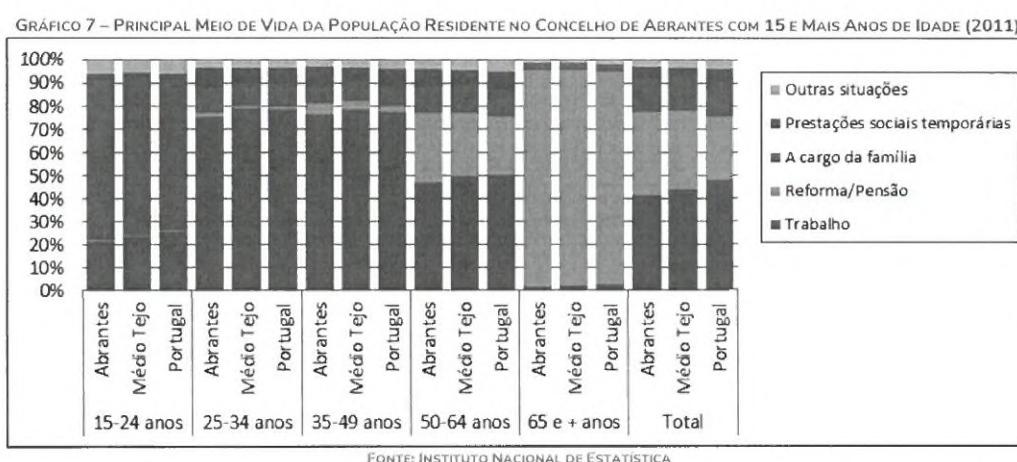
FONTE: ANÁLISE PRÓPRIA COM BASE EM INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Relativamente à população inativa, que em 2011 agregava 51% dos residentes com idade igual ou superior a 15 anos no concelho de Abrantes, interessa destacar a clara preponderância dos indivíduos em situação de reforma/aposentação (69% do total) e a sua natural concentração nos escalões etários mais avançados (vd. Gráfico 6). Para além do peso detido pelos estudantes, predominantemente concentrados no escalão 15-24 anos, merece também especial referência o

caso específico dos indivíduos que se auto-classificam como doméstico(as), que representam 10% da população inativa e pertencem quase exclusivamente ao sexo feminino (97% do total).



Por último, importa proceder à análise das fontes e dos níveis de rendimento da população residente no concelho de Abrantes. No primeiro caso, constata-se que o trabalho e a reforma/pensão correspondiam em 2011 às principais fontes a partir dos quais a população residente em Abrantes com 15 e mais anos de idade retirava os meios financeiros e/ou em género para a sua subsistência (com 42% e 36% do total, respetivamente) (Gráfico 7). A principal diferenciação identificada faz-se entre os grupos etários extremos do universo populacional em apreço, com a maior parte da população mais jovem (i.e. com 15-24 anos) a depender principalmente da família e a quase totalidade da população mais idosa (i.e. com 65 e mais anos) a depender principalmente da reforma/pensão.



No que respeita aos níveis de rendimento, aferidos pelo rendimento bruto declarado [RBD] em 2018 pelos agregados fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento [IRS], a realidade local caracterizava-se pelo menor valor médio do RBD por agregado fiscal e por sujeito passivo face ao

Mas

conjunto do país (Quadro 5). De acordo com os dados disponíveis, o RBD médio por agregado fiscal nesse ano era de 16.598€ e o RBD médio por sujeito passivo era 11.613€, valores que, sendo inferiores em cerca de 10% face à média nacional, representam um rendimento bruto mensal equivalente a 1.185€/agregado fiscal e a 830€/sujeito passivo (considerando 14 prestações anuais).

Para além destes valores médios, é importante realçar que 58% dos agregados fiscais residentes no concelho de Abrantes possuíam um RBD inferior a 13.500€ (contra 56% a nível nacional), dos quais 41% com RBD abaixo dos 10.000€; em contrapartida, o peso dos agregados fiscais cujo RBD era igual ou superior a 19.000€ não ia além dos 27% do total (contra 30% a nível nacional), dos quais 11% com RBD igual ou superior a 32.500€ (contra 13% a nível nacional).

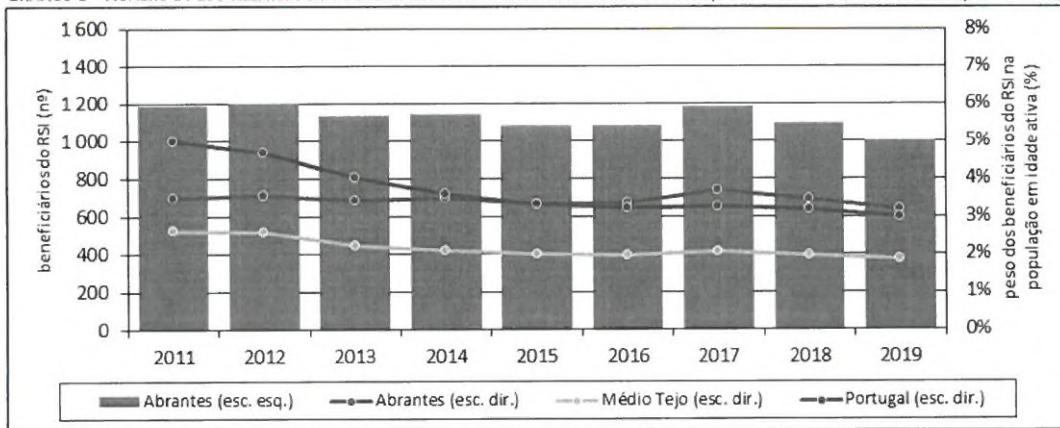
QUADRO 5 – RENDIMENTO BRUTO DECLARADO PELOS AGREGADOS FISCAIS RESIDENTES NO CONCELHO DE ABRANTES (2018)

Variável/Indicador	Unidade	Abrantes		Médio Tejo		Portugal valor
		valor	PT=100	valor	PT=100	
Agregados fiscais	nº	17 669	0,3	114 608	2,2	5 225 177
Sujeitos passivos	nº	25 254	0,3	163 462	2,2	7 332 424
Rendimento bruto declarado [RBD]	1.000 €	293 278	0,3	1 872 568	2,0	95 438 477
RBD médio por agregado fiscal	€	16 598	90,9	16 339	89,5	18 265
RBD médio por sujeito passivo	€	11 613	89,2	11 456	88,0	13 016
Agregados fiscais por escalação de RBD	< 5.000€	%	9,5	78,7	10,6	88,3
	[5.000€ - 10.000€ [%	31,1	108,6	30,6	107,1
	[10.000€ - 13.500€ [%	17,5	114,6	16,8	110,2
	[13.500€ - 19.000€ [%	15,0	104,8	14,8	103,5
	[19.000€ - 32.500€ [%	16,2	96,4	16,8	100,5
	≥ 32.500€	%	10,8	83,2	10,3	78,9
Quintis do RBD por agregado fiscal	1º quintil	€	7 339	105,9	7 088	102,3
	2º quintil	€	9 921	100,4	9 806	99,2
	3º quintil	€	14 041	94,7	14 071	94,9
	4º quintil	€	23 224	92,5	23 103	92,0
						25 099

FONTE: MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

De forma complementar, é relevante assinalar ainda que em 2019 existiam 1.003 beneficiários do Rendimento Social de Inserção [RSI] no concelho de Abrantes, dos quais 41% com idade inferior a 25 anos e 43% com idade igual ou superior a 40 anos (Gráfico 8).

GRAFICO 8 – NÚMERO E PESO RELATIVO DOS BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NO CONCELHO DE ABRANTES (2011/2019)



FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Em termos relativos, o valor em apreço aponta para que este apoio social abranja o equivalente a 3,2% da população em idade ativa residente no concelho, proporção que se apresenta superior face à média nacional (3,0%) e, muito especialmente, regional (1,8%). Para além desta maior intensidade local, aquilo que também interessa reter prende-se com o caráter relativamente estacionário desta proporção ao longo da última década (contrariamente ao que sucedeu a nível regional e nacional), sinalizando a persistência de situações de carência económica com natureza estrutural.

A.3. MORFOLOGIA DOS AGREGADOS FAMILIARES

A procura de habitação encontra suporte no número e nas características específicas dos agregados familiares, importando como tal sistematizar conhecimento sobre a sua dinâmica de crescimento e sobre a sua morfologia. Neste contexto, e para 2011 (data do último Recenseamento Geral da População), importa começar por assinalar que quase 99% da população residente no concelho de Abrantes (correspondendo a um total de 38.839 indivíduos) estava integrada nas designadas famílias clássicas², distribuindo-se a restante parcela (484 indivíduos) essencialmente pelas designadas famílias institucionais³; dada a sua natureza específica, este último tipo de famílias não será alvo de análise específica no contexto deste estudo.

Assim, e dada a sua relevância para apreciação da dinâmica de crescimento da procura de habitação, é muito relevante destacar que o número de famílias clássicas residentes no concelho de Abrantes se manteve praticamente inalterada entre 2001 e 2011, situação que, perante a expressiva redução do número de indivíduos integrantes dessas famílias (-7%), se consubstanciou na retração da sua dimensão de uma média de 2,61 para 2,43 pessoas/família (Quadro 6). A análise mais detalhada desta dinâmica evolutiva permite constatar que:

- as famílias com 1 a 2 pessoas foram as únicas que registaram crescimento entre 2001 e 2011 (+11%), passando neste último ano a representar 58% do total de famílias (contra 52% em 2001), contrastando assim com a diminuição verificada nas famílias com 3 e mais pessoas (-13%);
- as famílias com 1 única pessoa aumentaram 23% entre 2001 e 2011, passando neste último ano a representar quase 1/4 do total de famílias (23%, contra 19% em 2001), não obstante abrangerem apenas 10% dos indivíduos integrados em famílias clássicas;
- as famílias com 2 pessoas aumentaram 5% entre 2001 e 2011, passando neste último ano a representar pouco mais de 1/3 do total de famílias (35%, contra 33% em 2001) e 29% dos indivíduos integrados em famílias clássicas (contra 26% em 2001);

² De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o conceito de família clássica refere-se a um conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento; este conceito inclui também qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento (i.e. famílias unipessoais).

³ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o conceito de família institucional refere-se a um conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo; este é tipicamente o caso dos indivíduos que residem em alojamentos vocacionados para a prestação de apoio social (p.ex. estruturas residenciais para idosos) ou de saúde (p.ex. unidades de cuidados continuados com internamento), em alojamentos religiosos, militares, prisionais e/ou de saúde.

Maria

- as famílias com 3 e com 4 pessoas diminuíram -8% e -14% entre 2001 e 2011 (respetivamente), passando neste último ano a representar conjuntamente 38% do total de famílias (contra 42% em 2001) e pouco mais de metade dos indivíduos integrados em famílias clássicas (52%, contra 54% em 2001);
- as famílias com 5 ou mais pessoas diminuíram -35% entre 2001 e 2011, passando neste último ano a representar 4% do total de famílias (contra 6% em 2001) e 9% dos indivíduos integrados em famílias clássicas (contra 13% em 2001); é de notar que a maior parte destas famílias era composta por 5 pessoas (72% do total em 2011; esta proporção sobe para 91% se consideradas também as famílias com 6 pessoas).

QUADRO 6 – NÚMERO DE FAMÍLIAS CLÁSSICAS RESIDENTES SEGUNDO A DIMENSÃO NO CONCELHO DE ABRANTES (2001/2011)

Unidade Territorial	Ano	Unidade de Medida	Dimensão da Família (Nº de Pessoas)					Total
			1	2	3	4	≥ 5	
Abrantes	2001	Famílias	nº	3 021	5 353	4 018	2 666	1 018 16 076
			%	18,8	33,3	25,0	16,6	6,3 100,0
		Indivíduos	nº	3 021	10 706	12 054	10 664	5 525 41 970
			%	7,2	25,5	28,7	25,4	13,2 100,0
	2011	Famílias	nº	3 712	5 616	3 708	2 301	659 15 996
			%	23,2	35,1	23,2	14,4	4,1 100,0
		Indivíduos	nº	3 712	11 232	11 124	9 204	3 567 38 839
			%	9,6	28,9	28,6	23,7	9,2 100,0
Variação	Variação	Famílias	nº	691	263	-310	-365	-359 -80
			%	22,9	4,9	-7,7	-13,7	-35,3 -0,5
		Indivíduos	nº	691	526	-930	-1 460	-1 958 -3 131
			%	22,9	4,9	-7,7	-13,7	-35,4 -7,5
	Médio Tejo	Famílias	nº	22 531	33 644	21 377	15 650	4 752 97 954
			%	23,0	34,3	21,8	16,0	4,9 100,0
		Indivíduos	nº	22 531	67 288	64 131	62 600	25 389 241 939
			%	9,3	27,8	26,5	25,9	10,5 100,0
Portugal	2011	Famílias	nº	866.827	1.277.558	965.781	671.066	262.494 4.043.726
			%	21,4	31,6	23,9	16,6	6,5 100,0
		Indivíduos	nº	866.827	2.555.116	2.897.343	2.684.264	1.432.966 10.436.516
			%	8,3	24,5	27,8	25,7	13,7 100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

O cotejamento destes elementos com a estrutura organizativa das famílias em função do perfil de relações estabelecidas entre os seus membros (tendo por base o conceito de núcleo familiar⁴) permite enriquecer o conhecimento relativo a cada um dos segmentos dimensionais apresentados, podendo constatar-se, para 2011, que (Quadro 7):

- as famílias unipessoais são maioritariamente compostas por pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (61% no segmento e 14% no universo de famílias residentes), sendo pouco expressiva a proporção de adultos jovens (i.e. com menos de 35 anos) neste segmento de procura habitacional (8% no segmento e 2% no universo de famílias residentes);
- as famílias com 2 pessoas são maioritariamente compostas por casais sem filhos (81% no segmento e 28% no universo de famílias residentes), cabendo no entanto realçar o peso

⁴ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o conceito de núcleo familiar refere-se a um conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se sob a forma de casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos; deve assinalar-se que a alteração deste conceito entre os Recenseamentos Gerais da População de 2001 e 2011 limita a comparabilidade dos respetivos dados.



específico das famílias monoparentais (16% no segmento e 6% no universo de famílias residentes);

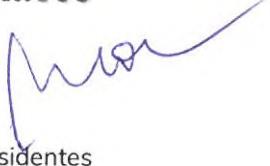
- as famílias com 3 pessoas são maioritariamente compostas por casais com um filho (80% no segmento e 19% no universo de famílias residentes), sendo de realçar também aqui o peso específico das famílias monoparentais com dois filhos de idade inferior a 25 anos ou com dois filhos com idade igual ou superior a 25 anos (8% no segmento e 2% no universo de famílias residentes);
- as famílias com 4 pessoas são maioritariamente compostas por casais com dois filhos de idade inferior a 25 anos (75% no segmento e 11% no universo de famílias residentes), seguidos a larga distância pelos casais com dois filhos de idade igual ou superior a 25 anos (7% no segmento e 1% no universo de famílias residentes) e pelas famílias com dois núcleos familiares (5% no segmento e 1% no universo de famílias residentes);
- as famílias com 5 ou mais pessoas são maioritariamente compostas por casais com três ou mais filhos de idade inferior a 25 anos (57% no segmento e 2% no universo de famílias residentes), secundados pelas famílias com dois ou mais núcleos familiares (45% no segmento 3% no universo de famílias residentes).

QUADRO 7 – DIMENSÃO E ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS RESIDENTES NO CONCELHO DE ABRANTES (2011)

Tipo de Família	Dimensão da Família										Total	
	1 Pessoa		2 Pessoas		3 Pessoas		4 Pessoas		5 ou + Pessoas			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Famílias sem núcleo familiar	3 712	100,0	194	3,5	23	0,6	5	0,2	0	0,0	3 934	24,6
1 pessoa com <35 anos	290	7,8	-	-	-	-	-	-	-	-	290	1,8
1 pessoa com 35 a 64 anos	1 153	31,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1 153	7,2
1 pessoa com 65 ou + anos	2 269	61,1	-	-	-	-	-	-	-	-	2 269	14,2
2 e + pessoas	-	-	194	3,5	23	0,6	5	0,2	0	0,0	222	1,4
Famílias com 1 núcleo familiar	-	-	5 422	96,5	3 685	99,4	2 177	94,6	264	55,3	11 730	73,3
Casal sem filhos	-	-	4 535	80,8	-	-	-	-	-	-	4 535	28,4
Casal só com filhos com <25 anos	-	-	-	-	2 045	55,2	1 717	74,6	271	56,8	4 033	25,2
Casal só com filhos com 25 e + anos	-	-	-	-	927	25,0	150	6,5	8	1,7	1 085	6,8
Mãe/Pai só com filhos com <25 anos	-	-	336	6,0	202	5,4	32	1,4	6	1,3	576	3,6
Mãe/Pai só com filhos com 25 e + anos	-	-	551	9,8	83	2,2	12	0,5	3	0,6	649	4,1
Outras situações	-	-	-	-	428	11,5	266	11,6	-24	-5,0	852	5,3
Famílias com 2 ou + núcleos familiares	-	-	-	-	-	-	119	5,2	213	44,7	332	2,1
Total	3 712	100,0	5 616	100,0	3 708	100,0	2 301	100,0	477	100,0	15 996	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Em termos mais globais, mas mantendo o foco na estrutura das famílias clássicas, é pertinente realçar assim que 73% das famílias clássicas residentes no concelho em 2011 encontrava-se organizada em função de um único núcleo familiar, sendo especialmente representativas as tipologias correspondentes a casais sem filhos e a casais com um ou mais filhos com idade inferior a 25 anos, com 28% e 24% do total de famílias, respetivamente (Quadro 7). Por comparação com a situação registada em 2001, deve assinalar-se que estes dois grupos de famílias (que viram o seu peso no universo das famílias residentes reduzido de 59% para 54%) apresentaram trajetórias de evolução distintas, patentes num aumento residual do número de casais sem filhos (+1%) e na forte diminuição dos casais com um ou mais filhos com idade inferior a 25 anos (-19%). Pela sua relevância específica, merecem também especial referência os casos protagonizados pelas famílias unipessoais e pelas famílias monoparentais, grupos que, tendo registado conjuntamente um



aumento de 25% entre 2001 e 2011, viram o seu peso agregado no universo de famílias residentes no concelho passar de 24% para 31% entre ambas as datas.

A.4. MODALIDADES DE ACESSO À HABITAÇÃO

A aquisição de habitação própria corresponde objetivamente à modalidade dominante de acesso à habitação em Portugal, situação que encontra também reflexo no concelho de Abrantes e na sua envolvente regional de referência (Médio Tejo). Com efeito, e de acordo com a informação disponível para 2011 (data do último Recenseamento Geral da População e da Habitação), as situações em que os alojamentos familiares clássicos de residência habitual existentes são ocupados pelo proprietário abrangiam 80% do parque de alojamentos, 80% das famílias clássicas e 81% da população residente no concelho de Abrantes (Quadro 8).

QUADRO 8 – REGIME DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL NO CONCELHO DE ABRANTES (2001/2011)

Variável	Unidade Territorial/Ano	Ocupante proprietário		Ocupante arrendatário		Outras situações		Total	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Alojamentos	Abrantes (2001)	13.183	83,1	2.138	13,5	536	3,4	15.857	100,0
	Abrantes (2011)	12.769	80,4	1.949	12,3	1.160	7,3	15.878	100,0
	Médio Tejo (2011)	80.233	82,8	10.705	11,0	6.009	6,2	96.947	100,0
	Portugal (2011)	2.923.271	73,2	794.465	19,9	273.376	6,8	3.991.112	100,0
Famílias	Abrantes (2001)	13.280	83,1	2.207	13,8	490	3,1	15.977	100,0
	Abrantes (2011)	12.826	80,3	1.966	12,3	1.174	7,4	15.966	100,0
	Médio Tejo (2011)	80.727	82,6	10.864	11,1	6.084	6,2	97.675	100,0
	Portugal (2011)	2.944.202	73,0	811.641	20,1	277.632	6,9	4.033.475	100,0
População	Abrantes (2001)	34 789	83,3	5 685	13,6	1 282	3,1	41 756	100,0
	Abrantes (2011)	31 544	81,4	4 501	11,6	2 715	7,0	38 760	100,0
	Médio Tejo (2011)	202 366	83,9	25 213	10,4	13 743	5,7	241 322	100,0
	Portugal (2011)	7783 117	74,7	1955 083	18,8	674 900	6,5	10 413 100	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Apesar da perda de peso relativo que esta modalidade de acesso à habitação registou entre 2001 e 2011 (cerca de -3 p.p.), devida fundamentalmente à crescente expressão de outras modalidades (não tipificadas) que não o arrendamento, é relevante frisar que a sua relevância local é francamente superior face à realidade média nacional, apesar de ligeiramente menos acentuada relativamente à média do Médio Tejo. Por outro lado, deve também assinalar-se que 45% dos alojamentos ocupados pelo proprietário tem associados encargos financeiros com a respetiva aquisição (i.e. pagamento de empréstimos bancários ou similares), valor que se apresenta claramente superior face à média regional e, de forma marginal, do conjunto do país (36% e 43%, respetivamente) (Quadro 9). Em 2011, o nível médio de encargos financeiros assumidos e suportados pelas famílias do concelho que se encontravam nesta última situação era de sensivelmente 374€/mês⁵, também aqui claramente acima dos valores médios apurados quer para o conjunto do país (357€/mês), quer, sobretudo, do Médio Tejo (337€/mês), verificando-se que:

⁵ Por razões relacionadas com a disponibilidade de informação, o cálculo apresentado apenas considera os alojamentos com encargos financeiros inferiores a 800€/mês, que representam 89% dos casos no concelho de Abrantes, 94% no Médio Tejo e 94% em Portugal.



- 41% dos alojamentos eram geradores de um encargo mensal inferior a 300€, contra 44% no Médio Tejo e 37% a nível nacional;
- 57% dos alojamentos eram geradores de um encargo mensal inferior a 400€, contra 63% no Médio Tejo e 59% a nível nacional;
- 65% dos alojamentos eram geradores de um encargo mensal inferior a 500€, contra 79% no Médio Tejo e 77% a nível nacional;
- 70% dos alojamentos eram geradores de um encargo mensal inferior a 650€, contra 87% no Médio Tejo e 88% a nível nacional;
- 30% dos alojamentos eram geradores de um encargo mensal igual ou superior a 650€ (dos quais 11% igual ou superior a 800€), contra 13% no Médio Tejo e 12% a nível nacional.

QUADRO 9 – NÍVEL DE ENCARGOS FINANCEIROS COM A AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO NO CONCELHO DE ABRANTES (2011)

Variável	Abrantes		Médio Tejo		Portugal		
	nº	%	nº	%	nº	%	
Sem encargos de aquisição	6.987	54,7	51.231	63,9	1.669.929	57,1	
Com encargos de aquisição	5.782	45,3	29.002	36,1	1.253.342	42,9	
Total	12.769	100,0	80.233	100,0	2.923.271	100,0	
Escalão de encargos mensais	< 150€	706	12,2	3.588	12,4	127.635	10,2
	[150€ - 300€ [1.650	28,5	9.097	31,4	335.433	26,8
	[300€ - 400€ [933	16,1	5.705	19,7	274.291	21,9
	[400€ - 500€ [442	7,6	4.505	15,5	219.567	17,5
	[500€ - 650€ [315	5,4	2.422	8,4	140.095	11,2
	[650€ - 800€ [1.087	18,8	2.038	7,0	85.576	6,8
	≥ 800€	649	11,2	1.647	5,7	70.745	5,6
	Total	5.782	100,0	29.002	100,0	1.253.342	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

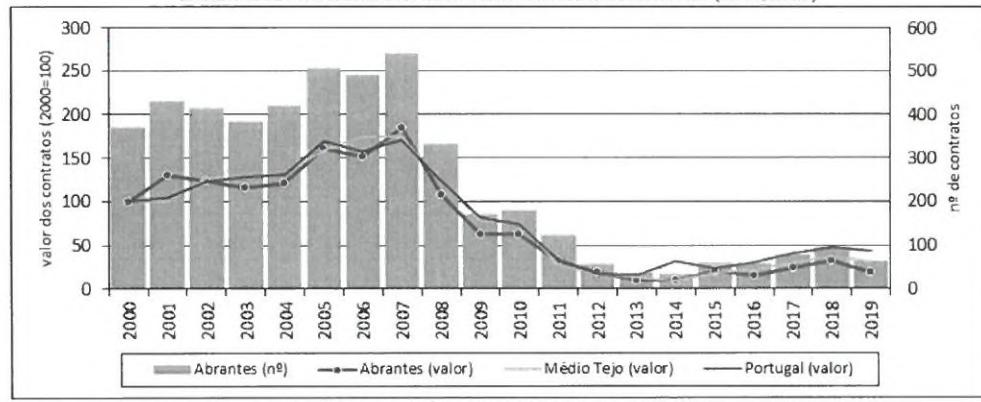
Sem prejuízo da dominância estrutural que a aquisição de habitação própria consolidou no contexto das modalidades de acesso à habitação em Portugal (e, por maioria de razão, também em Abrantes e no Médio Tejo), é forçoso reconhecer que a última década veio introduzir restrições muito significativas em matéria de concessão de crédito para esse fim. Efetivamente, a simples leitura da evolução dos contratos de mútuo com hipoteca voluntária relativos a prédios urbanos em regime de propriedade horizontal firmados no concelho entre 2007 (ano de pico) e 2019 permite constatar uma quebra drástica de -89% ao nível do número e do valor desses contratos, trajetória que condicionou decisivamente a capacidade de acesso à habitação de uma parte muito relevante da população, pelo menos nos moldes tradicionalmente dominantes (Gráfico 9).

A aferição completa da magnitude dos efeitos decorrentes desta trajetória sobre as condições de acesso à habitação não pode nem deve ignorar a exiguidade e fragilidade do mercado de arrendamento local, que constitui a alternativa natural à aquisição de habitação própria, bem patente no facto de, em 2011, abranger apenas 12% do conjunto dos alojamentos clássicos utilizados como residência habitual (contra 3% em 2001). Ainda assim, há dois aspetos que merecem aqui ser especialmente realçados (Quadro 10):

- o primeiro prende-se com o facto de 41% dos contratos de arrendamento em vigor em 2011 terem sido celebrados nos 5 anos anteriores (i.e. desde 2006), situação que, embora observada na generalidade do país, parece materializar uma dinâmica com potencial relevante de crescimento;

- o segundo prende-se com o facto de 91% dos alojamentos clássicos arrendados estar concentrada na UEOT Central (e, em especial, na cidade de Abrantes), assumindo valores globalmente residuais (em termos absolutos e/ou relativos) no restante território concelhio.

GRÁFICO 9 – CONTRATOS DE MÚTUO COM HIPOTECA VOLUNTÁRIA RELATIVOS A PRÉDIOS URBANOS EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL NO CONCELHO DE ABRANTES (2000/2019)



FONTE: DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA

QUADRO 10 – CONTRATOS DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL NO CONCELHO DE ABRANTES POR ÉPOCA DE CELEBRAÇÃO (2011)

Freguesias/Unões de Freguesias	< 1975		1975-1990		1991-2000		2001-2005		2006-2011		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
UEOT Central	393	97,5	292	88,8	129	90,2	220	88,4	694	88,6	1 728	90,6
Abrantes e Alferrarede [UF]	237	58,8	145	44,1	71	49,7	124	49,8	461	58,9	1 038	54,4
Pego	18	4,5	17	5,2	9	6,3	15	6,0	45	5,7	104	5,5
Rio de Moinhos	25	6,2	14	4,3	6	4,2	7	2,8	27	3,4	79	4,1
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo [UF]	79	19,6	74	22,5	32	22,4	58	23,3	113	14,4	356	18,7
Tramagal	34	8,4	42	12,8	11	7,7	16	6,4	48	6,1	151	7,9
UEOT Norte	0	0,0	0	0,0	2	1,4	1	0,4	5	0,6	8	0,4
Aldeia do Mato e Souto [UF]	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	2	0,3	3	0,2
Carvalhal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,3	2	0,1
Fontes	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	1	0,1
Martinchel	0	0,0	0	0,0	2	1,4	0	0,0	0	0,0	2	0,1
UEOT Mouriscas	1	0,2	7	2,1	1	0,7	4	1,6	25	3,2	38	2,0
Mouriscas	1	0,2	7	2,1	1	0,7	4	1,6	25	3,2	38	2,0
UEOT Sul	1	0,2	17	5,2	7	4,9	11	4,4	18	2,3	54	2,8
Bemposta	1	0,2	14	4,3	5	3,5	10	4,0	9	1,1	39	2,0
S. Facundo e Vale das Mós [UF]	0	0,0	3	0,9	2	1,4	1	0,4	9	1,1	15	0,8
UEOT Oriental	8	2,0	13	4,0	4	2,8	13	5,2	41	5,2	79	4,1
Alvega e Concavada [UF]	8	2,0	13	4,0	4	2,8	13	5,2	41	5,2	79	4,1
Total	(% em coluna)		403	100,0	329	100,0	143	100,0	249	100,0	783	100,0
	(% em linha)		403	21,1	329	17,3	143	7,5	249	13,1	783	41,1
	Total										1 907	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Apesar da sua exiguidade em termos quantitativos, é importante assinalar que uma pequena parcela das famílias residentes no concelho acede à habitação no quadro do regime de arrendamento apoiado com base no parque habitacional detido pelo Município de Abrantes, pela Santa Casa da Misericórdia de Abrantes e pela Fábrica da Igreja Paroquial de São João (através da instituição Património dos Pobres).

O parque de habitação municipal acolhia em Maio de 2021 um total de 25 famílias compostas por 66 pessoas, o que equivale a cerca de 1,3% das famílias e 1,5% das pessoas que, em 2011, residiam em alojamentos arrendados (Quadro 11). De acordo com a informação disponibilizada pelo Município, cerca de 2/3 destas famílias (i.e. 68%) eram compostas por um máximo de 3 pessoas, sendo que em metade dos casos (i.e. 52%) essa dimensão não ia além das 2 pessoas por família; em contraponto, as famílias com 5 e mais pessoas representavam somente 8% do total de famílias em apreço (2 famílias). Do ponto de vista da antiguidade dos contratos de arrendamento em vigor, pode constatar-se que pouco mais de metade (i.e. 52%) foram firmados nos últimos 10 anos, dos quais cerca de 1/3 (i.e. 32%) nos últimos 5 anos; no caso dos contratos mais antigos (i.e. anteriores ao ano 2000), estes representam pouco mais de 1/4 (i.e. 28%) do total de contratos.

QUADRO 11 – NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ABRANTES (MAIO DE 2021)

Unidade de Medida		Dimensão das Famílias (Nº de Pessoas)					Total
		1 Pessoa	2 Pessoas	3 Pessoas	4 Pessoas	5 e + Pessoas	
Famílias	nº	8	5	4	6	2	25
	%	32,0	20,0	16,0	24,0	8,0	100,0
Pessoas	nº	8	10	12	24	12	66
	%	12,1	15,2	18,2	36,4	18,2	100,0

FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Apesar de não se dispor de informação equivalente sobre os utilizadores dos parques habitacionais da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes e da Fábrica da Igreja Paroquial de São João, estima-se (com base nos contactos realizados com estas entidades) que os mesmos possam ascender a cerca de meia centena de famílias. De uma forma geral, parece consensual a ideia de que as famílias que residem nos parques habitacionais destas três entidades se caracterizam por apresentar trajetórias de reduzida mobilidade social, sendo frequente a sua dependência de prestações sociais como o Rendimento Social de Inserção [RSI].

Interessa referir, finalmente, que o Município de Abrantes tem atualmente recenseados 40 pedidos de habitação por parte de indivíduos/famílias que reúnem condições de elegibilidade no quadro do Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado Propriedade do Município de Abrantes atualmente em vigor (Quadro 12)⁶.

QUADRO 12 – NÚMERO DE PEDIDOS DE HABITAÇÃO DIRIGIDOS AO MUNICÍPIO DE ABRANTES (MAIO DE 2021)

Freguesias/Uniões de Freguesias de Residência	Situação Habitacional Atual						Total	
	Habitação Arrendada		Habitação Emprestada		Habitação em Barraca			
	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas	Famílias	Pessoas
Abrantes e Alferreirede [UF]	16	45	5	8	8	20	29	73
Alvega e Concavada [UF]	1	5	0	0	0	0	1	5
Rio de Moinhos	0	0	0	0	1	5	1	5
S.M. do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo [UF]	4	12	0	0	3	12	7	24
Tramagal	1	2			1	5	2	7
Total	22	64	5	8	13	42	40	114

FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

⁶ Cf. Aviso nº15107/2018, de 19 de Outubro.

Mach

De acordo com a informação disponível, estes 40 pedidos referem-se maioritariamente a pessoas/famílias residentes na União de Freguesias [UF] de Abrantes e Alferrarede (29 pedidos, dos quais 25 em Abrantes e 4 em Alferrarede), distribuindo-se as restantes situações pelas UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo (7 pedidos, dos quais 4 em São Miguel e 3 no Rossio) e de Alvega e Concavada (1 pedido) e pelas Freguesias do Tramagal (2 pedidos) e Rio de Moinhos (1 pedido). A estes pedidos está associado um efetivo total de 114 pessoas, o que significa uma dimensão média de 2,85 pessoas/família (i.e. superior às 2,43 pessoas/família apuradas em 2011 para o conjunto das famílias clássicas residentes no concelho).

Do ponto de vista da situação habitacional atual das famílias em apreço, verifica-se que 13 famílias (42 pessoas) residem em barracas, 5 famílias (8 pessoas) em habitações emprestadas e 22 famílias (64 pessoas) em habitações arrendadas. Face à dimensão e composição destas famílias, é possível estimar que o seu alojamento em condições adequadas implicaria a disponibilização de 16 fogos de tipologia T0-T1, 11 fogos de tipologia T2, 7 fogos de tipologia T3, 5 fogos de tipologia T4 e 1 fogo de tipologia T5.

A.5. CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE E CONFORTO DOS ALOJAMENTOS

Os dados disponíveis permitem atribuir uma expressão tendencialmente residual às situações habitacionais assentes nos designados alojamentos não clássicos (barracas, construções rudimentares precárias, etc.). Com efeito, e tendo por base o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2011, verifica-se que a presença deste tipo de situações no concelho de Abrantes abrangia 0,1% do total de alojamentos familiares de residência habitual (i.e. 24 alojamentos), 0,2% das famílias clássicas residentes (i.e. 26 famílias) e 0,2% da população residente integrada nessas famílias (i.e. 69 pessoas) (Quadro 13).

QUADRO 13 – PERFIL DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES DE RESIDÊNCIA HABITUAL NO CONCELHO DE ABRANTES (2001/2011)

Variável	Unidade Territorial (Ano)	Alojamentos Clássicos		Alojamentos Não Clássicos		Total	
		nº	%	nº	%	nº	%
Alojamentos	Abrantes (2001)	22 609	99,7	79	0,3	22 688	100,0
	Abrantes (2011)	25 480	99,9	24	0,1	25 504	100,0
	Médio Tejo (2011)	158 982	99,9	171	0,1	159 153	100,0
	Portugal (2011)	5 868 540	99,9	6 612	0,1	5 875 152	100,0
Famílias	Abrantes (2001)	15 977	99,4	89	0,6	16 066	100,0
	Abrantes (2011)	15 966	99,8	26	0,2	15 992	100,0
	Médio Tejo (2011)	97 675	99,8	182	0,2	97 857	100,0
	Portugal (2011)	4 033 121	99,8	6 878	0,2	4 039 999	100,0
População	Abrantes (2001)	41 756	99,5	197	0,5	41 953	100,0
	Abrantes (2011)	38 760	99,8	69	0,2	38 829	100,0
	Médio Tejo (2011)	241 322	99,8	431	0,2	241 753	100,0
	Portugal (2011)	10 413 100	99,8	17 448	0,2	10 430 548	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Apesar da reduzida expressão quantitativa dos valores em apreço, assim como da efetiva redução que os mesmos registaram desde 2001, deve no entanto reconhecer-se que a persistência deste tipo de situações não pode ser considerada aceitável. É de notar, a este respeito, que a informação recentemente recolhida junto das Freguesias e Uniões de Freguesias do concelho permitiu identificar um conjunto significativamente mais vasto de casos de habitação em condições indignas, estimado

em cerca de uma centena, configurando situações apenas superáveis através da realização de obras com algum significado ou mesmo do realojamento das pessoas/famílias envolvidas.

Do ponto de vista do nível de infraestruturação dos alojamentos, a informação disponível para 2011 permite constatar que 92% dos alojamentos familiares utilizados como residência habitual no concelho de Abrantes possuíam todas as infraestruturas básicas consideradas no inquérito realizado (i.e. água, retrete, instalação de banho e sistema de aquecimento), sugerindo que, também aqui, se caminha no sentido de uma expressão tendencialmente residual deste tipo de carências habitacionais (Quadro 14). Contudo, e de forma mais detalhada, é possível verificar que:

- 28 alojamentos (i.e. 0,2% do total) não possuíam qualquer tipo de infraestrutura;
- 141 alojamentos (i.e. 0,9% do total) não possuíam água;
- 233 alojamentos (i.e. 1,5% do total) não possuíam retrete;
- 456 alojamentos (i.e. 2,9% do total) não possuíam instalação de banho;
- 844 alojamentos (i.e. 5,3% do total) não possuíam sistema de aquecimento, sendo esta a única lacuna infraestrutural na maior parte destes casos (4,8% do total).

QUADRO 14 – NÍVEL DE INFRAESTRUTURAÇÃO BÁSICA DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES DE RESIDÊNCIA HABITUAL NO CONCELHO DE ABRANTES (2011)

Perfil de Infraestruturação	Infraestruturas Básicas				Stock de Alojamentos	
	Água	Retrete	Instalação de Banho	Aquecimento	nº	%
Perfil A	✓	✓	✓	✓	14 680	92,3
Perfil B	✓	✓	✓	✗	766	4,8
Perfil C	✓	✓	✗	✗	27	0,2
Perfil D	✓	✗	✗	✓	112	0,7
Perfil E	✓	✗	✗	✗	18	0,1
Perfil F	✓	✓	✗	✓	158	1,0
Perfil G	✗	✓	✗	✓	33	0,2
Perfil H	✗	✓	✗	✗	5	0,0
Perfil I	✗	✗	✗	✓	75	0,5
Perfil J	✗	✗	✗	✗	28	0,2
Total	-	-	-	-	15 902	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

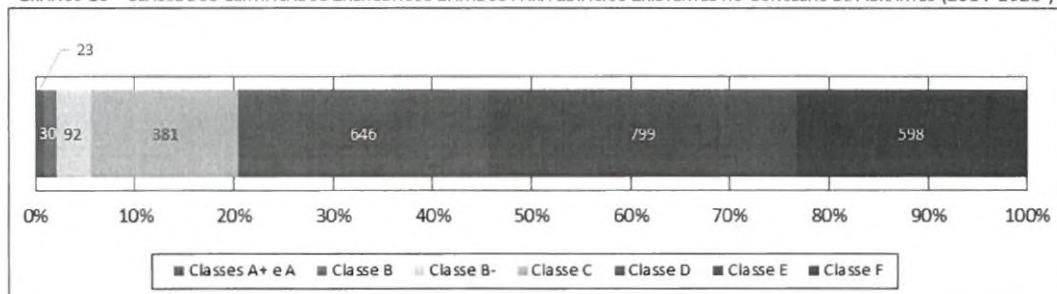
Relativamente ao domínio específico da eficiência energética, afigura-se pertinente referir que o panorama fornecido pelos processos de emissão de certificados energéticos de edifícios/frações habitacionais existentes que tiveram lugar desde 2014 evidencia níveis de desempenho francamente reduzidos. Efetivamente, dos 2.569 certificados que formam a base de informação disponível, constata-se que a proporção de edifícios/frações de classe energética superior (i.e. classes A+, A, B e B-) é de somente 6%, valor que se pode considerar muito pouco expressivo e claramente desfavorável face aos requisitos atualmente exigidos a novos edifícios; em contraponto, a proporção de edifícios/frações de classe energética mais reduzida (i.e. classes D, E e F) atinge os 80% do total, traduzindo um desempenho energético claramente abaixo do desejável com implicações diretas no custo da fatura energética e/ou no conforto térmico proporcionado pelos alojamentos nestas circunstâncias (Gráfico 10).

Perante o conjunto de situações apontadas, merece especial menção o facto de o Município de Abrantes ter em vigor desde há vários anos um Programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, o qual passou recentemente a contemplar também a atribuição de apoio económico direto a pessoas/famílias em situação de carência económica para realização de obras de

Mor

conservação, reabilitação ou adaptação dos respetivos alojamentos (próprios ou arrendados)⁷. De acordo com a informação disponibilizada pelo Município, entre 2017 e 2020 foram apoiadas 7 intervenções através da atribuição de apoios no montante total de 13,2 mil euros (representando 80% do valor global das intervenções apoiadas), o que significa um apoio médio de 1,9 mil euros por intervenção e de 3,3 mil euros por ano.

GRÁFICO 10 – CLASSE DOS CERTIFICADOS ENERGÉTICOS EMITIDOS PARA EDIFÍCIOS EXISTENTES NO CONCELHO DE ABRANTES (2014-2021*)

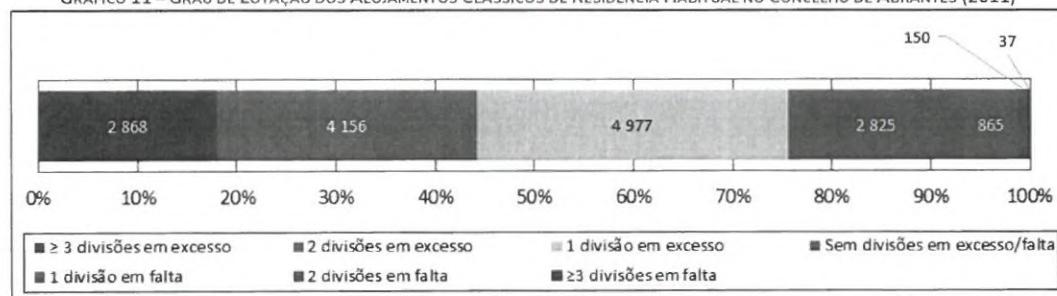


* OS DADOS RELATIVOS A 2021 APENAS COBREM O PERÍODO ENTRE 01/01/2021 E 31/03/2021

FONTE: ADENE – AGENCIA DE ENERGIA

Interessa referir, finalmente, que em 2011 existiam 1.052 alojamentos clássicos de residência habitacional em situação de sobrelocação (i.e. 7% do total), ou seja, com um número de divisões inferior àquele que seria desejável face à dimensão e estrutura da(s) família(s) residente(s), dos quais 187 com 2 divisões ou mais em défice (i.e. 1% do total) (Gráfico 11)⁸. Em contrapartida, deve assinalar-se que cerca de ¾ do parque de alojamentos clássicos de residência habitual apresentava uma situação de sublocação (i.e. 76% do total), dos quais 44% com 2 ou mais divisões excedentárias face à dimensão e estrutura da(s) família(s) residente(s).

GRÁFICO 11 – GRAU DE LOTAÇÃO DOS ALOJAMENTOS CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL NO CONCELHO DE ABRANTES (2011)

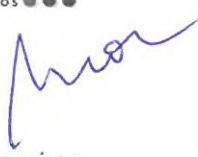


FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

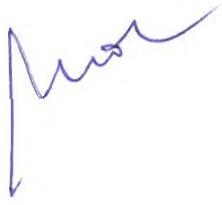
Ambas as situações expressam uma afetação pouco eficiente dos recursos habitacionais do concelho, a qual é condicionada quer pela rigidez que decorre da elevada proporção de alojamentos

⁷ Cf. Regulamento nº460/2020, de 11 de Maio de 2020.

⁸ De acordo com o Instituto Nacional Estatística, os parâmetros considerados normais para classificar um alojamento como estando adequado face à dimensão e características dos indivíduos nele residentes são os seguintes: 1 divisão para sala de estar; 1 divisão por cada casal; 1 divisão por cada outra pessoa não solteira; 1 divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 divisão por cada 2 pessoas solteiras do mesmo sexo com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada 2 pessoas com menos de 7 anos.



detidos pelo respetivo ocupante (80% do total, dos quais 45% com encargos financeiros associados), quer por outro tipo de dificuldades de acesso a uma habitação adequada que incidem sobre vários segmentos da população residente. Apesar de não se dispor de um registo suficientemente estruturado relativo às situações de sobrelocação, sabe-se que esta é uma realidade com importante expressão no concelho, sobretudo entre a população mais jovem e com menor capacidade financeira para aceder a uma habitação em condições puras de mercado, interessando por isso desenhar e testar soluções específicas para mitigar este problema.

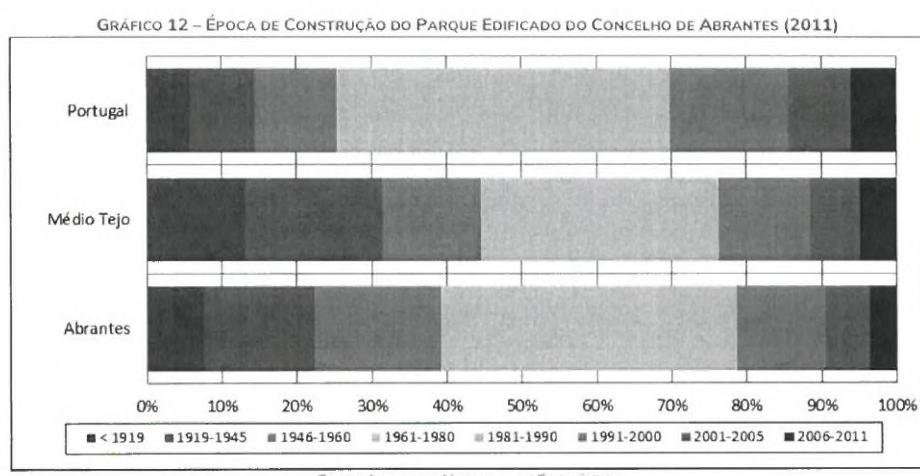


B. ESTRUTURA E DINÂMICA DE CRESCIMENTO DA OFERTA DE HABITAÇÃO

B.1. PERFIL E EVOLUÇÃO RECENTE DO PARQUE EDIFICADO

O parque edificado do concelho de Abrantes era constituído em 2011 por um stock total de 20.368 edifícios, representando um acréscimo de 10% face a 2001 (i.e. ligeiramente abaixo dos 12% registados a nível nacional mas em linha com a evolução registada no Médio Tejo). A análise da composição etária deste parque revela uma estrutura consideravelmente envelhecida, com os edifícios construídos entre 1991 e 2011 a representarem somente 21% do total de edifícios existentes em 2011 (contra 26% no Médio Tejo e 30% no conjunto do país); no caso do edificado mais antigo, deve realçar-se que (Gráfico 12):

- os edifícios construídos até 1919 – i.e. com 92 ou mais anos em 2011 – representavam 8% do total de edifícios (contra 6% no Médio Tejo e no conjunto do país);
- os edifícios construídos até 1945 – i.e. com 66 ou mais anos em 2011 – representavam 22% do total de edifícios (contra 18% no Médio Tejo e somente 14% no conjunto do país);
- os edifícios construídos até 1960 – i.e. com 50 ou mais anos em 2011 – representavam 39% do total de edifícios (contra 32% no Médio Tejo e somente 25% no conjunto do país).



Em termos territoriais, é relevante assinalar que a Unidade de Estruturação e Organização Territorial [UEOT] Central concentrava em 2011 mais de metade (i.e. 59%) do stock de edifícios do concelho, com destaque para a expressão relativa das Uniões de Freguesias [UF] de Abrantes e Alferrarede e,

em menor escala, de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo (com 26% e 13% do total, respetivamente) (Quadro 15). Apesar do acréscimo de edifícios registado entre 2001 e 2011 incidir maioritariamente nesta UEOT (56% do total), em especial na UF de Abrantes e Alferrarede e também na Freguesia do Pego (33% e 11% do total, respetivamente), é importante sinalizar a existência de dinâmicas com algum significado na UEOT das Mouriscas, onde se observou um acréscimo de 18% do respetivo stock de edifícios.

QUADRO 15 – STOCK DE EDIFÍCIOS NAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FREGUESIAS DO CONCELHO DE ABRANTES (2001/2011)

Unidade Territorial	2001		2011		Variação	
	nº	%	nº	%	nº	%
UEOT Central	11 016	59,4	12 045	59,1	1 029	9,3
Abrantes e Alferrarede [UF]	4 648	25,1	5 253	25,8	605	13,0
Pego	1 376	7,4	1 573	7,7	197	14,3
Rio de Moinhos	685	3,7	728	3,6	43	6,3
S. M. Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo [UF]	2 490	13,4	2 570	12,6	80	3,2
Tramagal	1 817	9,8	1 921	9,4	104	5,7
UEOT Norte	2 723	14,7	3 002	14,7	279	10,2
Aldeia do Mato e Souto [UF]	1 028	5,5	1 162	5,7	134	13,0
Carvalhal	659	3,6	674	3,3	15	2,3
Fontes	633	3,4	708	3,5	75	11,8
Martinchel	403	2,2	458	2,2	55	13,6
UEOT Mouriscas	1 233	6,7	1 455	7,1	222	18,0
Mouriscas	1 233	6,7	1 455	7,1	222	18,0
UEOT Sul	2 204	11,9	2 380	11,7	176	8,0
Bemposta	1 162	6,3	1 297	6,4	135	11,6
S. Facundo e Vale das Mós [UF]	1 042	5,6	1 083	5,3	41	3,9
UEOT Oriental	1 362	7,3	1 486	7,3	124	9,1
Alvega e Concavada [UF]	1 362	7,3	1 486	7,3	124	9,1
Total	18 538	100,0	20 368	100,0	1 830	9,9

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Do ponto de vista tipológico, os dados disponíveis para 2011 permitem constatar que 91% do stock de edifícios do concelho de Abrantes é constituído por edifícios unifamiliares, sendo que uma expressiva maioria dos edifícios plurifamiliares está localizada na UEOT Central e, muito em particular, da UF de Abrantes e Alferrarede (93% e 66% do total de edifícios plurifamiliares, respetivamente); esta concentração é particularmente evidente quando considerados apenas os edifícios com 5 e mais alojamentos (100% e 89%, respetivamente) (Quadro 16).

Em termos de estrutura etária, por seu turno, detetam-se também contrastes expressivos no interior do território concelhio, embora sem um padrão/lógica espacial tão evidente entre UEOT's e UF/Freguesias. Com efeito, e tendo como referência os casos mais extremos, verifica-se que (Gráfico 13):

- a Freguesia de Rio de Moinhos (UEOT Central) e a UF de Alvega e Concavada (UEOT Oriental) correspondem aos territórios que apresentam um parque edificado mais envelhecido, patente na elevada proporção de edifícios construídos até 1945 (50% e 37% do total, respetivamente) e, de forma mais ampla, na proporção de edifícios construídos até 1960 (59% e 58% do total, respetivamente);
- as Freguesias de Bemposta (UEOT Sul) e Mouriscas (UEOT Mouriscas) correspondem aos territórios que apresentam um parque edificado mais jovem, patente na proporção de edifícios

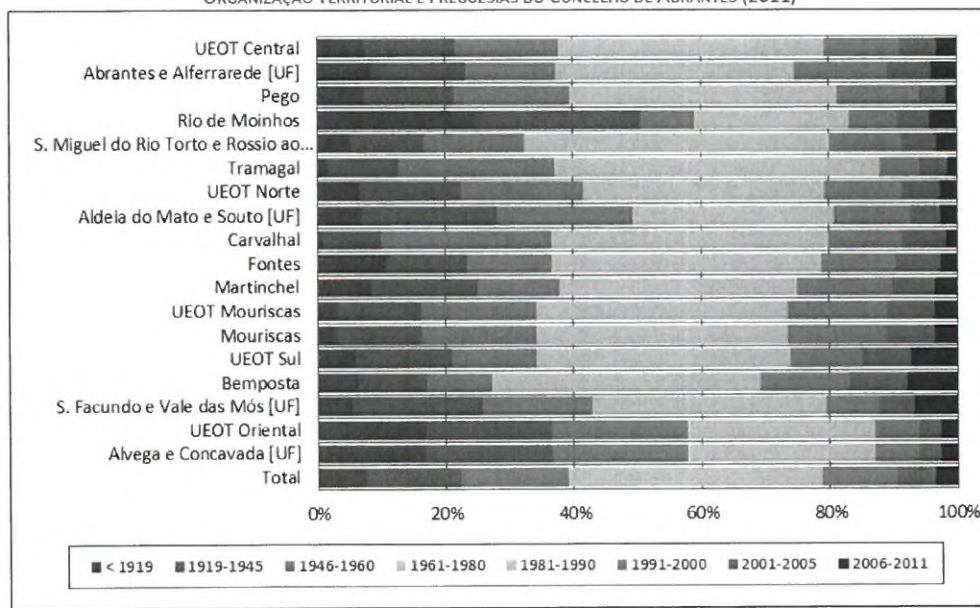
construídos a partir de 2001 (17% e 11% do total, respetivamente) e, de forma mais ampla, na proporção de edifícios construídos a partir de 1991 (31% e 27% do total, respetivamente).

QUADRO 16 – STOCK DE EDIFÍCIOS SEGUNDO O NÚMERO DE ALOJAMENTOS NAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FREGUESIAS DO CONCELHO DE ABRANTES (2011)

Freguesias/Unões de Freguesias	1 Alojamento		2 Alojamentos		3 a 4 Alojamentos		5 a 9 Alojamentos		10 e + Alojamentos		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
UEOT Central	10.364	86,0	1.014	8,4	268	2,2	132	1,1	267	2,2	12.045	100,0
Abrantes e Alferrarede [UF]	4.051	77,1	651	12,4	194	3,7	108	2,1	249	4,7	5.253	100,0
Pego	1.522	96,8	41	2,6	5	0,3	4	0,3	1	0,1	1.573	100,0
Rio de Moinhos	691	94,9	32	4,4	3	0,4	0	0,0	2	0,3	728	100,0
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo [UF]	2.251	87,6	228	8,9	58	2,3	18	0,7	15	0,6	2.570	100,0
Tramagal	1.849	96,3	62	3,2	8	0,4	2	0,1	0	0,0	1.921	100,0
UEOT Norte	2.962	98,7	18	0,6	22	0,7	0	0,0	0	0,0	3.002	100,0
Aldeia do Mato e Souto [UF]	1.136	97,8	4	0,3	22	1,9	0	0,0	0	0,0	1.162	100,0
Carvalhal	668	99,1	6	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	674	100,0
Fontes	705	99,6	3	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	708	100,0
Martinchel	453	98,9	5	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	458	100,0
UEOT Mouriscas	1.434	98,6	17	1,2	4	0,3	0	0,0	0	0,0	1.455	100,0
Mouriscas	1.434	98,6	17	1,2	4	0,3	0	0,0	0	0,0	1.455	100,0
UEOT Sul	2.342	98,4	34	1,4	4	0,2	0	0,0	0	0,0	2.380	100,0
Bemposta	1.290	99,5	7	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1.297	100,0
S. Facundo e Vale das Mós [UF]	1.052	97,1	27	2,5	4	0,4	0	0,0	0	0,0	1.083	100,0
UEOT Oriental	1.457	98,0	24	1,6	5	0,3	0	0,0	0	0,0	1.486	100,0
Alvega e Concavada [UF]	1.457	98,0	24	1,6	5	0,3	0	0,0	0	0,0	1.486	100,0
Total	18.559	91,1	1.107	5,4	303	1,5	132	0,6	267	1,3	20.368	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

GRÁFICO 13 – ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE EDIFICADO NAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FREGUESIAS DO CONCELHO DE ABRANTES (2011)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



De forma consistente com a maior antiguidade do parque edificado do concelho face à média nacional, a parcela de edifícios que em 2011 se apresentavam em situação muito degradada ou com necessidade de obras de reparação com algum significado não era substancialmente distinta. De acordo com a informação disponível para esse ano, contabilizavam-se 406 edifícios em situação muito degradada (i.e. 2% do stock total de edifícios, ligeiramente superior à média nacional) e 2.477 edifícios com necessidade de reparações de média e grande dimensão (i.e. 12% do stock total de edifícios, contra 10% a nível nacional); por referência à idade dos edifícios, deve referir-se que 96% dos edifícios numa das situações acima descritas eram anteriores a 1980, sendo 83% anteriores a 1960 e 62% anteriores a 1945 (Quadro 17). Apesar da magnitude que se reconhece a estes valores, deve aqui assinalar-se um recurso limitado por parte do Município à aplicação de medidas de penalização sobre os proprietários com imóveis nas condições descritas, designadamente por via do agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis⁹ e/ou da aplicação das coimas previstas na legislação aplicável.

QUADRO 17 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE EDIFICADO DO CONCELHO DE ABRANTES (2011)

Época de Construção	Sem necessidade de reparação		Pequenas reparações		Reparações médias		Grandes reparações		Muito degradado		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
< 1919	408	26,3	395	25,5	301	19,4	228	14,7	220	14,2	1 552	100,0
1919-1945	1 031	34,5	922	30,8	578	19,3	328	11,0	132	4,4	2 991	100,0
1946-1960	1 817	52,9	1 007	29,3	419	12,2	155	4,5	38	1,1	3 436	100,0
1961-1980	4 349	74,6	1 102	18,9	316	5,4	53	0,9	12	0,2	5 832	100,0
1981-1990	1 904	85,2	272	12,2	51	2,3	7	0,3	1	0,0	2 235	100,0
1991-2000	2 165	90,7	193	8,1	27	1,1	1	0,0	0	0,0	2 386	100,0
2001-2011	1 865	96,3	55	2,8	8	0,4	5	0,3	3	0,2	1 936	100,0
Total	13 539	66,5	3 946	19,4	1 700	8,3	777	3,8	406	2,0	20 368	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Relativamente à distribuição territorial deste tipo de situações, interessa destacar que as mesmas ocorrem maioritariamente na UEOT Central (59% do total), com destaque para a UF de Abrantes e Alferrarede (29% do total) (Quadro 18). Contudo, e apesar desta concentração (similar ao peso relativo desta UF no stock total de edifícios do concelho), pode dizer-se que os problemas relacionados com o estado de conservação do parque edificado estão disseminados pela generalidade do território concelhio, apresentando especial intensidade nas Freguesias de Martinchel (20% do respetivo stock de edifícios), Fontes (idem), Carvalhal (17%) e Rio de Moinhos (16% e nas UF de Alvega e Concavada (17%) e de Abrantes e Alferrarede (16%).

Finalmente, e tendo por referência o período decorrido desde 2011, é possível identificar um abrandamento muito significativo – extensível, de resto, ao Médio Tejo e à generalidade do país – do ritmo de crescimento do stock de edifícios do concelho, bem patente na conclusão de somente 174 edifícios novos para habitação familiar até ao final de 2019 (i.e. o equivalente a 0,9% do stock recenseado em 2011), os quais correspondiam fundamentalmente a moradias (90% do total) (Quadro 19). No caso dos licenciamentos, por seu turno, interessa também assinalar a existência de uma forte concentração dos projetos para construção de novos edifícios na UEOT Central, que

⁹ Esta medida apenas tem sido aplicada no território da Área de Reabilitação Urbana [ARU] do Centro Histórico da cidade de Abrantes; está entretanto previsto o alargamento territorial desta medida aos territórios abrangidos pelas novas ARU de Alferrarede e do Rossio ao Sul do Tejo.



representou 77% do total de projetos licenciados entre 2014 e 2019 (dos quais 56% na UF de Abrantes e Alferrarede).

QUADRO 18 – PARQUE EDIFICADO MUITO DEGRADADO OU COM NECESSIDADES DE REPARAÇÃO NAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FREGUESIAS DO CONCELHO DE ABRANTES (2011)

Época de Construção	Pequenas reparações		Reparações médias		Grandes reparações		Muito degradado		Stock Total de Edifícios	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
UEOT Central	2442	61,9	1031	60,6	443	57,0	223	54,9	12 045	59,1
Abrantes e Alferrarede [UF]	1158	29,3	519	30,5	194	25,0	114	28,1	5 253	25,8
Pego	231	5,9	68	4,0	32	4,1	17	4,2	1 573	7,7
Rio de Moinhos	106	2,7	60	3,5	38	4,9	17	4,2	728	3,6
S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo [UF]	500	12,7	204	12,0	103	13,3	42	10,3	2 570	12,6
Tramagal	447	11,3	180	10,6	76	9,8	33	8,1	1 921	9,4
UEOT Norte	431	10,9	236	13,9	136	17,5	102	25,1	3 002	14,7
Aldeia do Mato e Souto [UF]	167	4,2	82	4,8	27	3,5	21	5,2	1 162	5,7
Carvalhal	107	2,7	63	3,7	49	6,3	3	0,7	674	3,3
Fontes	78	2,0	48	2,8	27	3,5	64	15,8	708	3,5
Martinchel	79	2,0	43	2,5	33	4,2	14	3,4	458	2,2
UEOT Mouriscas	306	7,8	130	7,6	47	6,0	7	1,7	1 455	7,1
Mouriscas	306	7,8	130	7,6	47	6,0	7	1,7	1 455	7,1
UEOT Sul	468	11,9	185	10,9	68	8,8	23	5,7	2 380	11,7
Bemposta	304	7,7	80	4,7	30	3,9	8	2,0	1 297	6,4
S. Facundo e Vale das Mós [UF]	164	4,2	105	6,2	38	4,9	15	3,7	1 083	5,3
UEOT Oriental	299	7,6	118	6,9	83	10,7	51	12,6	1 486	7,3
Alvega e Concavada [UF]	299	7,6	118	6,9	83	10,7	51	12,6	1 486	7,3
Total	3946	100,0	1700	100,0	777	100,0	406	100,0	20 368	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

QUADRO 19 – LICENCIAMENTO E CONCLUSÃO DE EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR NO CONCELHO DE ABRANTES SEGUNDO O TIPO DE OBRA (2011-2019)

Unidade Territorial	Variável	Construções Novas		Ampliações, Alterações e Reconstruções		Total	
		nº	%	nº	%	nº	%
Abrantes	Edifícios licenciados	143	54,6	119	45,4	262	100,0
	Edifícios concluídos	174	63,0	102	37,0	276	100,0
Médio Tejo	Edifícios licenciados	1 801	66,4	913	33,6	2 714	100,0
	Edifícios concluídos	1 920	70,2	815	29,8	2 735	100,0
Portugal	Edifícios licenciados	78 863	70,9	32 316	29,1	111 179	100,0
	Edifícios concluídos	72 050	74,0	25 307	26,0	97 357	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

É relevante frisar, ainda a este respeito, que o peso relativo das intervenções de ampliação, alteração e/ou reconstrução sobre o edificado existente já atinge atualmente uma expressão bastante significativa face à construção nova, com 45% do total de processos de licenciamento de obras e 37% do total de obras concluídas, consubstanciando assim um dinamismo substancialmente superior ao registado no Médio Tejo (34% e 30%, respetivamente) e a nível nacional (29% e 26%, respetivamente).



B.2. PERFIL E EVOLUÇÃO RECENTE DO PARQUE DE ALOJAMENTOS

O parque de alojamentos familiares clássicos do concelho de Abrantes era constituído em 2011 por um stock total de 25.480 fogos, traduzindo um acréscimo de 13% face a 2001 que, apesar de similar à dinâmica do Médio Tejo, é inferior aos 17% observados para o conjunto do país (Quadro 20).

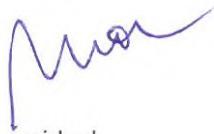
QUADRO 20 – STOCK DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS NO CONCELHO DE ABRANTES SEGUNDO A FORMA DE OCUPAÇÃO (2001/2011)

Forma de Ocupação	Ano	Abrantes		Médio Tejo		Portugal		
		nº	%	nº	%	nº	%	
Alojamentos ocupados	Residência habitual	2001	15 857	70,1	92 755	66,0	3 551 229	70,7
		2011	15 878	62,3	96 947	61,0	3 991 112	68,1
		Variação	21	0,1	4 192	4,5	439 883	12,4
	Uso sazonal ou residência secundária	2001	3 829	16,9	32 021	22,8	924 419	18,4
		2011	5 215	20,5	38 829	24,4	1 133 300	19,3
		Variação	1 386	36,2	6 808	21,3	208 881	22,6
	Subtotal	2001	19 686	87,1	124 776	88,8	4 475 648	89,2
		2011	21 093	82,8	135 776	85,4	5 124 412	87,5
		Variação	1 407	7,1	11 000	8,8	648 764	14,5
Alojamentos vagos	Para venda	2001	415	1,8	2 340	1,7	105 415	2,1
		2011	609	2,4	4 097	2,6	164 745	2,8
		Variação	194	46,7	1 757	75,1	59 330	56,3
	Para aluguer	2001	286	1,3	1 555	1,1	80 094	1,6
		2011	368	1,4	1 960	1,2	110 221	1,9
		Variação	82	28,7	405	26,0	30 127	37,6
	Para demolir	2001	201	0,9	1 588	1,1	27 692	0,6
		2011	127	0,5	1 416	0,9	28 388	0,5
		Variação	-74	-36,8	-172	-10,8	696	2,5
	Outras situações	2001	2 021	8,9	10 227	7,3	330 576	6,6
		2011	3 283	12,9	15 733	9,9	431 774	7,4
		Variação	1 262	62,4	5 506	53,8	101 198	30,6
	Subtotal	2001	2 923	12,9	15 710	11,2	543 777	10,8
		2011	4 387	17,2	23 206	14,6	735 128	12,5
		Variação	1 464	50,1	7 496	47,7	191 351	35,2
Total	2001	22 609	100,0	140 486	100,0	5 019 425	100,0	
	2011	25 480	100,0	158 982	100,0	5 859 540	100,0	
	Variação	2 871	12,7	18 496	13,2	840 115	16,7	

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Do ponto de vista da forma de ocupação, verifica-se que o número de alojamentos ocupados como residência habitual não registou alterações substanciais entre 2001 e 2011, refletindo assim a estabilidade registada ao nível do número de famílias durante esse período (cf. Capítulo A.3). A proporção de alojamentos nesta situação em 2011 cifrou-se em 62%, valor muito próximo da realidade regional do Médio Tejo (61%) mas inferior face à média nacional (68%). A leitura inversa destes valores permite constatar que 38% dos alojamentos do concelho não se encontravam utilizados enquanto residência habitual, sendo que 20% correspondiam a habitação secundária ou de uso sazonal e os restantes 17% a alojamentos vagos/não utilizados (24% e 15% no Médio Tejo, respetivamente). Em relação a esta última situação, vale a ainda a pena referir que:

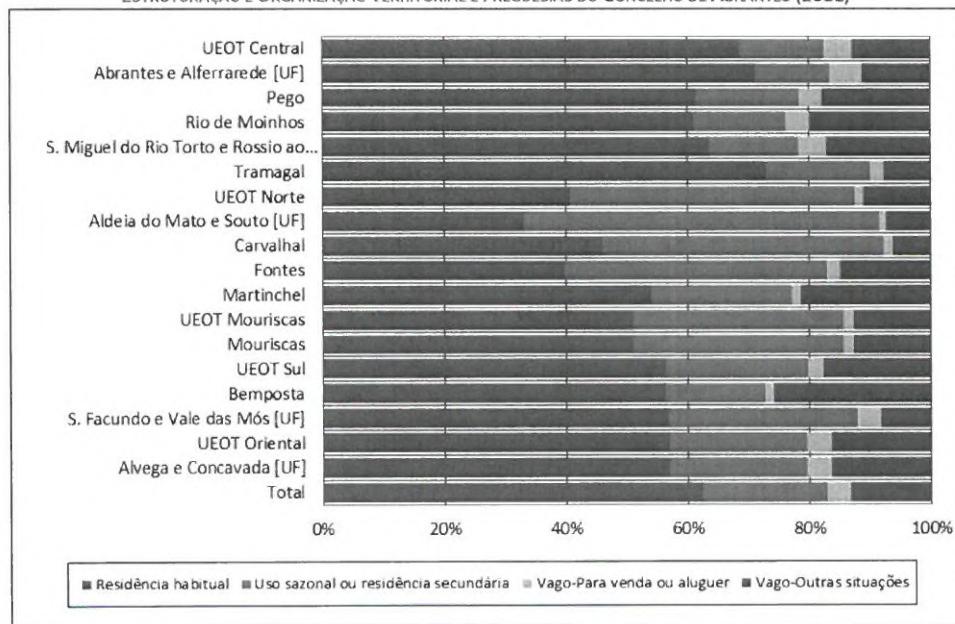
- 977 alojamentos vagos (i.e. 4% do stock total) estavam disponíveis no mercado de habitação, dos quais 609 para venda e 368 para aluguer/arrendamento (i.e. 2% e 1% do stock total, respetivamente);
- 127 alojamentos vagos (i.e. menos de 1% do stock total) estavam fora do mercado de habitação e tinham a demolição como destino previsível;



- 3.283 alojamentos vagos (i.e. 13% do stock total) estavam classificados na categoria residual relativa a outras situações, ignorando-se como tal qual o seu destino previsível.

A ventilação territorial destes valores permite evidenciar uma assinalável diversidade de situações no interior do concelho, sendo especialmente relevante destacar que, em 2011, a proporção de alojamentos ocupados como residência habitual na Unidade de Estruturação e Organização Territorial [UEOT] Central era de 69% e na UEOT Norte era de apenas 41% (Gráfico 14). Por contraponto, o peso relativo dos alojamentos afetos a uso sazonal ou residência secundária apresentava-se substancialmente mais elevado na UEOT Norte e na UEOT das Mouriscas (47% e 34%, respetivamente), facto que, atendendo à margem de discricionariedade que intrinsecamente afeta a atribuição desta classificação, sugere que possa estar em presença de uma proporção de alojamentos vagos substancialmente superior àquela que se encontra reportada para essas UEOT (12% e 14%, respetivamente).

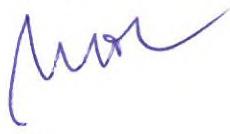
GRÁFICO 14 – FORMA DE OCUPAÇÃO DO STOCK DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS NAS UNIDADES DE ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E FREGUESIAS DO CONCELHO DE ABRANTES (2011)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Ainda por referência a 2011, é pertinente assinalar que 69% dos alojamentos familiares clássicos de residência habitual localizados no concelho de Abrantes possuíam 5 ou mais divisões¹⁰, o que corresponderá a uma tipologia presumível igual ou superior ao T3, dos quais 28% de tipologia presumível igual ou superior ao T4; em contraponto, os alojamentos de tipologia presumível igual ou inferior ao T1 (i.e. com um máximo de 2-3 divisões) representariam menos de 11% do stock total

¹⁰ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, uma divisão corresponde a um espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4m² de área e 2m de altura, na sua maior parte; não são considerados como divisões os corredores, as varandas, as marquises, as casas de banho, as despensas, os vestíbulos e, caso possuam menos de 4m² de área, as cozinhas.



de alojamentos em uso como residência habitual, não obstante pouco mais de metade (i.e. 52%) das famílias residentes serem compostas por uma única pessoa ou constituírem um casal sem outras pessoas a residir no alojamento (Quadro 21). Estes dados permitem reforçar a ideia de uma afetação claramente ineficiente dos recursos habitacionais do concelho, valendo a pena recordar que cerca de $\frac{3}{4}$ do seu parque de alojamentos clássicos de residência habitual se encontrava em 2011 numa situação de sublocação (i.e. 76% do total), dos quais 44% com 2 ou mais divisões excedentárias face à dimensão e estrutura da(s) família(s) residente(s) (cf. Capítulo A.5).

QUADRO 21 – ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL NO CONCELHO DE ABRANTES
SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES E A TIPOLOGIA PRESUMÍVEL DO ALOJAMENTO (2011)

Unidade Territorial	Unidade	Número de Divisões do Alojamento/Tipologia Presumível do Alojamento							Total
		1 Divisão T0	2 Divisões T0 a T1	3 Divisões T1 a T2	4 Divisões T2 a T3	5 Divisões T3 a T4	6 Divisões T4 a T5	≥ 7 Divisões =>T5	
Abrantes	nº	43	144	717	4 088	6 502	2 286	2 098	15 878
	%	0,3	0,9	4,5	25,7	40,9	14,4	13,2	100,0
Médio Tejo	nº	228	907	4 689	22 666	37 890	15 216	15 351	96 947
	%	0,2	0,9	4,8	23,4	39,1	15,7	15,8	100,0
Portugal	nº	18 557	73 763	354 530	1 176 987	1 301 963	539 853	525 459	3 991 112
	%	0,5	1,8	8,9	29,5	32,6	13,5	13,2	100,0

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE IMPROVECONSULT

Como é possível constatar, o conjunto de elementos apresentados aponta para que, em 2011, a oferta local de alojamentos familiares clássicos suscetíveis de satisfazer globalmente a procura veiculada pelas famílias para fins de residência habitual ascendesse a um total de 16.855 fogos¹¹, ou seja, superior em 5,4% face ao número de famílias que, nesse ano, residia no concelho (valor intermédio entre os 5,2% e os 5,5% apurados para o Médio Tejo e o conjunto do país, respetivamente). Sem prejuízo da existência desta folga, importa assinalar que o Município de Abrantes não procedeu desde então à aplicação de medidas específicas de incentivo à efetiva reintegração do stock de imóveis vagos/devolutos no mercado de habitação (por exemplo através do agravamento do Imposto Municipal sobre Imóveis para fogos nesta situação).

QUADRO 22 – LICENCIAMENTO E CONCLUSÃO DE FOGOS EM CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR NO CONCELHO DE ABRANTES (2011-2019)

Unidade Territorial	Variável	Tipologia						Total		
		T0 ou T1		T2		T3		≥ T4		
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Abrantes	Fogos licenciados	9	5,4	29	17,5	83	50,0	45	27,1	166
	Fogos concluídos	9	3,7	38	15,8	131	54,4	63	26,1	241
Médio Tejo	Fogos licenciados	130	6,0	429	19,9	1.093	50,6	508	23,5	2.160
	Fogos concluídos	153	5,9	450	17,5	1.298	50,4	673	26,1	2.574
Portugal	Fogos licenciados	13.210	10,7	27.015	21,8	61.003	49,3	22.600	18,3	123.828
	Fogos concluídos	10.716	9,3	24.879	21,6	56.283	48,9	23.108	20,1	114.986

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Relativamente ao período decorrido desde 2011, considera-se especialmente relevante destacar aqui que as estimativas produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística para 2019 apontam para um forte abrandamento – extensível ao Médio Tejo e à generalidade do país – do ritmo de crescimento do stock de alojamentos familiares do concelho (+1%), bem patente também na

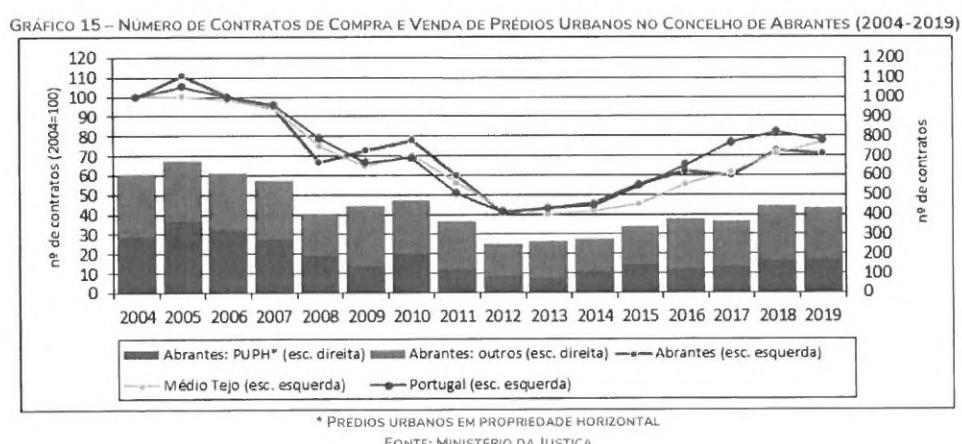
¹¹ Valor obtido por somatório dos alojamentos ocupados como residência habitual e dos alojamentos vagos para venda ou aluguer.

conclusão de somente 241 novos fogos para habitação familiar até 2019 (i.e. o equivalente a 1% do stock recenseado em 2011) (Quadro 22).

Por referência à situação recenseada em 2011, é importante assinalar que o perfil dos fogos concluídos no período 2011-2019 não revela qualquer tendência relevante de adaptação às transformações observadas em matéria de dimensão das famílias, situação que é evidenciada pela manutenção de uma clara predominância dos fogos de tipologia igual ou superior ao T3 (80% do total de novos fogos, dos quais 26% de tipologia igual ou superior ao T4) e que se estende também aos licenciamentos aprovados nesse período para novas construções (77% correspondem a fogos de tipologia igual ou superior a T3, dos quais 27% de tipologia igual ou superior a T4). Em contraponto, o peso relativo dos fogos concluídos ou licenciados com tipologia igual ou inferior ao T2 mantém-se claramente minoritária (20% e 23%, respetivamente), sendo praticamente residual no caso dos fogos com tipologia T0 ou T1 (4% e 5% do total, respetivamente).

B.3. PREÇOS DE TRANSAÇÃO E ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS

A análise do mercado de transações de prédios urbanos¹² no concelho de Abrantes entre 2004 e 2019 permite identificar um primeiro subperíodo onde o número de contratos de compra e venda seguiu uma tendência – não linear – de contração até 2012, seguindo-se-lhe um segundo subperíodo em que, após alguma estabilização, se assistiu a uma progressiva recuperação (Gráfico 15). Apesar desta inversão de trajetória, muito similar ao comportamento registado para o conjunto do país (e, bem assim, do Médio Tejo), verifica-se que os 434 contratos celebrados em 2019 representavam somente 64% do número de contratos que tiveram lugar em 2005 (610 contratos), ou seja, ainda consideravelmente abaixo da dinâmica transacional existente até à crise económica e financeira que se instalou em Portugal a partir de 2008-2009.

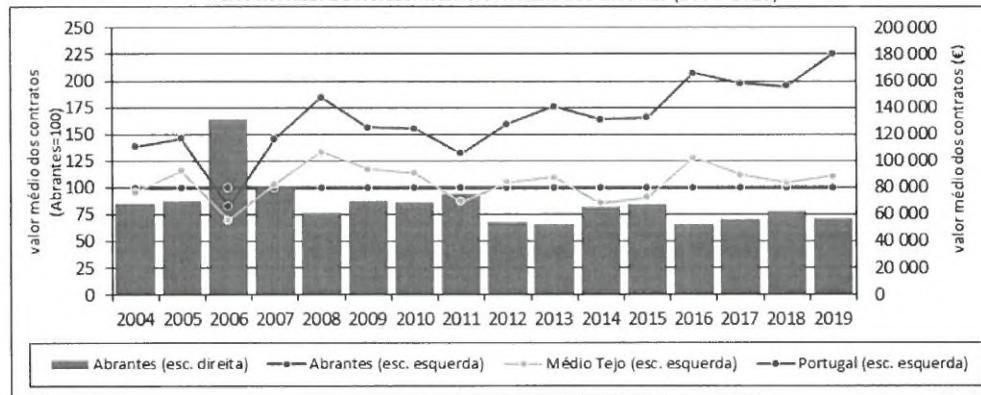


¹² De acordo com o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, o conceito de prédio urbano refere-se fundamentalmente a terrenos, edifícios/construções ou ao conjunto formado por ambos; no caso dos prédios urbanos em propriedade horizontal, tipicamente enquadrados em edifícios com duas ou mais frações autónomas (p.ex. um apartamento inserido num edifício de habitação plurifamiliar), cada fração é tida como um prédio urbano.

M. M.

Tomando o valor médio dos contratos de compra e venda de prédios urbanos em propriedade horizontal como proxy (ainda que limitada e imperfeita) dos preços absolutos e relativos da habitação, verifica-se que este apresentou uma trajetória – igualmente não linear – de sentido decrescente, contrariando assim a tendência de aumento observada a nível nacional (Gráfico 16). Este indicador sinaliza, assim, uma posição de clara e crescente competitividade-custo do concelho em relação ao conjunto do país, situação que é menos evidente – e muito variável – em relação ao Médio Tejo.

GRÁFICO 16 – VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE PRÉDIOS URBANOS
EM PROPRIEDADE HORIZONTAL NO CONCELHO DE ABRANTES (2004-2019)



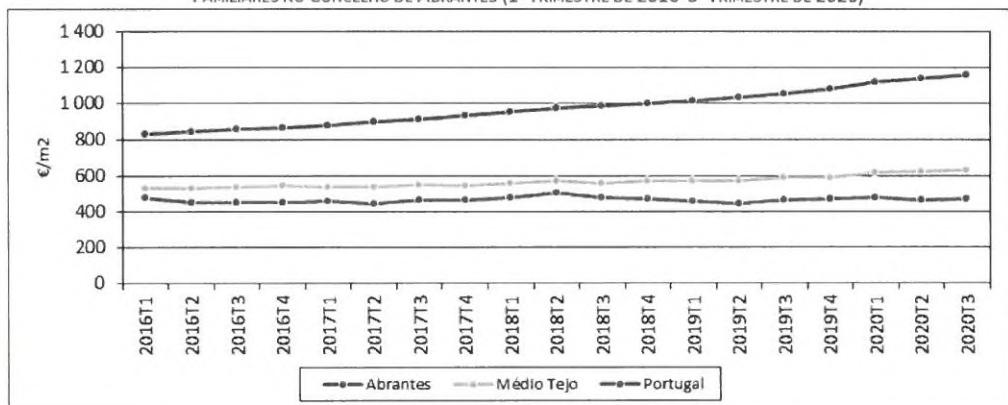
FONTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

O recurso ao valor mediano de venda por metro quadrado de aloamentos familiares permite superar algumas das limitações do indicador anterior, designadamente porque restringe o universo de transações em análise aos aloamentos familiares e, ao mesmo tempo, permite uma comparabilidade mais precisa devido à unidade de medida utilizada ($€/m^2$). Apesar de cobrir um período temporal mais limitado (compreendido entre o 1º trimestre de 2016 e o 3º trimestre de 2020), este outro indicador permite sustentar três ideias principais que importa aqui destacar (Gráfico 17):

- a primeira prende-se com a forte estabilidade do valor mediano das transações de imóveis para habitação no concelho ao longo de todo o período em análise, diferenciando-se assim da trajetória de aumento continuado observada tanto a nível nacional (+40%) como a nível regional (+19%);
- a segunda prende-se com a confirmação da posição de competitividade-custo do concelho de Abrantes em relação ao conjunto do país, verificando-se que o adicional do valor mediano dos imóveis transacionados a nível nacional aumentou consistentemente de +75% (1º trimestre de 2016) para +145% (3º trimestre de 2020) do valor mediano concelhio ao longo do período em análise;
- a terceira, mais ténue mas igualmente evidente, prende-se com o reforço da posição de competitividade-custo do concelho de Abrantes em relação ao conjunto do Médio Tejo, verificando-se que o adicional do valor mediano dos imóveis transacionados a nível regional aumentou consistentemente de +12% (1º trimestre de 2016) para +34% (3º trimestre de 2020) do valor mediano concelhio ao longo do período em análise.



GRÁFICO 17 – VALOR MEDIANO DE VENDA POR METRO QUADRADO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES NO CONCELHO DE ABRANTES (1º TRIMESTRE DE 2016-3º TRIMESTRE DE 2020)

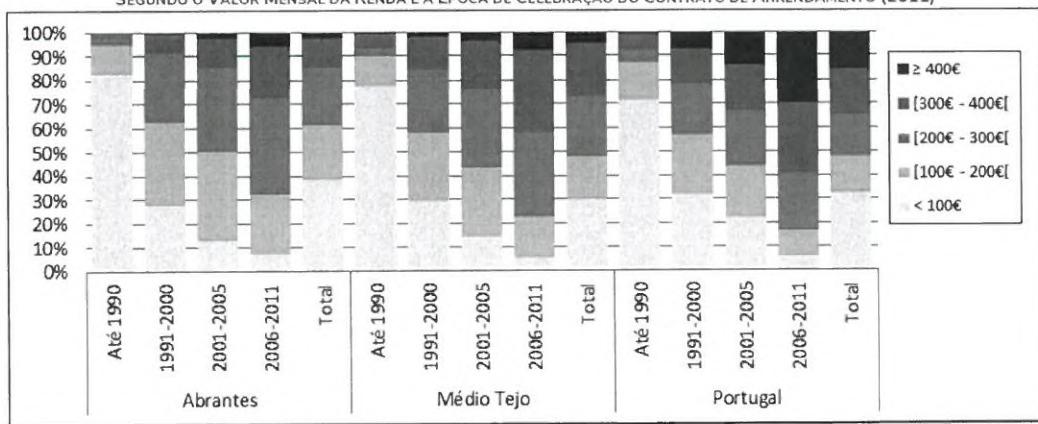


FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

No que respeita ao segmento de arrendamento habitacional, importa começar por recordar que este abrangia em 2011 somente 12% do stock de alojamentos clássicos de residência habitual (contra 13% em 2001), sendo que 41% dos contratos de arrendamento então em vigor haviam sido celebrados entre 2006 e 2011 (cf. Capítulo A.4). Do ponto de vista dos preços praticados, o traço marcante da situação recenseada em 2011 residia na existência de uma correlação linear negativa evidente entre o valor das rendas e a antiguidade dos contratos de arrendamento em vigor, bem patente na forte assimetria de valores que caracterizava os contratos celebrados até 1990 e os contratos mais recentes (Gráfico 18):

- 95% dos contratos celebrados até 1990 possuía um valor mensal de renda inferior a 200€ (contra 90% no Médio Tejo e 87% no conjunto do país), dos quais 83% com valor inferior a 100€, 65% com valor inferior a 50€ e 33% com valor inferior a 20€;
- 68% dos contratos celebrados entre 2006 e 2011 possuía um valor mensal de renda igual ou superior a 200€ (contra 78% no Médio Tejo e 83% no conjunto do país), dos quais 27% com valor igual ou superior a 300€ e 5% com valor igual ou superior a 400€.

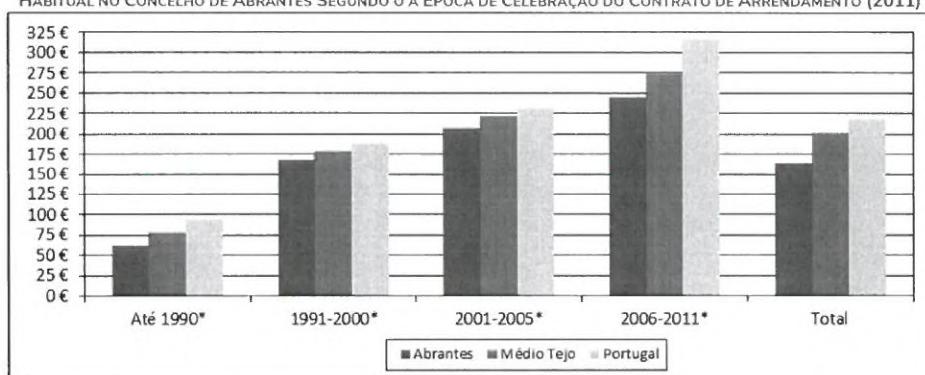
GRÁFICO 18 – ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL NO CONCELHO DE ABRANTES SEGUNDO O VALOR MENSAL DA RENDA E A ÉPOCA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO (2011)



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Em termos médios, por seu turno, o valor mensal das rendas praticadas no concelho em 2011 era de 164€, ou seja, claramente inferior ao valor médio praticado no Médio Tejo e, sobretudo, no conjunto do país (-19% e -25%, respetivamente) (Gráfico 19). Relativamente aos contratos celebrados entre 2006 e 2011, estima-se que o valor médio das rendas praticadas no concelho ascendesse a 245€, mantendo-se o diferencial relativo face ao valor médio praticado a nível nacional (-23%) e reduzindo-se o diferencial relativo ao valor médio praticado no Médio Tejo (-10%).

GRÁFICO 19 – VALOR MÉDIO DA RENDA MENSAL DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL NO CONCELHO DE ABRANTES SEGUNDO A ÉPOCA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO (2011)



* VALORES OBTIDOS POR ESTIMATIVA DA IMPROVECONSULT COM BASE EM INFORMAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E ESTIMATIVAS PRÓPRIAS DA IMPROVECONSULT

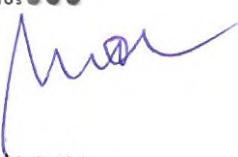
Apesar das limitações de informação colocadas pelo Sistema Estatístico Nacional a uma leitura mais atualizada do segmento de arrendamento habitacional, é expectável que o dualismo entre os contratos mais antigos e os contratos mais recentes tenha conhecido algum esbatimento nos últimos anos, fruto do processo de atualização de rendas despoletado por via da revisão do regime jurídico do arrendamento urbano operada em 2012. Parece plausível afirmar-se, por outro lado, que a quota de mercado deste segmento possa ter conhecido algum crescimento face à situação reportada em 2011, não obstante o abrandamento observado no ritmo de celebração de novos contratos de arrendamento entre o 2º semestre de 2017 e o 2º semestre de 2020 (Quadro 23).

QUADRO 23 – NÚMERO E VALOR MEDIANO DOS NOVOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES NO CONCELHO DE ABRANTES (2º SEMESTRE DE 2017/2º SEMESTRE DE 2020)

Unidade Territorial	Variável	Unidade	2017		2018		2019		2020	
			2º Sem.	1º Sem.						
Abrantes	novos contratos	nº	236	233	221	196	215	206	197	
	valor mediano dos novos contratos	€/m ²	2,65	2,73	2,82	2,91	3,05	3,04	3,26	
Médio Tejo	novos contratos	nº	1 582	1 550	1 566	1 506	1 579	1 549	1 597	
	valor mediano dos novos contratos	€/m ²	2,98	3,06	3,22	3,33	3,36	3,45	3,60	
Portugal	novos contratos	nº	84 383	79 723	77 723	71 369	72 788	74 088	79 878	
	valor mediano dos novos contratos	€/m ²	4,39	4,58	4,80	5,00	5,32	5,47	5,61	

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Relativamente ao valor das rendas associadas a estes novos contratos, os dados disponíveis apontam para um incremento significativo do respetivo valor mediano unitário no período em apreço, passando de 2,65€/m² no 2º semestre de 2017 para 3,26€/m² no 2º semestre de 2020 (i.e. +23%, contra +21% no Médio Tejo e +28% a nível nacional). A exemplo do que sucede com as transações de imóveis, constata-se que também no segmento de arrendamento o posicionamento



do concelho de Abrantes é mais favorável em termos de competitividade-custo relativamente quer ao Médio Tejo (com valores inferiores em cerca de -10%), quer, sobretudo, do conjunto do país (cerca de -40%); é de notar, contudo, que a relação entre o valor mediano unitário dos novos contratos de arrendamento e o valor mediano unitário de compra/venda de alojamentos familiares no concelho de Abrantes sugere alguma sobrevalorização do primeiro, tendo por referência a realidade média nacional, o que poderá traduzir-se numa menor atratividade junto da procura dessa modalidade de acesso à habitação. Deve referir-se, relativamente a estes valores, que as percepções e informações transmitidas pelos agentes auscultados sugerem que os preços efetivamente praticados no concelho – e, em especial, na cidade de Abrantes – sejam consideravelmente superiores aos apresentados, situação que, a confirmar-se, poderá indicar alguma relevância de práticas informais (i.e. não declaradas) no mercado de arrendamento local.

B.4. PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL

O parque de habitação social localizado no concelho de Abrantes é atualmente constituído por 31 fogos de propriedade do Município¹³ e aproximadamente 50 fogos de propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes e da Fábrica da Igreja Paroquial de São João (através da instituição Património dos Pobres).

No caso do parque habitacional a cargo do Município, verifica-se que este está maioritariamente concentrado na União de Freguesias [UF] de Abrantes e Alferrarede e, mais concretamente, na cidade de Abrantes (25 fogos, i.e. 81% do total), dispersando-se os restantes fogos pela UF de São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo (2 fogos em São Miguel do Rio Torto) e pelas Freguesias do Pego (2 fogos), Rio de Moinhos e Tramagal (1 fogo cada); no caso da cidade de Abrantes, é relevante assinalar que 14 dos 25 fogos existentes estão localizados no designado Bairro Municipal (Quadro 24).

QUADRO 24 – ESTRUTURA DO PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ABRANTES (MAIO DE 2021)

Freguesias/Uniões de Freguesias	Tipologia										Total	
	T1		T2		T3		T5					
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%		
Abrantes e Alferrarede [UF]	3	12,0	15	60,0	7	28,0	0	0,0	25	100,0		
Pego	2	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0		
Rio de Moinhos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	1	100,0		
São Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo [UF]	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0		
Tramagal	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0		
Total	5	16,1	16	51,6	8	25,8	2	6,5	31	100,0		

FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

A tipologia dominante do stock de fogos que integram este parque habitacional corresponde ao T2 (16 fogos, i.e. 52% do total), seguida pelo T3 (8 fogos) e pelo T1 (5 fogos); acima do T3, existem apenas 2 fogos com a tipologia T5. Estes fogos correspondem maioritariamente a edifícios de habitação unifamiliar (21 fogos, i.e. 68% do total), integrando-se os restantes em edifícios de habitação plurifamiliar (não exclusiva nem principalmente de propriedade municipal).

¹³ A estes 31 fogos acresce ainda uma casa de emergência localizada na cidade de Abrantes com a tipologia T2.



Em termos de ocupação, os dados fornecidos pelo Município relativamente a Fevereiro de 2021 apontam para uma taxa de ocupação global deste parque habitacional de 77%, o que corresponde a 24 fogos ocupados num total de 31 fogos. Estão identificadas necessidades de intervenção de conservação/beneficiação/reabilitação com dimensão e complexidade muito variáveis em 16 fogos, dos quais 5 são fogos atualmente desocupados.

Do ponto de vista das rendas praticadas (todas elas já abrangidas pelo regime de renda apoiada), verifica-se que o valor mensal agregado das rendas em vigor é de 1.095,72€, o que corresponde a uma renda média de 42,14€ por fogo; deve notar-se, contudo, que 64% desta receita provém de apenas 27% dos contratos, sendo que em 73% dos fogos a renda mensal praticada é inferior a 50€ e que em 42% dos fogos esse valor é inferior 25€ (Quadro 25). De acordo com informação fornecida pelo Município de Abrantes, o montante de rendas em dívida ascende a cerca de 2.634,43€ com origem em 23% dos arrendatários, embora 91% desse montante esteja imputado a um único arrendatário.

QUADRO 25 – ESTRUTURA DAS RECEITAS COM RENDAS DO PARQUE DE HABITAÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ABRANTES (MARÇO DE 2021)

Variável	Contratos		Receitas	
	nº	%	€	%
Escalão de renda	< 10€	6	23,1	33,21
	[10€ - 25€[6	23,1	108,71
	[25€ - 50€[7	26,9	249,19
	[50€ - 100€[4	15,4	272,43
	=> 100€	3	11,5	432,18
	Total	26	100,0	1095,72
Valor médio de renda	-	-	42,14	-
Desvio-padrão dos valores de renda	-	-	43,00	-
Quartis dos valores de renda	1º quartil	-	13,35	-
	2º quartil	-	30,20	-
	3º quartil	-	58,58	-

FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ABRANTES

Apesar de não se dispor de elementos informativos quantificados sobre o stock de fogos detido quer pela Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, quer pela Fábrica da Igreja Paroquial de São João, compete aqui referir que estas entidades não sinalizaram necessidades/intenções concretas de intervenção nos respetivos parques de habitação social. Interessa referir, igualmente, que estas entidades não possuem projetos nem intenções de ampliação do stock de fogos a afetar ao regime de renda apoiada.

Mas

C. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

C.1. SISTEMATIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE PARTIDA

O vasto conjunto de elementos de caracterização apresentado nos Capítulos precedentes posiciona-se como uma base de conhecimento fundamental para enquadrar e orientar o desenho de uma Estratégia Local de Habitação para o concelho de Abrantes. Mais do que proceder a um resumo desses elementos, pretende-se agora fornecer uma leitura integrada sobre a situação habitacional existente e perspetivada para este território, realçando para o efeito aqueles que considera serem os aspetos mais relevantes que decorrem da análise realizada.

Assim, o primeiro aspeto que importa aqui realçar prende-se com a interrupção do ciclo expansivo que caracterizou a evolução do parque habitacional do concelho nas últimas décadas, refletindo um comportamento extensível à generalidade do país e que pode ser genericamente entendido como um efeito direto da crise económica e financeira despoletada em 2008-2009. Apesar do caráter algo abrupto desta interrupção, não há evidência que a mesma seja geradora per se de constrangimentos quantitativos no acesso à habitação, dado que existe no concelho um stock de alojamentos sem utilização residencial efetiva que aparenta ter dimensão suficiente e possuir (ou poder vir a possuir) condições para responder de forma eficaz e eficiente às principais dinâmicas de procura, potenciando também uma aposta mais expressiva na reabilitação do existente em detrimento da construção nova. Não deve ignorar-se, por outro lado, a própria trajetória de diminuição do efetivo populacional residente no concelho que se estima ter tido lugar na última década, a qual, embora com expressão territorial assimétrica e não necessariamente traduzível sob a forma de uma redução linear da procura de habitação, parece constituir-se como uma tendência de difícil reversão.

O segundo aspeto que se entende dever ser aqui destacado prende-se com a manutenção de uma clara predominância da aquisição de casa própria como modalidade privilegiada de acesso à habitação, traduzindo um comportamento coletivo (nacional) fortemente ancorado em fatores de natureza cultural e uma estrutura de incentivos (públicos e privados) que, historicamente, tem favorecido a sua afirmação. Nesta matéria, o traço marcante da evolução observada na última década consiste na forte retração do financiamento bancário concedido para efeitos de aquisição de habitação, o qual terá seguramente inviabilizado o acesso a esta modalidade de acesso à habitação para segmentos de procura quantitativamente expressivos (especialmente jovens e famílias com rendimentos modestos) e, consequentemente, a redução do número de transações de imóveis nesse período. Apesar dos sinais de retoma recentemente esboçados, não é expectável que a oferta de financiamento bancário para este fim volte a atingir os níveis anteriormente registados, limitando assim o peso relativo que esta modalidade de acesso à habitação possa vir a assumir no futuro.

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

7. - Regulamento do FINABRANTES - Programa de Apoio às Coletividades do Concelho de Abrantes

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, e, no artigo 25º, nº 1, alínea g), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera *aprovar o Regulamento do FINABRANTES - Programa de Apoio às Coletividades do Concelho de Abrantes*, conforme documento anexo.

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

fl. 1/20

FINAbrantes, Programa de apoio às coletividades de Abrantes

PREÂMBULO

As sociedades atuais caracterizam-se por um movimento de constante e acelerada mudança, capaz de gerar situações de instabilidade e dificuldades de adaptação ao novos contextos. Por isso carecem de políticas e estratégias ativas, capazes de acompanharem a evolução e de permitirem às diferentes comunidades uma constante adaptação às necessidades e exigências dos novos tempos.

Com políticas inovadoras e estratégias ativas e criativas e capazes de assegurar a todos os cidadãos a garantia de satisfação dos seus direitos elementares, contribui-se para uma sociedade mais justa, em que um esforço permanente de coesão e integração social são um imperativo.

O movimento associativo em Abrantes é a expressão organizada de um dos mais dinâmicos agentes de transmissão de identidade cultural do nosso território. Apoiar e fomentar o associativismo em Abrantes, nas suas múltiplas formas, é uma ferramenta extraordinária do desenvolvimento local e de promoção da sustentabilidade social.

O Município de Abrantes, desde o início do século XXI (com programas como o PAAJA, destinado ao associativismo juvenil e mais tarde com o FinDesp, ao qual sucederam o FinCult, o FinJovem, o FinSocial e o FinEvent), tem estimulado e viabilizado um diverso conjunto de projetos, materiais e imateriais, de enorme relevo para a comunidade abrantina.

Muita dessa atividade, no concelho de Abrantes, passa pelo trabalho das entidades da economia social, principalmente as associações e outras coletividades, que têm um papel fundamental no fortalecimento do tecido social, pois fomentam o envolvimento e a participação das pessoas, ajudando a criar na comunidade sentimentos de pertença e de desenvolvimento do concelho. As coletividades abrantinas são uma trave fundamental da estutura da nossa sociedade.

Manter e apoiar as atividades das diversas entidades, nas áreas da cultura, do desporto e recreio, da juventude e da intervenção social, de forma regular e diversificada, é algo decisivo para o fortalecimentos deste pilar fundamental para coesão social e para o apoio aos interesses e necessidades de cada cidadão.

Foi neste enquadramento que surgiu o FINAbrantes, cujo programa aprovado a 30.07.2012, procurou incentivar o desenvolvimento de projetos de âmbito cultural, desportivo e recreativo, juvenil e social que contribuam para promover a cultura, a atividade desportiva e recreativa, o associativismo juvenil e a inclusão social, operacionalizando-se, assim, o apoio às entidades que prossigam fins nas áreas anteriormente referidas no concelho de Abrantes.

Neste momento histórico que vivenciamos e conscientes das dificuldades que a pandemia trouxe ao associativismo, renova-se a confiança para que as coletividades abrantinas reforcem a consciência da importância do seu papel enquanto agentes de transformação, de coesão e de sustentabilidade sociais, com a prudência, a coragem, a determinação e a inovação, no rigoroso cumprimento das regras de segurança e de saúde. Surge assim uma nova medida de apoio ao Investimento.

Advoga-se ainda um imperativo estratégico municipal de valorizar os projetos diferenciadores e inovadores que contribuam para a igualdade de género e não-discriminação, para a educação parental e para a ética dos valores.

Tendo em conta as medidas projetadas nas presentes normas regulamentares, continua-se a assumir que os benefícios decorrentes do FINAbrantes se afiguram superiores aos custos que lhe estão associados, ficando plasmados, anualmente, no orçamento municipal.

Deste modo, são redefinidas as normas que estabelecem as condições de atribuição de apoios financeiros, procedendo-se à revisão do regulamento do FINAbrantes, considerando:

- a) que a Constituição da República Portuguesa determina, entre outros, a liberdade de associação (artigo 46º), o direito à fruição e criação cultural (artigo 78º) e à cultura física e ao desporto (artigo 79º), respetivamente;
- b) que os municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e do desporto, nos termos do art. 23º, nº 2, alínea f), do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação;
- c) que compete às câmaras municipais apoiar ou comparticipar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, ou outra ao abrigo do art. 33º, nº 1, alínea u), da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação;
- d) a abertura do procedimento do regulamento foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de 12 de maio de 2020. O início do procedimento foi publicitado no sítio do Município de Abrantes na internet.

É elaborado o presente Regulamento nos termos do disposto no nº 7 do artigo 112º, e no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea g) do nº 1 do artigo 25º e da alínea k) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

O presente Regulamento foi objeto de publicitação e participação procedural nos termos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, bem como a consulta pública, nos termos do artigo 101º do CPA, através de Edital (extrato) nº _____, publicado no Diário da República, 2ª série nº _____ de _____, tendo sido aprovado em reunião da Câmara Municipal de _____ e Assembleia Municipal de _____.

ARTº 1

ÂMBITO DO PROGRAMA

1. O FINAbrantes destina-se a apoiar as entidades, com intervenção nas áreas da cultura, do desporto e recreio, da juventude e da intervenção social, disponibilizando meios para o desenvolvimento e promoção das suas atividades e apoiando projetos a desenvolver nas diversas áreas de atuação.
2. Destina-se ainda ao apoio ao investimento na conservação/ beneficiação e construção de infraestruturas e na aquisição de equipamentos e de viaturas, essenciais ao desenvolvimento da atividade associativa.
3. Os incentivos referidos nos números anteriores são de natureza financeira, sendo atribuídos pela Câmara Municipal de Abrantes, nos termos e condições definidas neste regulamento.

ARTº 2

DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Para efeitos do presente regulamento, são definidos os seguintes conceitos:

Associações de jovens: consideram-se associações de jovens as descritas no nº 1, do artº 2, da Lei 23/2006 de 23 de junho, na atual redação.

Atividades: conjunto de ações/iniciativas específicas a serem realizadas durante um determinado período de tempo, integradas no plano de ação e com vista à obtenção de um determinado resultado.

Elegibilidade: despesa considerada elegível a financiamento, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma atividade ou projeto, cuja natureza e data de realização respeitem a regulamentação específica do FINAbrantes, bem como as demais regras nacionais aplicáveis, em conformidade com o Anexo 3.

Entidades: pessoas coletivas sem fins lucrativos, tais como, associações, cooperativas, misericórdia, centros de dia, clubes, sociedades recreativas, bandas filarmónicas, casas do povo, grupos de teatro, agrupamentos de escuteiros ou escoteiros, ranchos folclóricos e outras legalmente constituídas.

Evento: acontecimento pontual, não repetível no período da mesma candidatura, com impacto relevante e com duração e limite temporal de realização inferior a um mês.

Participantes: todas as pessoas diretamente envolvidas na produção e desenvolvimento de um projeto ou atividade, incluindo-se neste conceito os destinatários que sejam sujeitos ativos e documentados da participação em congressos, ateliês, grupos de trabalho, etc. Distingue-se o conceito de participante do de público

Projetos: conjuntos de atividades de caráter não pontual, devidamente organizadas e planeadas de forma integrada, que visam atingir um determinado resultado.

Público: aplica-se a destinatários mais indiferenciados e eventualmente passivos do que o de participante, tais como, os visitantes de uma exposição ou feira, os espetadores, os públicos-alvo não contabilizáveis, ou os destinatários intangíveis e incontáveis de certos eventos ou atividades.

Respostas sociais: serviços sociais prestados às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, pelas instituições sociais, tais como: serviços de apoio domiciliário, centros de dia, lares, creches, centros de atividades ocupacionais, lares de infância e juventude, centros de acolhimento temporário, lares residenciais, centros de atividades ocupacionais e outras na área da proteção social.

Vulnerabilidade económica: situação ligada à pobreza e ao conceito de privações múltiplas que, em situações extremas, poderá levar o indivíduo à condição de sem-abrigo. É a forma mais grave e complexa de pobreza e exclusão.

Vulnerabilidade social: situação de privação causada geralmente por baixa auto-estima, autossuficiência e autonomia pessoal. Costuma sobrepor-se à vulnerabilidade económica (Bruto da Costa 1998:21).

ARTº 3

REQUISITOS DAS ENTIDADES PROMOTORAS

1. Poderão candidatar-se ao FINAbrantes as entidades sem fins lucrativos que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:
 - a) estejam legalmente constituídas;
 - b) se encontrem em regular e legítimo exercício de mandato direutivo;
 - c) tenham a situação contributiva e tributária regularizada;
 - d) disponham de estatutos e de capacidade suficiente para garantir a boa execução dos projetos;
 - e) se encontrem inscritas na plataforma Abrantes 360;
 - f) se encontrem sedeadas no concelho de Abrantes;
 - g) apresentem candidatura que se enquadrem no objeto dos seus estatutos;
 - h) apresentem as candidaturas nos moldes definidos no presente regulamento.
2. Pela pertinência de determinados projetos a realizar no concelho de Abrantes, excepcionalmente, poderão ser aceites atividades de entidades que não estejam sediadas no concelho, mas consideradas de interesse municipal.
3. Poderão ser apoiados atletas que, cumulativamente, reúnam as seguintes condições:
 - a) Tenham residência no concelho de Abrantes;

- b) Pratiquem desporto federado e representem associações ou clubes com sede no concelho de Abrantes;
- c) Tenham participado em provas de âmbito internacional e de interesse municipal.

ARTº4

MEDIDAS DE APOIO

Por forma a dar resposta às áreas de intervenção anteriormente elencadas, são criadas seis medidas de apoio para financiar investimentos, projetos e atividades:

Medida Cultura

Destina-se a apoiar a atividade regular e projetos das entidades que desenvolvem ações de índole cultural, nomeadamente nas áreas da música, do teatro, do folclore, da dança, do cinema, das artes plásticas e da literatura. Inclui também as práticas que valorizem a diversidade cultural abrantina, permitindo ou contribuindo para a ampliação dos produtos turísticos e para a valorização das identidades locais.

Medida Desporto

Destina-se a apoiar a atividade regular das entidades que desenvolvem ações de prática desportiva e recreativa, de acordo com a legislação em vigor, nas vertentes:

1. Formação e competição
 - a) Apoio a atividades desportivas federadas de carácter regular, nomeadamente:
 - i. Desportos coletivos: futebol de onze
 - ii. Desportos coletivos: outras modalidades
 - iii. Desportos individuais
 - b) Apoio a atletas com participação em provas de âmbito internacional.
2. Recreação e lazer, meramente lúdicas, quanto tiverem relevante interesse municipal e coletivo para a promoção da educação, da saúde, da cidadania e do bem-estar, de modo a promover hábitos de vida ativos e saudáveis. Inclui ainda as atividades indutoras de um turismo ativo que contribuam para a proteção ecológica do território e para a sustentabilidade ambiental.

Medida Juventude

Destina-se a apoiar as atividades regulares promovidas pelas associações de jovens, independentemente da área de intervenção.

Medida Social

Destina-se a apoiar as atividades regulares e projetos de intervenção social e comunitária, dirigidos a pessoas em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente crianças desfavorecidas, idosos em isolamento social, pessoas em situação de pobreza, desemprego, deficiência, imigrantes ou minorias étnicas, residentes no concelho de Abrantes, cujo objeto não esteja protocolado com a Segurança Social.

Medida Evento

Destina-se a apoiar os eventos de índole cultural, desportivo, recreativo, turístico, ambiental e intervenção social e comunitária, com carácter pontual, deficitários financeiramente e com impacto local, regional e/ou nacional.

Medida Investimento

Destina-se a apoiar o investimento na conservação/ beneficiação e construção de infraestruturas e na aquisição de equipamentos e viaturas, essenciais ao desenvolvimento da atividade associativa.

ARTº 5

FORMALIZAÇÃO DAS CANDIDATURAS

1. Cada entidade pode candidatar-se às várias medidas previstas neste regulamento, tendo como limite a apresentação de uma candidatura a cada medida, à exceção da medida Desporto, à qual se poderá apresentar uma candidatura por cada vertente.
2. As candidaturas deverão ser formalizadas na plataforma Abrantes 360, devendo ter a sua conta de Entidade Municipal registada e ativa.
3. O acesso à plataforma Abrantes 360 pode ser efetuado através do sítio do Município na internet em www.cm-abrantes.pt, no separador Abrantes 360.
4. Só serão aceites as candidaturas das entidades que tenham atualizadas na plataforma Abrantes 360 os seguintes documentos:
 - a) Estatutos;
 - b) Publicação da constituição da entidade no Diário da República, se aplicável;
 - c) Ata de tomada de posse dos corpos sociais em funções;
 - d) Regulamento interno, se possuir;
 - e) Cartão de contribuinte e cartão da segurança social;
 - f) Documento que certifique a situação tributária e contributiva regularizadas, da entidade promotora perante a Autoridade Tributária e da Segurança Social, através de certidão emitida pelos responsáveis dos serviços ou, em alternativa, seja dado consentimento de consulta eletrónica da situação tributária, através do sítio da internet da DGCI (www.e-financas.gov.pt) e da situação contributiva através da Segurança Social Direta (www.seg-social.pt), facultando-se os necessários dados do Município (Nº NISS: 20003276124, Nº NIF: 502661038);
 - g) Documento com o número de identificação bancária (IBAN);
 - h) Curriculum vitae do responsável pelo projeto, quando aplicável.
5. Na fase de apreciação das candidaturas poderá ser solicitada informação complementar, podendo ser aceites retificações/alterações à candidatura apresentada.
6. Na candidatura deverá ser identificado o responsável dos órgãos sociais pela execução da mesma.
7. Além da documentação anteriormente solicitada, nos projetos respeitantes à Medida Investimento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) memória descritiva e justificativa do projeto a apoiar;
 - b) instrumentos de gestão territorial e de licenciamento das entidades competentes, de acordo com a legislação em vigor (quando aplicável);
 - c) documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação;
 - d) outros registos associados.
8. Só serão admitidos a este programa investimentos em infraestruturas:
 - a) próprias ou cedidas pelas respetivas autarquias;
 - b) arrendadas, cedidas ou através de direito de superfície, com documento da legitimidade de utilização, por períodos nunca inferiores a 10 anos.

ARTº 6

PRAZO DAS CANDIDATURAS

1. As candidaturas ocorrem anualmente, de 1 a 30 de setembro, à exceção do ponto 2, da medida Desporto, do artº 4 (apoio a atletas com participação em provas de âmbito internacional), que podem ser apresentadas em qualquer altura do ano.
2. As candidaturas à medida Investimento decorrem bienalmente, de 1 a 30 de setembro.

ARTº 7

AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DAS CANDIDATURAS

1. Para estruturar e supervisionar este programa o Presidente da Câmara nomeará um elemento do executivo municipal, que consequentemente definirá um dirigente respetivo.
2. Competirá ao dirigente e ao representante da equipa técnica designada avaliar as candidaturas que lhe foram enviadas e apresentar a correspondente proposta de apoio;
3. Poderão constituir-se equipas multidisciplinares, com dirigentes e técnicos municipais designados, para apoiar o processo de avaliação e de decisão;
4. No âmbito deste programa será designada uma equipa técnica, com representantes dos serviços com atribuições nas áreas de intervenção de cada medida, que terá as seguintes atribuições:
 - a) Validar os documentos instrutórios das candidaturas ao abrigo do presente regulamento;
 - b) Analisar as candidaturas;
 - c) Articular com as entidades, sempre que se verifique a necessidade de entrega de documentação complementar;
 - d) Emitir informações, pareceres e propostas de apoio;
 - e) Acompanhar os processos de execução dos projetos apoiados;
 - f) Analisar pedidos de alteração;
 - g) Mediar, em estreita articulação com o serviço de Associativismo, todas as diligências entre as partes;
 - h) Outras tarefas conducentes à boa condução dos processos e dos projetos apoiados.
5. Caberá à Câmara Municipal de Abrantes deliberar sobre a atribuição dos apoios a conceder às candidaturas apresentadas, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 2 meses após o encerramento do período de candidaturas.
6. As entidades promotoras serão notificadas da aprovação ou não das candidaturas, no prazo máximo de 20 dias úteis, a contar da data de deliberação.
7. As entidades, após a notificação da decisão, terão um prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem. Caso se verifiquem alterações à proposta de apoio, a mesma terá de ser aprovada pela Câmara Municipal.

ARTº 8

MONTANTES DOS APOIOS A ATRIBUIR

1. Medida Cultura

O apoio às atividades na área da Cultura tem como limite máximo o valor de 7.000,00€.

2. Medida Desporto

a) Para efeito dos apoios a beneficiar nesta medida são definidos os seguintes critérios:

- As modalidades coletivas são apoiadas por equipa, enquanto as modalidades individuais são apoiadas por atleta;
- São instituídos índices de apoio, traduzidos nos valores pecuniários constantes na seguinte tabela;

Desportos Coletivos - Futebol de Onze		
Escalões	Quadro Competitivo	Índice
Seniores	Campeonato de Portugal Masculino	35.000,00 €
	Campeonato 1 ^ª Distrital Masculino	13.000,00 €
	Campeonato 2 ^ª Distrital Masculino	9.000,00 €
	Campeonato Nacional I Divisão Feminino	35.000,00 €
	Campeonato Nacional II Divisão Feminino	13.000,00 €



	Campeonato Nacional III Divisão Feminino	9.000,00 €
Juniores Juvenis	1 ^ª Nacional	7.500,00 €
	2 ^ª Nacional	6.000,00 €
	1 ^ª Distrital	4.500,00 €
	2 ^ª Distrital	2.500,00 €
	Campeonato Nacional Feminino	4.500,00 €
Iniciados	Nacional	3.500,00 €
	1 ^ª Distrital	3.000,00 €
	2 ^ª Distrital	2.000,00 €
Infantis/Escolas	Distrital	1.500,00 €
INATEL	Nacional/Regional	750,00 €
	Fase Final do Distrital	500,00 €
	Final Série Reconhecimento	500,00 €
	Distrital	1.500,00 €

Desportos coletivos – Outras modalidades			
Escalões		Quadro Competitivo	Índice
Seniores	Nacional	1 ^º Nível	30.000,00 €
		2 ^º Nível	20.000,00 €
		3 ^º Nível	8.000,00 €
	Distrital/Regional		6.500,00 €
Veteranos/Juniores/Equiparados Juvenis/Equiparados Iniciados/Equiparados	Nacional		3.000,00 €
	Distrital/Regional		2.000,00 €
	Escolas/Infantis		1.000,00 €

Desportos Individuais		
Escalões	Quadro Competitivo	Índice/Atleta
Seniores	Nacional	600,00 €
	Distrital/Regional	300,00 €
Veteranos/Juniores/Equiparados Juvenis/Equiparados Iniciados/Equiparados	Nacional	300,00 €
	Distrital/Regional	150,00 €
Escolas/Infantis		75,00 €

Atletas Individuais		
Atletas com participação em provas de âmbito internacional.	Europeu	250,00 €
	Mundial	500,00 €

b) Os apoios para a atividade desportiva ou de lazer, com carácter não competitivo, têm como limite máximo o valor de 1.000,00 €.

3. Medida Juventude

O apoio à atividade regular das associações de juventude tem como limite máximo o valor de 2.000,00 €.

4. Medida Social

O apoio às respostas sociais e aos projetos de intervenção social e comunitária tem como limite máximo o valor de 10.000,00 €.

5. Medida Eventos

O apoio à realização de eventos tem como limite máximo o valor de 7.000,00 €.

6. Medida Investimento

O apoio tem como limite máximo o valor de 20.000,00 €, por entidade.

ARTº 9

FORMAS DOS APOIOS A ATRIBUIR

1. Os apoios a conceder pela Câmara Municipal corresponderão a um valor máximo de 70% das despesas efetivamente realizadas e comprovadas, devendo as entidades promotoras, em sede de candidatura, identificar as restantes fontes de financiamento.
2. O apoio a conceder na Medida Investimento corresponderá ao montante total da despesa efetivamente realizada, mediante a apresentação de todos os documentos de suporte exigidos.
3. A utilização de espaços ou equipamentos municipais para o desenvolvimento dos projetos apoiados está sujeita ao estabelecido no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Abrantes.
4. Todas as candidaturas poderão ser alvo de majoração por parte do executivo municipal, mediante proposta fundamentada da equipa técnica, assumido o interesse municipal e o enquadramento em projetos diferenciadores e inovadores que contribuam para a igualdade de género e não-discriminação, para a educação parental e para a ética dos valores.
5. A Câmara Municipal poderá ainda afetar uma parte do investimento deste Programa para um conjunto de ações de vocação social, inscritas em acordos assumidos com entidades parceiras nos programas culturais, sociais e de regeneração urbana em curso, através da celebração de contratos paralelos, após avaliação e seleção dos projetos que se coadunam com os propósitos dos protocolos existentes e com os investimentos associados.

ARTº 10

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

(de acordo com o Anexo 1)

1. Medidas Cultura, Desporto, Juventude, Social e Evento

- a) As candidaturas serão avaliadas mediante os seguintes critérios:
 - Abrangência territorial;
 - Autofinanciamento;
 - Número de participantes;
 - Métodos de avaliação;
 - Parcerias;
 - Regularidade das atividades ao longo do ano;
 - Inscrição no Registo Nacional do Associativismo Jovem;
 - Componente formativa;
 - Inovação

2. Medida Desporto

1. Para efeitos dos apoios a beneficiar nesta medida por atletas ou clubes dos quadros competitivos, definem-se os seguintes critérios a que terão de obedecer:
 - a) Em relação aos desportos coletivos ou àqueles em que se verifique a presença competitiva de atletas individuais em formação de equipa, só serão consideradas apoiáveis equipas constituídas por números de atletas iguais ou superiores aos mínimos exigidos pelas federações respetivas.
 - b) Em relação aos quadros competitivos seniores e veteranos, só poderão beneficiar de apoio as entidades que, cumulativamente, pratiquem uma política formativa, dentro dos seguintes parâmetros:
 - No caso dos desportos coletivos: por cada equipa de seniores e veteranos têm de assegurar a atividade de, pelo menos, uma equipa de escalão inferior;

- No caso dos desportos individuais: por cada atleta sénior têm de assegurar, pelo menos três atletas de escalão inferior e por cada atleta veterano, pelo menos dois atletas de escalão júnior ou inferior.
- c) No caso de haver quadros competitivos nacionais de entrada direta ou não existam quadros competitivos intermédios, os atletas ou as equipas serão apoiados, assumido o interesse municipal pelo órgão deliberativo.
- d) No caso das modalidades desportivas que eventualmente integrem, numa mesma época, diferentes quadros competitivos, se tais factos resultarem no enquadramento em índices diferentes, os acertos far-se-ão mediante a apresentação das respetivas provas documentais das associações/federações e do relatório final.
- e) No caso de alterações de quadros competitivos, como as referidas no número anterior, envolverem atletas/equipas cujos resultados desportivos não justifiquem entrada direta em novos quadros competitivos, mas em que tal lhes seja permitido pelas federações respetivas, tais factos não significarão o acerto de índices.
- f) No caso dos desportos coletivos, a desistência de equipas integradas, nos respetivos quadros competitivos e no caso dos desportos individuais, em que todos os atletas não participem em pelo menos 60% das respetivas provas oficiais, determinará a cessação imediata do apoio e obrigará à devolução de qualquer valor recebido na correspondente época.

3. Medida Investimento

- a) Os projetos serão avaliados mediante os seguintes critérios:
 - Pertinência e impacto da candidatura na realidade local, face ao diagnóstico e objetivos apresentados;
 - Contributo para o desenvolvimento da formação e dos valores sociais, educativos, ambientais e culturais;
 - Originalidade e potencial inovador e/ou inclusivo;
 - Continuidade, habitabilidade, acessibilidades e sustentabilidade, nas suas diferentes dimensões e na alavancagem de novas iniciativas;
 - Participação dos associados e da comunidade local, assim como a existência de parcerias e a integração em redes.
- b) Poderá ser necessário constituir uma equipa multidisciplinar, como dirigentes e técnicos municipais designados, para apoiar o processo de avaliação.

4. Após analisadas as candidaturas, estas serão hierarquizadas de acordo com a pontuação obtida (grelha de avaliação, anexo 2), sendo que poderão existir projetos que não reúnam a classificação necessária para obtenção de apoio.

ARTº 11

TRANSFERÊNCIA DOS APOIOS FINANCEIROS

1. A transferência dos apoios financeiros a conceder no âmbito das medidas Cultura, Juventude e Social é feita da seguinte forma:

- 1^a tranche: a partir de janeiro de cada ano, no montante correspondente a 50% do incentivo aprovado, após a assinatura do contrato subjacente à candidatura apoiada;
- 2^a tranche: a partir de abril de cada ano, no montante correspondente a 30% do incentivo aprovado, após a entrega e validação pelos serviços municipais de um relatório intercalar que documente a execução de, pelo menos, 50% do orçamento previsto;
- 3^a tranche: a partir de dezembro de cada ano, no montante correspondente aos restantes 20% do incentivo aprovado, após a entrega e aprovação do relatório final da candidatura apoiada.

2. A transferência dos apoios financeiros a conceder no âmbito da medida Desporto é feita da seguinte forma:

- 1^a tranche: a partir de novembro de cada ano, no montante correspondente a 50% do incentivo aprovado, após a assinatura do contrato subjacente à candidatura apoiada;
- 2^a tranche: a partir de fevereiro de cada ano, no montante correspondente a 30% do incentivo aprovado, após a entrega e validação pelos serviços municipais de um relatório intercalar que documente a execução de pelo menos 50% do orçamento previsto;
- 3^a tranche: a partir de junho de cada ano, no montante correspondente aos restantes 20% do incentivo aprovado, após a entrega e aprovação do relatório final da candidatura apoiada.

3. A transferência dos apoios financeiros a conceder no âmbito das medidas Evento e Investimento é feita da seguinte forma:

- 1^a tranche: a partir de janeiro de cada ano, no montante correspondente a 60% do incentivo aprovado, após a assinatura do contrato subjacente à candidatura apoiada;
- 2^a tranche: correspondente a 40% do incentivo, após a entrega e aprovação do relatório final, até 31 de dezembro do ano respetivo.

ARTº 12

EXECUÇÃO DA CANDIDATURA

1. Na fase de execução, a Câmara Municipal de Abrantes reserva-se o direito de autorizar uma retificação/alteração à candidatura apresentada, por iniciativa própria ou a pedido das entidades, devidamente fundamentada, desde que o orçamento atribuído ao projeto não seja aumentado e que o seu programa e objetivos não sejam desvirtuados, à exceção da Medida Desporto – Formação e competição.
2. Até 30 dias após o fim da execução da candidatura do projeto, as entidades apoiadas obrigam-se à apresentação do relatório final. No que diz respeito à medida Desporto, é necessário incluir a documentação prevista na alínea h) do ponto seguinte.
3. As entidades promotoras terão de organizar, obrigatoriamente, um dossier técnico e financeiro da execução do projeto, o qual deverá ser guardado pelo prazo de cinco anos e poderá ser solicitado/consultado em qualquer momento pelos técnicos do Município. O presente dossier deverá conter a seguinte informação mínima:
 - a) Regulamento do programa;
 - b) Candidatura apresentada;
 - c) Contrato-programa;
 - d) Documentação das atividades realizadas, como por exemplo:
 - Cartazes de divulgação,
 - Fichas de inscrição,
 - Caracterização dos participantes,
 - Registos áudio e audiovisuais,
 - Folhas de presença;
 - CV dos intervenientes;
 - e) Documentação financeira, nomeadamente:
 - Balancetes mensais de execução do projeto;
 - Orçamentos;
 - Documentos contabilísticos legalmente válidos.
 - f) Correspondência recebida e expedida
 - g) Documentação das parcerias;
 - h) Sempre que se entender aplicável, o dossier terá de conter ainda os seguintes elementos:
 - O enquadramento técnico das atividades a desenvolver, reconhecido pelas federações respetivas ou por outras entidades de enquadramento;

- A nomeação de um responsável técnico;
 - Os documentos oficiais das diversas associações/federações que constituam relações nominais de todos os atletas inscritos nos respetivos quadros competitivos, ou de outros participantes se aplicável às atividades a desenvolver;
 - Relação das visitas e deslocações efetuadas.
4. Para além da verificação documental, o Município de Abrantes, através da equipa técnica, reserva-se o direito de verificar in loco e a qualquer momento, o cumprimento do presente regulamento e da execução das atividades previstas.
 5. Todas as entidades ficam ainda obrigadas à entrega de um relatório final, onde deve constar:
 - a) Descrição das atividades/ações realizadas, incluindo:
 - a. número de atividades;
 - b. número de participantes;
 - c. número de assistentes;
 - d. resultados obtidos e desvios.
 - b) Relatório financeiro, analítico, por modalidade desportivas ou tipologia de atividade;
 - c) Cópias das faturas/recibos;
 - d) Cartazes/folhetos promocionais;
 - e) Registos áudio e audiovisuais relativos à execução da atividade;
 - f) Registo dos participantes nas atividades;
 - g) Nos projetos respeitantes à medida Desporto devem constar ainda documentos que evidenciem:
 - i. O enquadramento técnico das atividades a desenvolver, reconhecido pelas federações respetivas ou por outras entidades de enquadramento;
 - ii. Os documentos oficiais das diversas associações/federações, que constituam relações nominais de todos os atletas inscritos nos respetivos quadros competitivos, ou de outros participantes, se aplicável às atividades a desenvolver.

ARTº 13

EXECUÇÃO FINANCEIRA

1. Só serão aceites como justificação de despesa, documentos considerados legalmente válidos, nomeadamente fatura ou documento equivalente, devidamente numerado e datado, onde conste a designação do fornecedor e respetivo NIF, em nome da entidade objeto do apoio e respectivo NIF, descrição dos bens/serviços adquiridos e consequente montante de aquisição.
2. Os documentos referidos no número anterior deverão ter enquadramento no âmbito do orçamento detalhado, ou seja, não serão aceites como justificativo documentos de despesa cuja tipologia não estivesse prevista no orçamento.
3. Só serão aceites documentos respeitantes ao período de duração da candidatura e em conformidade com os critérios de elegibilidade (Anexo 3).
4. Relativamente à Medida Evento, apenas serão aceites justificativos de despesa do mês anterior ao evento, do mês do mesmo e do mês subsequente.
5. Os justificativos de despesa efetivamente pagos devem ser perfeitamente identificados e claramente associados à concretização de uma atividade ou projeto, cuja natureza e data de realização respeitem a regulamentação específica do FINAbrantes, bem como as demais regras nacionais aplicáveis.
6. Caso a entidade não tenha executado 50% do orçamento previsto aquando da realização do relatório intercalar, a transferência da segunda tranche será realizada, conjuntamente, com a da terceira.
7. Quando a execução de alguma das medidas apoiadas neste regulamento se realize por montante diferente ao do orçamento apresentado na candidatura, procede-se de acordo com os seguintes princípios:
 - a) Se o montante executado for inferior ao orçamentado, é aplicada a percentagem atribuída sobre o montante real;

- b) Se o montante apurado for superior ao orçamentado, é aplicada a percentagem atribuída sobre o montante proposto inicialmente.

ARTº 14

SANÇÕES POR INCUMPRIMENTO

1. Para além da verificação documental já referida em pontos anteriores, o Município de Abrantes pode verificar, através dos seus serviços, o cumprimento do presente regulamento, podendo a atribuição do apoio ser anulada, caso se verifique:
 - a) a não-apresentação de documentos solicitados;
 - b) a não-elaboração do dossier técnico e financeiro;
 - c) a prestação de falsas declarações e a apresentação de documentos falsos;
 - d) o não-cumprimento dos objetivos e atividades previstos na candidatura;
 - e) alguma situação não prevista que o Município de Abrantes considere de gravidade, imputável à entidade apoiada.
2. A verificar-se qualquer uma das situações previstas no número anterior, poderá ainda a entidade candidata ficar inibida de apresentar candidatura nos dois anos subsequentes, para além de eventual procedimento judicial.
3. A não-entrega do relatório de atividades final no prazo de 30 dias após o término do projeto, implicará o cancelamento da última tranche.

ARTº 15

CASOS OMISSOS

1. Quaisquer situações omissas neste regulamento serão devidamente analisadas e decididas pela Câmara Municipal de Abrantes.
2. Considerando o atual contexto de rápida e permanente mudança, admite-se a possibilidade de virem a existir normativos sobre aspetos pontuais relativos às candidaturas .

ARTº 16

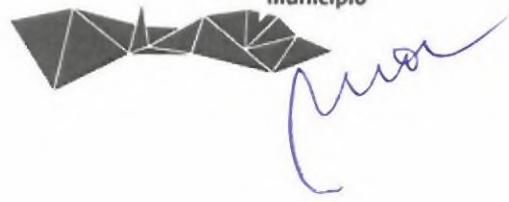
DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Todos os apoios a prestar serão objeto de contrato-programa, o qual preverá contrapartidas a especificar no mesmo, ajustadas às capacidades dos parceiros e ao interesse municipal.
2. Os contratos-programa terão obrigatoriamente de ser assinados até 10 dias úteis após a data da respetiva notificação, considerando-se a não-formalização deste ato no prazo previsto como desinteresse, o que determinará a anulação do apoio.
3. Os apoios serão concedidos em função das verbas anualmente consignadas em orçamento municipal para este programa.
4. Após a avaliação das candidaturas, caso se verifique que o valor global a atribuir excede o orçamento municipal previsto para este programa, serão equitativamente aplicadas reduções a todas as candidaturas na proporção do valor global em excesso.
5. As entidades apoiadas obrigam-se a ostentar, em quaisquer documentos de comunicação e de divulgação, meios e/ou equipamentos relativos às atividades promovidas, o logótipo do Município de Abrantes.
6. O apoio aos eventos/projetos não corresponde a responsabiliza o Município de Abrantes, nomeadamente quanto a danos que ocorram no seu decurso.

ARTº 17

ENTRADA EM VIGOR

1. O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República
2. Com a entrada em vigor deste regulamento é revogada a anterior redação do FINAbrantes.

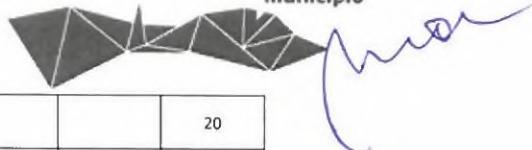


ANEXO 1

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Medidas Cultura, Desporto Lazer, Juventude, Social e Evento

Critérios	Indicadores de Avaliação	Ponderação				
		Cultura	Desporto lazer	Juventude	Social	Evento
Participantes	Nº de elementos envolvidos diretamente na atividade regular da entidade ou projeto apoiado - mais de 100 pessoas	15	15	15	15	15
	Nº de elementos envolvidos diretamente na atividade regular da entidade ou projeto apoiado - mais de 51	10	10	10	10	10
	Nº de elementos envolvidos diretamente na atividade regular da entidade ou projeto apoiado - até 50 pessoas	5	5	5	5	5
Regularidade das atividades ao longo do ano	A entidade assegura a atividade regular em 10 ou mais meses	15	15	15	15	
	A entidade assegura a atividade regular entre 5 a 9 meses	10	10	10	10	
	A entidade assegura a atividade regular até 4 meses	5	5	5	5	
Parcerias	Na candidatura estão identificadas as parcerias estabelecidas e as respetivas responsabilidades na realização das atividades	15	15	15	15	15
	Na candidatura estão identificadas as intenções de parcerias estabelecidas mas não as responsabilidades de cada parceiro	10	10	10	10	10
	Na candidatura não estão identificadas quaisquer parcerias	0	0	0	0	0
Autofinanciamento	A entidade assegura 50% de autofinanciamento das atividades anuais relacionadas com a candidatura	15	15	15	15	20
	A entidade assegura 31% a 49% de auto financiamento das atividades anuais relacionadas com a candidatura	10	10	10	10	15
	A entidade assegura 30% de auto financiamento das atividades anuais relacionadas com a candidatura	5	5	5	5	10
Método de Avaliação	A candidatura apresenta métodos de avaliação e quantifica objetivamente os resultados a atingir	15	15	15	15	15
	A candidatura apresenta métodos de avaliação mas não quantifica os resultados a atingir	10	10	10	10	10
	A candidatura não apresenta métodos de avaliação nem quantifica os resultados a atingir	0	5	5	5	5

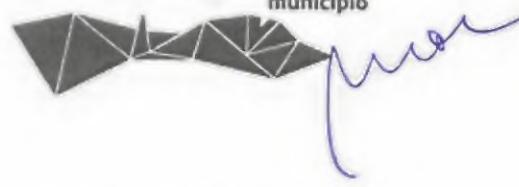


Abrangência Territorial	A entidade participa e/ ou organiza atividades de âmbito internacional	15				20
	A entidade participa e/ou organiza atividades de âmbito Regional		15	15		
	O projeto vai desenvolver-se num território de 11 ou mais freguesias				15	
	A entidade participa e/ ou organiza atividades de âmbito nacional	10				15
	A entidade participa e/ou organiza atividades de âmbito concelhio		10	10		
	O projeto vai desenvolver-se num território entre 6 e 10 freguesias				10	
	A entidade participa e/ ou organiza atividades de âmbito local	5				10
	A entidade participa e/ou organiza atividades de âmbito concelhio		5	5		
	O projeto vai desenvolver-se num território até 5 freguesias				5	

Inovação	A entidade promove evento, atividade ou projeto inexistente no território.		10		10	15
	A entidade promove evento, atividade ou projeto regular no território.		5		5	5

Componente Formativa	Possui escola de formação	10				
	Não possui escola de formação	0				

Inscrição no Registo Nacional do Associativismo Jovem	A entidade está inscrita no RNAJ			10		
	A entidade não está inscrita no RNAJ			0		



Medida Investimento

Critérios	Indicadores de Avaliação	Ponderação
Pertinência e impacto da candidatura na realidade local	Muito urgente	20
	Urgente	10
	Não-urgente	5
Contributo para o desenvolvimento da formação e dos seus valores sociais, educativos e culturais	Diretamente relacionado	20
	Indiretamente relacionado	10
	Não relacionado	5
Originalidade e potencial inovador e/ou inclusivo	Muito relevante	20
	Relevante	10
	Pouco relevante	5
Continuidade, habitabilidade, acessibilidades sustentabilidade e	Muito relevante	20
	Relevante	10
	Pouco relevante	5
Participação, parcerias e redes	Identificadas e confirmadas	20
	Identificadas e não-confirmadas	10
	Não identificadas	5

ANEXO 2
GRELHA DE AVALIAÇÃO

Pontuação Obtida	% de apoio do orçamento	Montantes máximos	Medida
80 - 100	70%	7.000 €	Cultura
		Sem limite	Desporto
		1.000 €	Desporto (Lazer/Recreação)
		2.000 €	Juventude
		10.000 €	Social
		7.000 €	Evento
60 - 75	60%		
40 - 55	50%		
Até 35	Sem apoio		

ANEXO 3

ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS

CONCEITOS:

Despesa elegível:

Despesa efetivamente paga, perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma atividade ou projeto, cuja natureza e data de realização respeitem a regulamentação específica do FINAbrantes, bem como as demais regras nacionais aplicáveis.

Despesa efetivamente paga:

Pagamento efetuado pela entidade que apresentou a candidatura, devidamente justificado por documentos de despesa com menção de quitação (faturas e recibos ou documentos contabilísticos de valor probatório equivalente).

Documento contabilístico de valor probatório equivalente:

Documento que comprove que um determinado lançamento contabilístico reflete com veracidade e exatidão as transações efetuadas, de acordo com as práticas contabilísticas correntes, justificando cabalmente a quitação da despesa. Por exemplo, o talão de pagamento de serviços efetuado através do Multibanco, constitui um documento de quitação com um valor probatório equivalente ao do recibo.

Data de início e limite da elegibilidade das despesas:

Referente ao período do projeto e às datas associadas

DESPESAS ELEGÍVEIS:

Despesas claramente associadas e com correlação direta ao planeamento e execução das atividades ou projetos.

Alimentação: despesas com alimentação dos participantes nas atividades ou projetos.

Alojamento: despesas com o alojamento dos participantes nas atividades e projetos.

Aluguer de infraestruturas: despesas com o aluguer de infraestruturas.

Aquisição de materiais e documentação: despesas com consumíveis e bens não duradouros (bens de desgaste rápido) e recursos didáticos, aquisição de livros e de documentação, materiais lúdicos e pedagógicos e outros essenciais ao desenrolar das atividades.

Divulgação/Publicidade: despesas com promoção e divulgação das atividades.

Comunicações: despesas com serviços de telefone, telemóvel e internet.

Encargos com instalações: despesas inerentes ao funcionamento das instalações, nomeadamente consumos de energia, água, gás, limpeza, segurança e vigilância e manutenção de equipamentos.

Recursos humanos: despesas com recursos humanos e prestação de serviços especializados.

Transportes: despesas inerentes a deslocações, incluindo as realizadas em transporte próprio, desde que comprovadamente justificadas

Taxas e licenciamentos: despesas com taxas, licenças, direitos de autor, policiamento e arbitragem.

Outras – despesas sem enquadramento nas rubricas elencadas anteriormente.

Despesas de investimento (bens duradouros): despesas com a aquisição de bens duradouros, nomeadamente, obras de requalificação e manutenção dos edifícios-sede, equipamentos desportivos (balizas, caiaques, dardos, colchões, etc.), instrumentos musicais, equipamento informático (computadores, impressoras, etc.), tendas, mobiliário, equipamento de fotografia e vídeo, televisões, telemóveis, som e outros afins e aquisição de viaturas.

Despesas não-elegíveis:

a) Despesa associada à concretização das atividades ou projetos, cuja natureza ou data de realização não permita o seu financiamento pelo FINAbrantes, uma vez que realizada fora do período de elegibilidade definido, sendo a sua cobertura assegurada pela entidade que a concretiza;

b) Despesa realizada para atividades ou eventos cuja natureza seja a de gerar receitas ou cubra os custos de funcionamento e de produção. Excluem-se as isenções de taxas e outras necessidades logísticas aprovadas pela Câmara Municipal;

- c) Toda a despesa que seja financiada ou comparticipada, cumulativamente, por outras entidades, públicas e/ou privadas;
- d) Sempre que a entidade queira candidatar a parte da despesa não comparticipada ou financiada por outras entidades, deve a mesma apresentar documentos comprovativos de tal facto, onde se identifiquem, claramente, as diversas fontes de financiamento e qual o montante ou taxa de comparticipação.
- e) A verificação, em qualquer momento, de situações de duplo financiamento, implicará a devolução imediata das verbas recebidas por parte da entidade beneficiária.

(doc. ____)

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

8. – Aprovação do Relatório Final de Avaliação do PEM – Projeto Educativo Municipal de Abrantes

Deliberação: Considerando o disposto no artigo 23º nº 1 alínea d) e, no artigo 25º nº 1 alínea h), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera **aprovar o Relatório Final de Avaliação do PEM – Projeto Educativo Municipal de Abrantes**, conforme documento anexo.

Votação:

Aprovado por unanimidade.

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor
1º Secretário

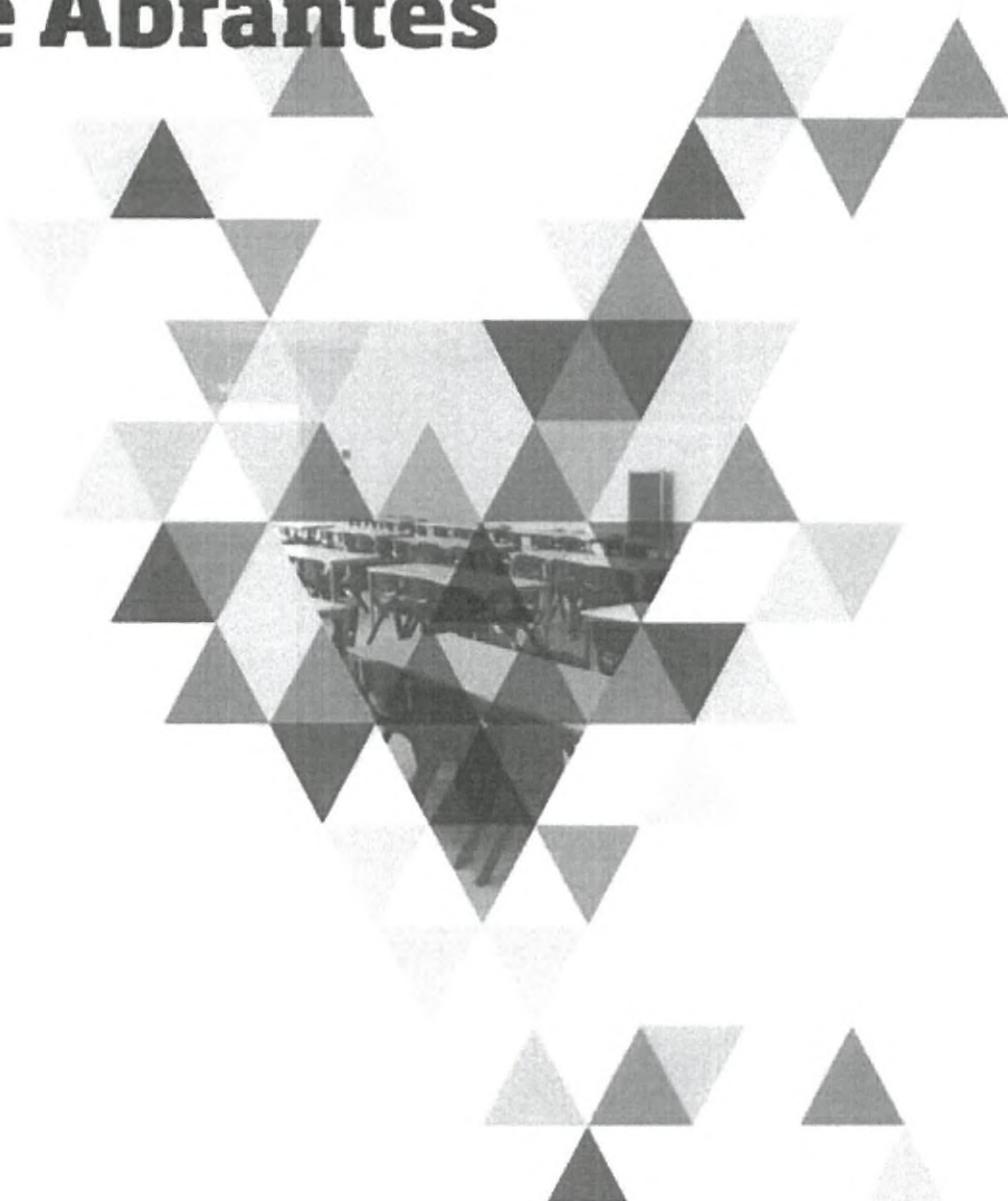
Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos

PL. II/64

Projeto Educativo Municipal de Abrantes

mao



**RELATÓRIO
FINAL DE
AVALIAÇÃO**



fl. 21
64



Ficha Técnica

Título

Relatório Final de Avaliação do Projeto Educativo Municipal de Abrantes

Observatório do Projeto Educativo Municipal

Coordenação Global

Helena Martinho – Técnica Superior da Câmara Municipal de Abrantes

Equipa Técnica

Conceição Colaço – Docente do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes

Helena Monteiro – Docente da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Maria Irene Almeida - Docente do Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes

Marly Serras - Docente da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes

Consultor

Valdemar Castro Almeida – Faculdade de Educação e Psicologia – Universidade Católica Portuguesa/Porto e colaborador da Fundação Manuel Leão

Data: abril de 2021

Câmara Municipal de Abrantes / Divisão do Conhecimento

Praça Raimundo Soares

2200-366 Abrantes



"A escola deve libertar-se de uma visão regeneradora ou reparadora da sociedade, assumindo que é apenas uma entre as muitas instituições da sociedade que promovem a educação. Nesse sentido, pensar de outro modo o espaço público da educação, através de um aproveitamento das potencialidades culturais e educativas que existem na sociedade e de uma responsabilização do conjunto das entidades públicas e privadas."

António Nóvoa

Índice

Introdução	7
1. Enquadramento	9
2. Metodologia adotada	10
3. Avaliação do Plano de Ação do PEM	11
Eixo 1 - Dispositivos de Melhoria dos Níveis de Qualidade do Sucesso Escolar	12
Síntese do Eixo 1	23
Eixo 2 - Promoção de Ofertas Formativas/Qualificantes e sua relação com o Emprego	24
Síntese do Eixo 2	28
Eixo 3 - Aprendizagem ao Longo da Vida	29
Síntese do Eixo 3	33
Eixo 4 - Articulação Institucional	34
Síntese do Eixo 4	40
Eixo 5 - Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas	41
Síntese do Eixo 5	45
Eixo 6 - Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM	46
Síntese do Eixo 6	50
4. Conclusões	51
5. Recomendações	56
5.1 Metodologia e estrutura do Novo PEM	57
5.2 Propostas para o novo Plano de Ação do PEM	59
Reflexão final	61
Anexos	62

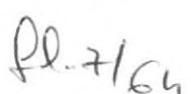
Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9.º ano após um percurso sem retenções nos 7.º e 8.º anos desde 2014/2015	13
Gráfico 2 - Alunos de cursos científico-humanísticos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12.º ano após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos desde 2016/2017.....	14
Gráfico 3 - Sucesso pleno no 1.º ciclo, por ano de escolaridade	14
Gráfico 4 - Sucesso pleno nos 2.º e 3.º ciclos, por ano de escolaridade	15
Gráfico 5 - Taxa global de sucesso escolar em Abrantes de 2014/15 a 2018/19	17
Gráfico 6 - Taxa de sucesso nos anos de transição de ciclo de 2014/15 a 2018/19	18
Gráfico 7 - Taxa de sucesso escolar por agrupamento e EPDRA de 2014/15 a 2018/19	20
Gráfico 8 - Taxa de conclusão do 12.º de escolaridade em Abrantes, no Médio Tejo e no Continente, de 2014/15 a 2018/19	21
Gráfico 9 - Número de alunos do concelho que concluíram o ensino secundário	21
Gráfico 10 – PEM – Execução dos Objetivos Previstos	47
Gráfico 11 – PEM – Execução dos Objetivos Previstos por Eixo	47
Gráfico 12 – Avaliação Global do PEM	54
Gráfico 13 – Alunos Matriculados – 2014/2015 a 2018/2019	57



Índice de Quadros

Quadro 1 - Encontros semestrais de partilha de experiências de vida entre os mais novos e os mais velhos	31
Quadro 2 - Envolvimento e participação das associações de pais nas atividades das escolas e do município	36
Quadro 3 - Envolvimento/participação dos Alunos em atividades das escolas	37
Quadro 4 - Síntese da Execução dos Objetivos	51





Lista de Siglas

AE1 – Agrupamento de Escolas n.º 1 de Abrantes

AE2 – Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CMA – Câmara Municipal de Abrantes

CME – Conselho Municipal de Educação

CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes

CRI – Centro de Recursos para a Inclusão

DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

EPDRA – Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes

ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

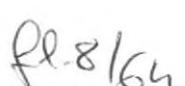
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social

NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém

PEM – Projeto Educativo Municipal

UAB - CLA – Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta



Introdução

Assumindo a Educação como fator de competitividade e de coesão social, e definindo-a como prioridade estratégica municipal, o Município de Abrantes, em estreita colaboração com a comunidade educativa, elaborou e implementou o Projeto Educativo Municipal (PEM) de Abrantes. Desta forma, tal como pretendido, estabeleceram-se práticas sistemáticas de cooperação, no quadro de um processo evolutivo e de uma dinâmica de auscultação, participação, implicação e compromisso dos atores educativos, potenciando assim a ação educativa e formativa do concelho e mobilizando princípios e ações que criem e sustentem condições de exequibilidade de um projeto de ação onde as pessoas e as instituições se revejam.

Neste sentido foi implementado, a partir do ano letivo 2014/2015, o Projeto Educativo Municipal de Abrantes, cuja qualidade de execução tem sido monitorizada regularmente, através de processos de monitorização/avaliação, que estão presentes nos três Relatórios de Monitorização e no 1º Relatório de Avaliação do PEM¹, elaborados pela Equipa do Observatório PEM, com o acompanhamento do Conselho Municipal de Educação de Abrantes.

O ano de 2020 foi dedicado à conceção e aplicação de instrumentos de auscultação final dos parceiros educativos e ao início da elaboração do presente Relatório Final de Avaliação do PEM, pretendendo-se verificar se os objetivos e os resultados previstos foram atingidos, avaliar as várias etapas e atividades previstas e o seu grau e qualidade de consecução.

Assim, e atendendo a toda esta dinâmica processual, a avaliação do PEM prossegue os objetivos específicos seguintes:

- Monitorizar o desenvolvimento dos diferentes eixos do PEM, tendo em conta a programação prevista;
- Avaliar os processos e os resultados da implementação do PEM;
- Delinear planos e propostas de melhoria face aos resultados apurados.

Serão apresentados os dados obtidos no respeitante aos objetivos previstos, tendo em conta a análise sistemática dos resultados escolares dos alunos e a síntese da informação recolhida junto dos parceiros educativos, em cada eixo de intervenção.

¹1º Relatório de Monitorização - maio de 2016; 2º Relatório de Monitorização - fevereiro de 2017; 3º Relatório de Monitorização - abril de 2018; 1º Relatório de Avaliação - julho de 2017

Neste âmbito, no Conselho Municipal de Educação realizado no dia 4 de novembro de 2020, foram apresentados pela equipa do Observatório os resultados preliminares do sucesso escolar, no período de vigência do PEM, salientando-se que, no concelho, se verificam progressos bem visíveis em relação ao ponto de partida pelo que, apesar do caminho a percorrer ainda ser longo, confirma-se uma evolução tendencialmente positiva. (*Anexo 1*)

Conscientes da realidade, das limitações e com a convicção de que só com a cooperação de todos os intervenientes no processo educativo se pode desenvolver um efetivo projeto educativo municipal, este relatório de avaliação constitui-se como um momento privilegiado de reflexão, não só do grau de consecução dos objetivos e metas estabelecidas, mas também como identificador de obstáculos à sua concretização, para que se possam delinejar estratégias de superação e/ou ajustamentos a efetuar na revisão deste Projeto.

1. Enquadramento

No âmbito da estratégia educativa para o concelho de Abrantes, foi elaborado o Projeto Educativo Municipal (PEM), aprovado na reunião do Conselho Municipal de Educação (CME) de 13 de maio de 2015.

O PEM, que se apresenta como um instrumento privilegiado na clarificação de uma política educativa local e no planeamento estratégico e sustentado da educação/formação concelhia, prevê, no seu eixo 6 – Linha de investigação sobre o desenvolvimento do PEM, a constituição de uma Equipa do Observatório do PEM.

Esta Equipa, que se apresenta como a estrutura e o instrumento articulado e integrado de monitorização, regulação, avaliação e melhoria dos processos e resultados do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, é constituída por cinco membros, que foram designados pelas instituições que representam, designadamente: Câmara Municipal, Agrupamentos de Escolas (AE1 e AE2), Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes (EPDRA) e pela Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA).

Decorrente dos seus objetivos e atribuições, o Observatório PEM pretende contribuir também para o aperfeiçoamento da qualidade dos projetos educativos do concelho, incluindo a capacitação e formação dos atores participantes e a melhoria de qualidade das organizações educativas.

A equipa do Observatório reúne regularmente, sendo que realizou 138 sessões de trabalho desde a sua criação (julho de 2015) até final de abril de 2021 (*Anexo 2*).

No âmbito do processo de monitorização e avaliação do PEM, foram elaborados três relatórios de monitorização (em maio de 2016, em fevereiro de 2017 e em abril de 2018) e um Relatório de Avaliação (em julho de 2017), os quais foram submetidos e aprovados pelo plenário do Conselho Municipal de Educação.

2. Metodologia Adotada

A Equipa do Observatório PEM adotou como critérios orientadores do seu trabalho a *eficácia* e o *impacto*.

O primeiro permite avaliar em que medida os resultados previstos no projeto educativo foram atingidos, quais os desvios verificados e a sua justificação, quando possível; o segundo permite avaliar em que medida os objetivos previstos em cada eixo de intervenção do PEM foram atingidos e quais as mudanças alcançadas.

A metodologia utilizada, quer para a construção do presente relatório, quer para a elaboração dos relatórios anteriores, combinou técnicas quantitativas e qualitativas, sendo que para esta avaliação final procedeu-se a análise documental, a recolha de dados estatísticos, a inquéritos por questionário a toda a comunidade educativa (*Anexo 3*) e a observação, tendo ainda realizado um *focus-group* com os alunos (*Anexo 4*).

Em suma, recorreu-se a números, textos, imagens e sons, procurando avaliar e analisar as condições de implementação e de realização das atividades e o seu impacto nos participantes.

De salientar que este processo de avaliação do PEM, consolidando estratégias de planeamento e comunicação entre os parceiros, conta também com a colaboração de consultores da Faculdade de Psicologia e Educação da Universidade Católica do Porto e da Fundação Manuel Leão.

Tendo em conta que a avaliação de um projeto implica a atuação dos diversos intervenientes no processo educativo e deve contemplar a sua reestruturação, este relatório será, portanto, uma ferramenta para aferir resultados, acompanhar processos, elaborar recomendações e reorientar e/ou projetar novas atividades para a revisão do PEM.

Assim, o presente relatório pretende dar resposta a três questões fundamentais, tendo em conta o que estava previsto no PEM:

- O que foi e como foi realizado;
- Justificação do que não foi realizado (sempre que possível);
- Propostas de superação ou substituição.



3. Avaliação do Plano de Ação do PEM

O Projeto Educativo Municipal de Abrantes prevê um plano de ação em torno de seis Eixos Prioritários de Intervenção, designadamente:

- Eixo 1 - Dispositivos de melhoria dos níveis de qualidade do sucesso escolar
- Eixo 2 - Promoção de ofertas formativas/qualificantes e a sua relação com o emprego
- Eixo 3 - Aprendizagem ao longo da vida
- Eixo 4 - Articulação Institucional
- Eixo 5 - Valorização educativa dos recursos, equipamentos e infraestruturas
- Eixo 6 - Linha de Investigação sobre o desenvolvimento do PEM

Para cada um destes Eixos Estratégicos, foram apresentadas *Linhas de Atuação*, as quais definem, de forma mais clara, o quadro estratégico de planeamento e intervenção do Projeto Educativo Municipal de Abrantes, bem como os *Objetivos* e as *Metas* de cada uma das linhas apresentadas. E para que a sua execução fosse, de facto, concretizável, procurou-se definir claramente cada objetivo e cada meta, fazendo, sempre que necessário, a sua adaptação às necessidades previamente identificadas e avaliadas.

Tendo em conta o aí exposto, a avaliação final do PEM, tal como o seu 1º Relatório de Avaliação, foi estruturada/dividida por eixo / linha orientadora / objetivo, sendo desta forma mais fácil estabelecer a ligação ao próprio plano de ação do PEM.

As evidências relativas a todo o processo de análise subjacente à avaliação da execução do PEM, nos seus diferentes Eixos, os dados estatísticos, assim como os resultados da análise dos questionários enviados aos diferentes parceiros educativos, encontram-se nos *Anexos 5 e 6*.

Eixo 1 – Dispositivos de Melhoria dos Níveis de Qualidade do Sucesso Escolar

Linha de Atuação A

Melhoria da organização e da qualidade do ensino face aos contextos atuais

Objetivo A.1.

Melhorar a qualidade da organização do ensino face aos contextos atuais

A qualidade da organização do ensino foi melhorada através da criação e implementação de um conjunto de mecanismos de articulação, como as equipas pedagógicas, a articulação departamental, a supervisão entre pares e a valorização das lideranças intermédias.

Ambos os agrupamentos de escolas e escola profissional têm um projeto educativo que traça de uma forma clara a sua cultura organizacional, sendo que também, tal como na escola de ensino superior, foram criadas equipas pedagógicas de trabalho colaborativo nos grupos disciplinares.

Todas as escolas do concelho, incluindo a de ensino superior, avaliam como *Bom* o impacto dos mecanismos de articulação entre os vários níveis de decisão existentes, bem como os de supervisão pedagógica entre pares.

No que respeita aos cargos de liderança, o cargo mais valorizado é o de coordenador de departamento curricular, sendo que o menos valorizado é o de coordenador do conselho dos diretores de turma.² Esta situação é consentânea com uma das conclusões do estudo³ de caso múltiplo que refere a “resistência à liderança pedagógica do Diretor de Turma” por parte dos professores ouvidos, e que é apresentada como “indicador a carecer de muita reflexão” pelos autores.

² 1º Relatório de Avaliação do PEM, pág. 13

³ Maria do Céu Roldão (coord.), “Quem lidera o ensino e a aprendizagem nas Escolas? – Um estudo de caso múltiplo sobre lideranças pedagógicas”, 2019, página 138

Linha de Atuação B

Promoção da qualidade do Sucesso Educativo

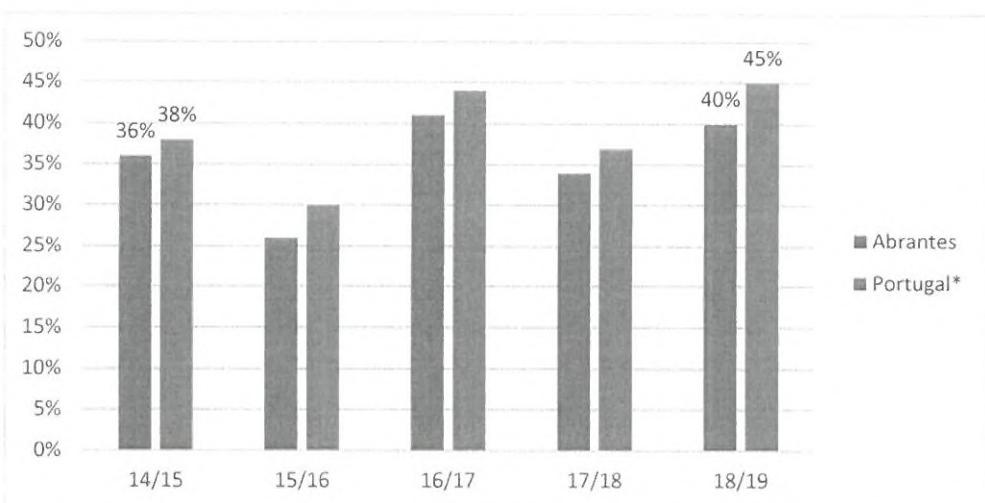
Objetivo B.1

Promover e melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo toda a comunidade educativa

As estratégias previstas para promover e melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo a comunidade educativa, foram todas desenvolvidas pelos dois Agrupamentos, pela EPDRA e ESTA.

Um dos indicadores da qualidade do sucesso educativo pode ser observado através dos resultados das provas nacionais, constantes nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9.º ano após um percurso sem retenções nos 7.º e 8.º anos desde 2014/2015



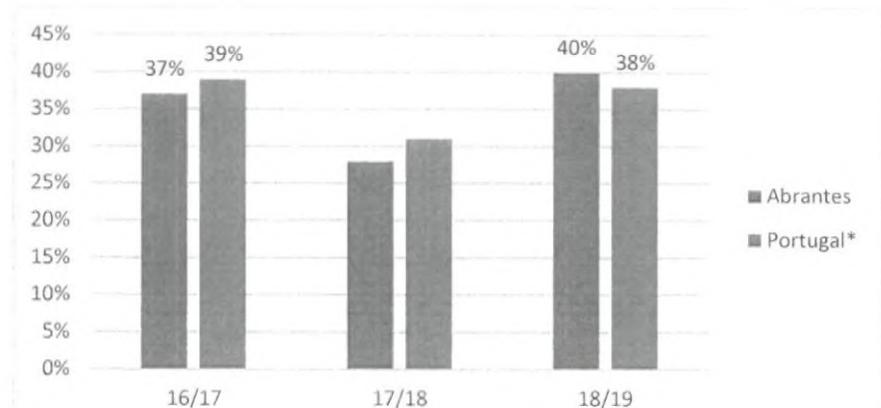
* Alunos do país que tinham um nível escolar semelhante aos de Abrantes antes do 3.º ciclo

Fonte: Infoescolas

Comparando os alunos de Abrantes com os alunos do país com um nível escolar semelhante, verifica-se que em Abrantes, apesar de ter havido um percurso irregular, há um aumento da percentagem de alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9.º ano, entre 2014/2015 e 2018/2019, o que também se verifica a nível nacional. No entanto, os valores alcançados pelos alunos de Abrantes são inferiores aos dos alunos a nível nacional.

No que respeita aos alunos do 12.º ano (Gráfico 2), também se verifica que, entre 2016 e 2019, houve um aumento da percentagem de alunos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12.º ano, após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos, sendo que a nível nacional houve uma ligeira descida.

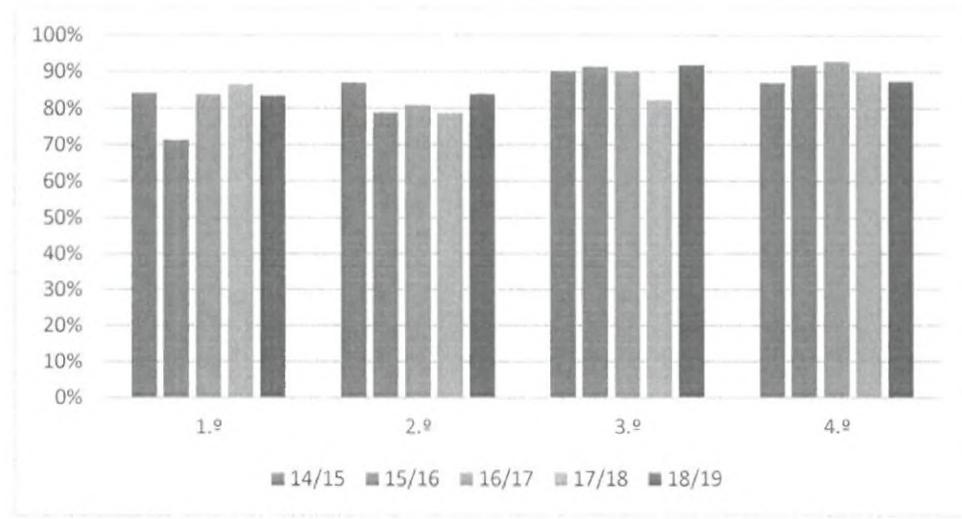
Gráfico 2 - Alunos de cursos científico-humanísticos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12.º ano após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos desde 2016/2017



* Alunos do país que tinham um nível escolar semelhante aos de Abrantes antes do secundário
Fonte: Infoescolas

Outro dos indicadores da qualidade do sucesso educativo pode ser verificado através do “sucesso pleno”⁴. Nos gráficos seguintes observa-se a variação da percentagem de alunos do ensino básico que transitaram de ano com aproveitamento a todas as disciplinas, durante o período de vigência do PEM.

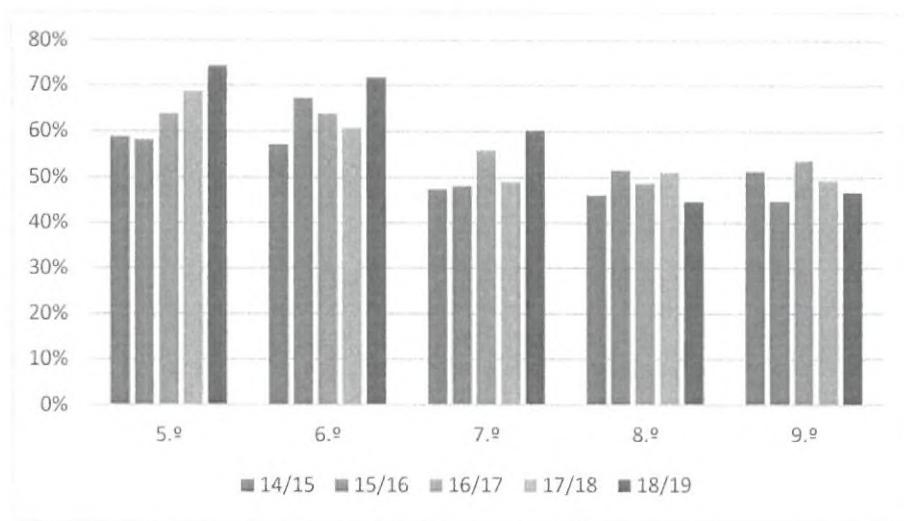
Gráfico 3 - Sucesso pleno no 1.º ciclo, por ano de escolaridade



Fonte: Dados das escolas

⁴ Percentagem de alunos que transitam de ano com aproveitamento a todas as disciplinas

Gráfico 4 - Sucesso pleno nos 2.º e 3.º ciclos, por ano de escolaridade



Fonte: Dados das escolas

Comparando os anos letivos 2014/15 e 2018/19, verifica-se que nos quatro anos do 1.º ciclo houve pouca ou mesmo nenhuma variação na percentagem de alunos com sucesso pleno, enquanto no 2.º ciclo e no 7.º ano de escolaridade essa percentagem aumentou de modo significativo. Os 8.º e 9.º anos, além de serem os anos com menores taxas de sucesso pleno, registaram ainda um decréscimo dessas taxas do primeiro para o último ano letivo em análise.

No caso particular da disciplina de Português e tendo em conta a meta prevista de “Melhorar em pelo menos 5% o aproveitamento na disciplina de Língua Portuguesa”, entre 2015/16 e 2018/19, houve um aumento da percentagem de alunos com aproveitamento em todo o ensino básico, destacando-se os 6.º e 7.º anos de escolaridade com um aumento de 8,6% e 8,8%, respetivamente.

Por outro lado, no ensino secundário, a taxa de aproveitamento na disciplina de Português baixou em todos os anos, exceto no 10.º ano dos cursos profissionais.⁵

Tendo plena consciência de que a melhoria dos resultados se deve, em primeiro lugar, à ação das escolas, ela não deverá ser dissociada, em parte, da ação das bibliotecas (escolares e municipal) e do aumento de alunos que participaram no Concurso Concelhio de Leitura (de 20% para 32%), conforme atestaram os alunos na auscultação realizada. Refira-se que, embora com valores mais modestos, também no ensino secundário houve um aumento de participantes (de 1% para 4%).⁶

⁵ Ver Anexo 5 – Gráficos Sucesso Escolar – pág. 8 e 9

⁶ Ver anexo 6 – Quadro concurso concelhio de leitura – pág. 2

Quando questionados no *focus group* sobre a participação no Concurso Concelhio de Leitura, os alunos responderam, na sua maioria que já tinham participado e que o mesmo incentiva a leitura. Um dos alunos referiu ainda que começou a perder o interesse neste concurso, a partir do 7º ano, muito por causa dos livros obrigatórios, que segundo ele não eram os melhores.

Relativamente à disciplina de Matemática, cuja meta era melhorar em pelo menos 10% o seu aproveitamento, esta apenas foi atingida no 5º e 7º anos do ensino básico (onde se regista um aumento de 22% e 20%, respetivamente) e no 10º e 12º anos do ensino regular. Porém, os resultados nesta disciplina melhoraram em quase todos os anos de escolaridade, exceto no 4º, 6º, 8º e 9º anos do ensino básico, onde se registou uma ligeira diminuição.⁷

Esta melhoria dos resultados não deverá ser dissociada da atividade das escolas, tendo em conta que o número de alunos que participaram nas diferentes competições ligadas à matemática, duplicou de 2014/2015 para 2018/2019.⁸ De salientar que os alunos, especialmente os do 1º ciclo, valorizam os jogos ligados à matemática, como forma de desenvolver o gosto pela disciplina e de os ajudar a aprender melhor.

Tendo em conta que uma das metas era “Melhorar em pelo menos 8% o sucesso nas diferentes áreas de estudo”, designadamente nas disciplinas de Inglês e Física e Química, identificadas pela Comissão Permanente do CME como disciplinas com níveis de insucesso elevados, verificou-se o seguinte:

Na disciplina de Física e Química, a taxa de aproveitamento aumentou em todos os anos do ensino secundário, embora esse aumento tenha sido superior a 8% apenas no 11º ano do ensino profissional. Por sua vez, no 3º ciclo do ensino básico, o aproveitamento nesta disciplina baixou 4% durante o período de vigência do PEM.⁹

Na disciplina de Inglês, a percentagem de alunos com classificação positiva aumentou mais de 8% no 5º, 6º e 9º anos do ensino básico, mas tendo baixado ou não sofrendo alterações nos restantes anos de escolaridade.¹⁰

⁷ Ver Anexo 5 – Gráficos Sucesso Escolar – pág. 10 e 11

⁸ Ver anexo 7 – Quadro Competições ligadas à matemática - pág.2

⁹ Ver Anexo 5 - Gráficos Sucesso Escolar – pág. 12 e 13

¹⁰ Ver Anexo 5 – Gráficos Sucesso Escolar – pág. 11 e 12

Objetivo B.2

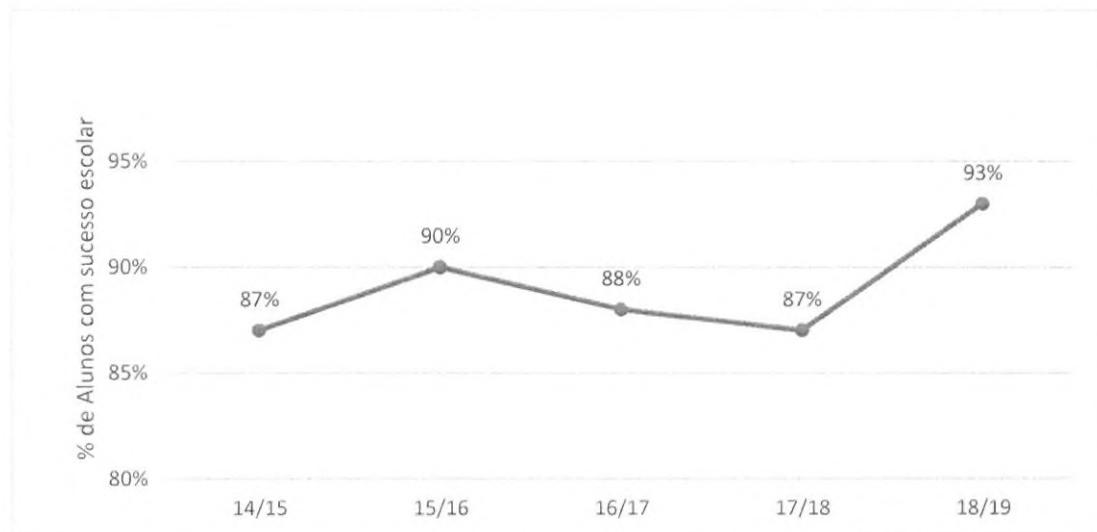
Agir preventivamente sobre as causas do insucesso, desde o pré-escolar, que se situam na área de intervenção da escola

Relativamente a este objetivo, ambos os Agrupamentos, a EPDRA e a ESTA realizaram, globalmente, as ações previstas.

No sentido da promoção da qualidade do sucesso educativo, os Agrupamentos e a EPDRA têm feito um esforço para acompanhar os alunos com necessidades educativas especiais, quer através do estabelecimento de parcerias com CRI's – Centros de Recursos para a Inclusão e com Centros de Apoio à Aprendizagem, quer através da promoção de estratégias de ensino diferenciadas.

Embora não tenhamos dados concretos sobre os resultados de cada uma das medidas de prevenção do insucesso, constatamos que a taxa global do sucesso escolar, no período de vigência do PEM, aumentou 6 pontos percentuais (ver gráfico 5), tendo sido superado o valor mínimo previsto na meta (pelo menos 5%).

Gráfico 5 - Taxa global de sucesso escolar em Abrantes de 2014/15 a 2018/19, do 1º ao 12º ano de escolaridade

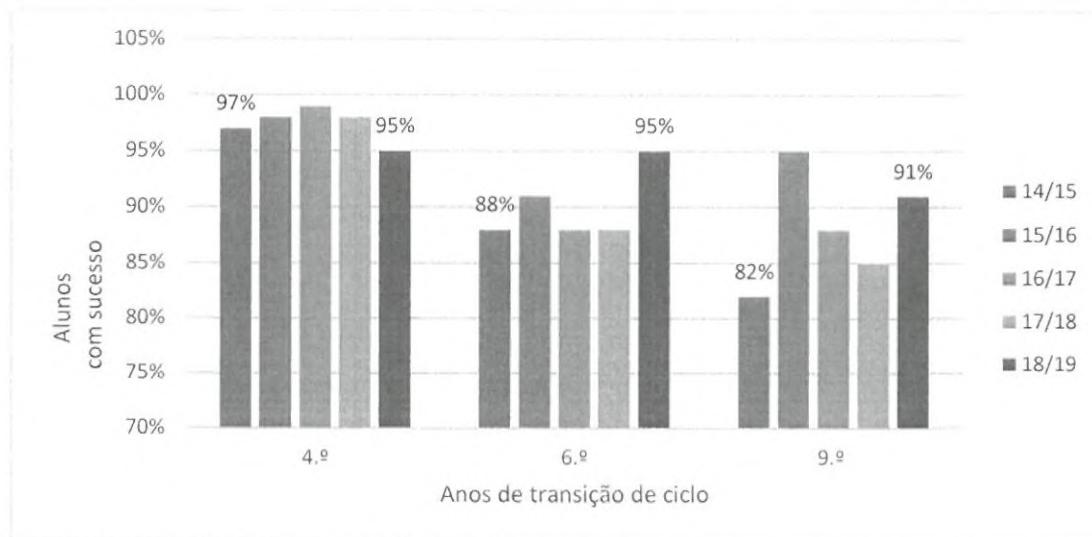


Fonte: elaborado a partir de dados fornecidos pelas escolas

Quanto ao desenvolvimento de ações de articulação entre ciclos, estas foram promovidas pelos dois agrupamentos de escolas do concelho, consubstanciado em várias iniciativas, tendo especialmente em vista a redução do insucesso nos anos de transição de ciclo.

Os resultados dessas iniciativas, refletem-se nos dados representados pelo gráfico seguinte, sendo que, globalmente e nos anos de vigência do PEM, o sucesso aumentou nos anos de transição do 2º e 3º ciclo.

Gráfico 6 - Taxa de sucesso nos anos de transição de ciclo de 2014/15 a 2018/19



Fonte: elaborado a partir de dados fornecidos pelas escolas

Objetivo B.3

Incentivar as crianças/jovens a estar na escola e a irem às aulas

A qualidade do sucesso educativo também depende do gosto das crianças/jovens em participar nas atividades escolares. Deste modo, pretende-se avaliar de que forma as iniciativas nas áreas artística, científica, cultural e outras e as de reconhecimento do mérito e do valor dos alunos, contribuem para este objetivo.

De um modo geral, todas as escolas consideraram que foi *Suficiente* a intervenção das equipas e iniciativas de articulação entre ciclos, na promoção da qualidade do sucesso educativo. Ao mesmo tempo, consideram como *Bom*, tanto o impacto das iniciativas nas áreas artística, científica, cultural e outras, como as de reconhecimento do mérito e do valor dos alunos.

Verificando-se um aumento do número de alunos participantes nas atividades nas áreas artística, científica, cultural e outras, a avaliação que as escolas fazem do seu papel enquanto incentivo para as crianças/jovens estarem na escola e irem às aulas, é globalmente boa, sendo que o AE1 a considera *Suficiente*, o AE2 *Muito Boa* e a EPDRA *Boa*.

Por sua vez, a CMA avalia como *Boa* a participação e envolvimento dos alunos nas atividades nas áreas artística, científica, cultural e outras, bem como a adesão da comunidade nos processos de atribuição de bolsas de estudo e prémios de mérito.

Por outro lado, e quanto à questão do reconhecimento do mérito, os alunos manifestaram opiniões divergentes: uns concordam com o mérito baseado nos resultados escolares, enquanto outros valorizam as ações dos alunos e não apenas os resultados académicos.

Linha de Atuação C

Prevenção do Abandono Escolar

Objetivo C.1

Promover a extinção do abandono escolar

De forma a promover a extinção do abandono escolar, as escolas do concelho têm sensibilizado os seus alunos para a importância da frequência da escola, quer através de reuniões informais, quer através de ações de sensibilização para alunos, pais e encarregados de educação.

Em 2016, foi criada, pelo Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, uma estrutura de apoio ao aluno e à família que, em articulação com os Agrupamentos de Escolas e com a EPDRA, promoveu ações de prevenção do abandono escolar.

Em 2018, esta estrutura foi substituída pela Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Aluno e à Comunidade Educativa, criada pelo Município de Abrantes, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Médio Tejo.

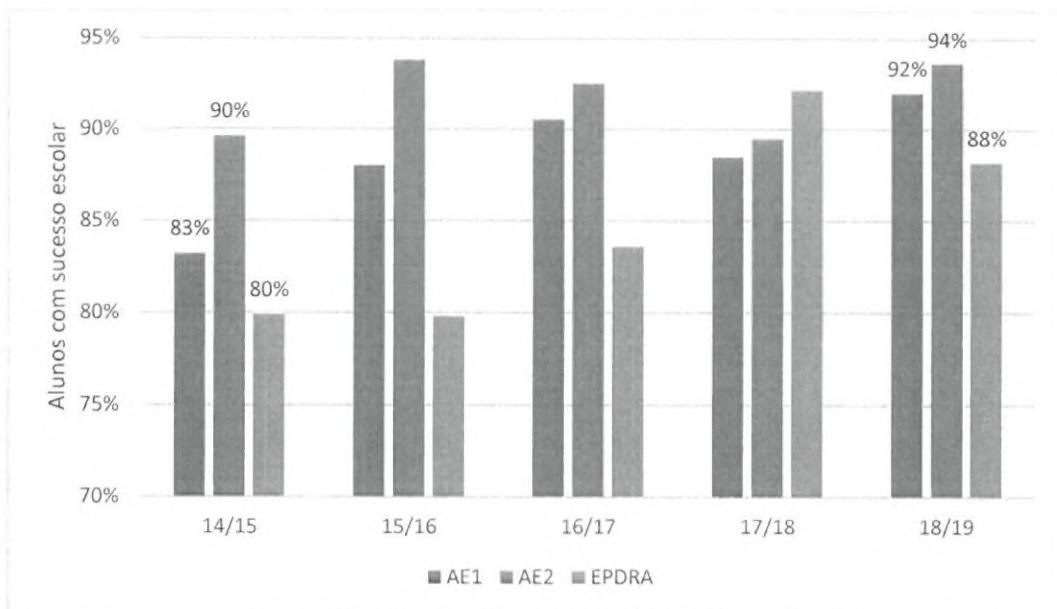
Sublinha-se a importância de que se reveste um trabalho concertado e articulado entre todos os parceiros, de forma a que a igualdade de oportunidades se concretize na redução da taxa de abandono escolar do concelho para 0%.

Objetivo C.2

Diminuir a taxa de retenção

Tendo em conta a meta definida para este objetivo - “Aumentar em pelos menos 5%, a taxa média de sucesso escolar em cada agrupamento/escola”, foi feita uma análise do sucesso escolar de todos os alunos do concelho, cujos resultados se observam no gráfico seguinte.

Gráfico 7 - Taxa de sucesso escolar por Agrupamento e EPDRA de 2014/15 a 2018/19



Fonte: DGEEC

Na globalidade o objetivo estabelecido foi atingido, considerando que o sucesso escolar aumentou em todas as escolas, verificando-se que o AE1 e a EPDRA atingiram a meta estabelecida.

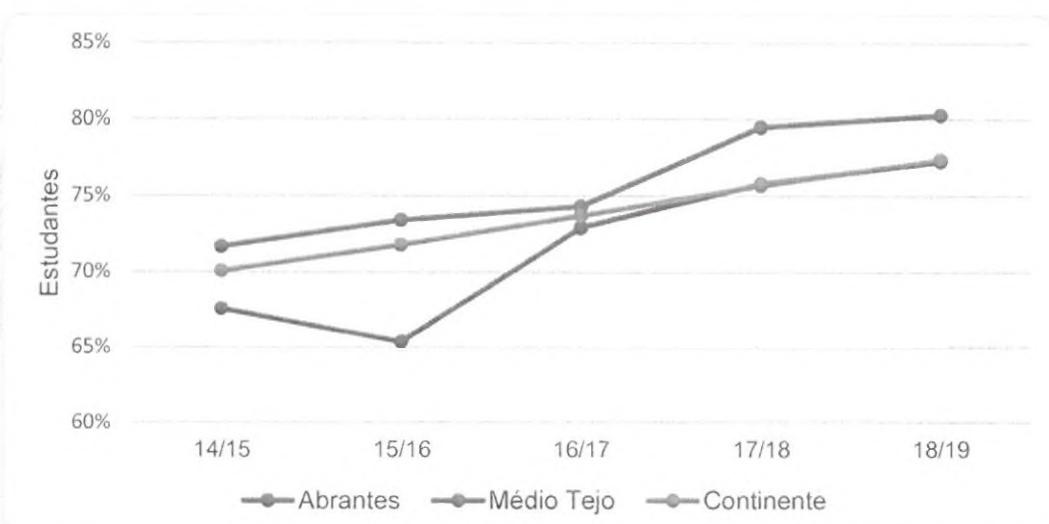
Objetivo C.3

Aumentar o número de alunos que completam o ensino secundário

No sentido de aumentar o número de alunos que completam o ensino secundário, foram criados no concelho diversos mecanismos, que também contribuíram para prevenir o abandono escolar.

No gráfico seguinte observa-se que, efetivamente, em Abrantes, a taxa de conclusão do ensino secundário aumentou 9,8% durante o período de vigência do PEM, aproximando-se da meta definida - “Aumentar em pelo menos 10%, a taxa de conclusão do ensino secundário”.

Gráfico 8 - Taxa de conclusão do 12.º de escolaridade em Abrantes, no Médio Tejo e no Continente, de 2014/15 a 2018/19



Fonte: DGEEC

Comparando os resultados deste gráfico, verifica-se que em 2018/2019, a taxa de conclusão do ensino secundário é maior no Médio Tejo (80,3%) do que em Abrantes, que tem a mesma taxa que Portugal Continental (77,4%).

Considerando o gráfico seguinte, constata-se que entre 2014/15 e 2018/2019, houve um aumento significativo do número de alunos a concluir o ensino profissional e um ligeiro decréscimo na conclusão do ensino secundário regular.

Gráfico 9 - Número de alunos do concelho que concluíram o ensino secundário



Fonte: elaborado a partir de dados fornecidos pelas escolas

De acordo com a visão das escolas, para este aumento do número de alunos a completar o ensino secundário, terão contribuído os mecanismos criados para o despiste precoce dos alunos com insucesso escolar, que os Agrupamentos avaliam como *Bons* e a EPDRA como *Muito Bons*.

Objetivo C.4

Promover a igualdade no acesso ao ensino

De forma a promover a igualdade no acesso ao ensino, foram desenvolvidas pela EPDRA e pelos dois agrupamentos de escolas do concelho algumas ações de despiste de situações de carência económica.

Para além disso, e com o mesmo objetivo, a Câmara Municipal de Abrantes garante auxílios/apoios económicos a todas as crianças em idade escolar, cujas famílias necessitam, bem como assegura ainda atividades de animação e apoio à família no pré-escolar e apoio à família no 1º CEB a todas as crianças do concelho que frequentam o ensino público.

Quanto à eficácia dos mecanismos existentes na promoção da igualdade no acesso ao ensino, a CMA e os Agrupamentos avaliam-na globalmente como *Boa*, com exceção dos auxílios e outros apoios económicos, que as escolas consideram ser *Suficiente*.

Objetivo C.5

Adequar os transportes públicos às necessidades dos/as alunos/as

O plano de transportes escolares do município de Abrantes, aprovado anualmente, conjuga e complementa a rede de transportes públicos existentes, procurando assim assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva.

No entanto, e apesar da CMA avaliar como *Boa* a adequação dos horários dos transportes públicos às reais necessidades dos alunos, estes, quando questionados sobre esta temática, responderam que “*por vezes, não existem ligações entre autocarros, que alguns chegam atrasados à escola e que devia haver mais autocarros*”. Ainda sobre esta questão os alunos foram unanimes em afirmar que “*os transportes públicos não têm condições*”, chegando mesmo a dizer que “*os transportes são uma miséria*”, pelo que se considera que o objetivo não foi atingido.

Síntese da avaliação do Eixo 1:

Dispositivos de Melhoria dos Níveis de Qualidade do Sucesso Escolar

Evidências de concretização	Limitações e dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> • Redução das taxas de retenção e consequente aumento da taxa global de sucesso escolar entre 2014/15 e 2018/19 • Aumento do sucesso escolar nos anos de transição entre ciclos • Aumento da percentagem de alunos dos cursos científico-humanísticos com classificação positiva nos exames nacionais do 12º ano, após um percurso sem retenções no 10º e 11º anos • Aumento da percentagem de alunos com sucesso pleno no 2º ciclo e no 7º ano • Aumento global da percentagem de alunos com aproveitamento na disciplina de Português • Melhoria de resultados na disciplina de Matemática nos 5º, 7º, 10º e 12º anos • Melhoria de resultados nas disciplinas de Física e Química do ensino secundário • Melhoria de resultados na disciplina de Inglês nos 5º, 6º e 9º anos <p>Para esta melhoria de resultados contribuiu a execução das seguintes estratégias e ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Reorganização pedagógica da escola, em especial através da criação de equipas educativas ➤ Trabalho colaborativo e interdisciplinar ➤ Funcionamento dos mecanismos de articulação entre diferentes níveis de decisão pedagógica ➤ Supervisão pedagógica entre pares ➤ Realização de ações de prevenção do abandono escolar ➤ Ação das bibliotecas (escolares e municipal) 	<ul style="list-style-type: none"> • Percurso irregular na evolução dos resultados escolares entre 2014/15 e 2018/19, tendo havido mesmo alguma diminuição das taxas de aproveitamento em alguns anos de escolaridade e/ou disciplinas • O aumento da percentagem de alunos com classificação positiva nas provas nacionais do 9º ano, após um percurso sem retenções no 7º e no 8º ano, fica aquém do verificado a nível nacional • A taxa de conclusão no ensino secundário do concelho, apesar de ter aumentado, ainda é inferior à do Médio Tejo • Insuficiência das medidas de promoção da igualdade no acesso ao ensino, em especial os apoios económicos

Eixo 2 - Promoção de Ofertas Formativas/Qualificantes e sua relação com o Emprego

Linha de Atuação A

Concertação da oferta formativa entre escolas e entidades formadoras do concelho

Objetivo A.1

Articular e harmonizar a oferta formativa do concelho

Embora quase todas as entidades formativas tenham participado na proposta concertada da oferta formativa do concelho, denota-se alguma falta de harmonização das ofertas apresentadas, designadamente as do Instituto de Emprego e Formação Profissional. A este propósito, em resposta ao questionário que lhe foi apresentado, esta entidade referiu que *“não existe uma articulação específica com as escolas, na medida em que a planificação da formação no âmbito do Instituto de Emprego e Formação Profissional resulta de uma aprovação de um Plano Nacional e distribuição das áreas e modalidades formativas por região – Centro de Emprego e Formação Profissional do Médio Tejo, abrangendo neste âmbito o Médio Tejo, que inclui 13 concelhos.”* Contudo, *“procura que não exista sobreposição da oferta formativa, apesar da abrangência em causa não permitir uma afinação das respostas por concelho, mas sim, procurar ser uma resposta ampla e abrangente por necessidades de mercado identificado”*.

Constatou-se, ainda, que todas as escolas do concelho realizaram algumas iniciativas com vista ao reforço da relação entre o sistema educativo/formativo e o mundo do trabalho, nomeadamente visitas de estudo guiadas a empresas e o testemunho de ex-alunos já empregados.

Para além disso, também se realizaram protocolos com empresas e entidades responsáveis pela formação em contexto de trabalho e a oferta de certificações adicionais.

A acrescentar aos protocolos já existentes com as diferentes instituições, surgiu em 2018 um protocolo estabelecido entre o AEN2, a CMA, a Junta de Freguesia de Tramagal e as empresas Mitsubishi e Futrimetal, que permite que os alunos do curso profissional de Manutenção Industrial possam iniciar a sua formação em contexto de trabalho, logo no 10º ano.

Linha de Atuação B

Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial

Objetivo B.1

Caracterizar o tecido empresarial da região e efetuar o levantamento das necessidades de formação e emprego qualificado

O IEFP fez o levantamento das necessidades de formação das entidades empregadoras do concelho e a caracterização do tecido empresarial e das IPSS, pelo que se considera que este objetivo foi atingido.

Objetivo B.2

Verificar a empregabilidade e continuidade de estudos dos jovens que concluíram cursos profissionais no concelho

Tanto a EPDRA como o AE1 fizeram o acompanhamento do percurso profissional e escolar dos seus alunos, após a conclusão do ciclo formativo secundário profissional, pelo que o objetivo foi atingido.

Objetivo B.3

Adequar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial da região

Tanto a ESTA como a UAB – CLA de Abrantes referiram que os cursos superiores que oferecem são em áreas adequadas ao mercado de trabalho da região.

O mesmo se verifica com os cursos profissionais propostos pelos Agrupamentos e pela EPDRA, sendo de salientar que a oferta formativa da EPDRA está relacionada com uma dimensão nacional e não apenas regional, devido às especificidades da sua tipologia.

Objetivo B.4

Promover a colaboração entre empresas e entidades formadoras no desenvolvimento de ofertas formativas

Todas as entidades formadoras do concelho estabelecem, ao nível da oferta formativa, parcerias/protocolos com o tecido empresarial da região, tendo em conta que as mesmas são necessárias para a integração dos formandos em contexto prático de trabalho.

No que respeita ao desenvolvimento de ofertas formativas, a colaboração entre empresas e entidades formadoras foi considerada por ambas como *Boa*, apesar da UAB-CLA a considerar *Insuficiente* e o AE2 *Muito Boa*.

Quanto ao impacto das parcerias estabelecidas entre empresas e entidades formadoras do concelho no desenvolvimento de ofertas formativas, as escolas consideram-no globalmente *Bom*.

Linha de Atuação C

Promoção do emprego jovem

Objetivo C.1

Incentivar a criação de novas empresas (projetos com potencial)

Não foi possível aferir este objetivo, pois as ações estratégicas definidas não concorreram nem para a meta nem para o objetivo previstos.

Não obstante, a CMA referiu que as ações desenvolvidas pelos seus serviços neste domínio tiveram repercussões na criação de novas empresas.

Objetivo C.2

Incentivar a contratação e inserção de jovens no mercado de trabalho

Não foi possível identificar a existência de incentivos à contratação e inserção de jovens no mercado de trabalho. No entanto, relativamente à promoção do emprego, o IEFP referiu que “*ainda que desfasadas no tempo, entre 2015 e 2019, após conclusão dos percursos formativos, cerca de 50 empresas integraram jovens no seu mercado de trabalho*”.

Também não foi possível aferir qual o aumento percentual do número de empresas a inserir jovens no âmbito das medidas ativas de apoio ao emprego, nem quantificar anualmente o número de empresas/negócios que integraram jovens no mercado de trabalho.

Não obstante esta situação, quer o IEFP quer a CMA avaliam como *Bons* os incentivos à contratação / inserção de jovens no mercado de trabalho existentes no concelho de Abrantes.

Linha de Atuação D

Educação para o empreendedorismo

Objetivo D.1

Promover o empreendedorismo dos jovens, mediante concertação entre entidades formadoras e empresas

As entidades formadoras e as empresas do concelho de Abrantes têm procurado concertar esforços no sentido de promover o empreendedorismo dos jovens, realizando várias iniciativas potenciadoras da criação de dinâmica empresarial.

No âmbito da educação para o empreendedorismo foram ainda criados, pelo IEFP, NERSANT e Tagusvalley dispositivos online de informação e comunicação e desenvolvidas iniciativas relacionadas com o empreendedorismo jovem, nomeadamente nas redes sociais, no portal Sítio do Empreendedor e em projetos de empreendedorismo, como Empcriança, Empreenderjovem e Emprescola (NERSANT) e o Empre – Empresáro na escola (Tagusvalley).

Síntese da avaliação do Eixo 2:
Promoção de Ofertas Formativas/ Qualificantes e sua relação com o Emprego

Evidências de concretização	Limitações e dificuldades
<ul style="list-style-type: none">Impacto positivo das parcerias estabelecidas entre empresas e entidades formadoras no desenvolvimento de ofertas formativas e da formação em contexto de trabalhoAcompanhamento do percurso profissional dos alunos que concluem o ensino profissional em AbrantesPromoção do empreendedorismo dos jovens, através de iniciativas desenvolvidas pelas várias entidades do concelho e da região	<ul style="list-style-type: none">Falta de harmonização e articulação do IEFP na concertação da oferta formativa concelhiaImpossibilidade de se verificar a realização de ações conducentes à promoção do emprego jovem no concelhoImpossibilidade de identificar os incentivos à contratação e inserção de jovens no mercado no mercado de trabalho concelhio

Eixo 3 - Aprendizagem ao Longo da Vida

Linha de Atuação A

Qualificação da população adulta

Objetivo A.1

Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências pessoais e profissionais

Com o objetivo de investir na educação e na formação profissional da população adulta, todas as entidades formadoras do concelho de Abrantes proporcionaram iniciativas de formação certificada, como workshops, cursos de curta e média duração, entre outras.

Relativamente a este tipo de oferta formativa, as entidades formadoras ouvidas consideraram entre *Suficiente* e *Bom* o seu contributo para a aquisição de competências pessoais e profissionais da população adulta.

De salientar que a CMA tem divulgado, anualmente, a oferta formativa destinada à população adulta do concelho, nas diversas modalidades de educação e formação, o que acaba também por ser mais uma forma de investimento na aprendizagem ao longo da vida.

Linha de Atuação B

Partilha Intergeracional

Objetivo B.1

Promover a fixação de população jovem nas zonas rurais do concelho

Tratando-se de um objetivo extremamente exigente no que respeita às suas metas, as evidências da sua concretização são bastante reduzidas, conforme se pode comprovar pelas respostas das entidades inquiridas: CMA, IEFP, Juntas de Freguesia e TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior.¹¹

¹¹ A TAGUS não respondeu, tal como não responderam nove das treze Juntas de Freguesia do concelho. A Junta de Freguesia de S. Facundo e Vale das Mós devolveu o questionário, embora não tenha respondido às questões solicitadas.

Quando questionadas se o objetivo de promover a fixação de população jovem nas zonas rurais do concelho foi concretizado nestes últimos anos, quer a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, quer a Junta de Freguesia de S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo responderam que não, sendo que a primeira justifica que "os jovens procuram outras paragens (nomeadamente depois dos estudos secundários)" e a segunda que "o investimento nas freguesias rurais ainda é muito pouco, quando comparado com a cidade". Já a Junta de Freguesia de Bemposta refere que "quem tem o papel e capacidade de criar condições para a fixação dos jovens, é o Município, quando coloca à disposição dos possíveis interessados um conjunto de medidas que possam refletir a implementação de empresas e criação de emprego ou um conjunto de medidas de apoio à construção e fixação de residência".

Relativamente ao desenvolvimento de programas ocupacionais que originassem a criação de emprego/empresa, só o IEFP respondeu "dos seus programas de Inserção resultaram algumas contratações em IPSS's da região (entre 20 a 30)", avaliando, no entanto, como Insuficiente essa concretização, "devido sobretudo ao fraco tecido económico".

Tendo em conta que uma das metas é a realização de iniciativas e/ou projetos com a finalidade de elevar o conhecimento e a valorização do património, da história, da arte e do meio ambiente, apenas a CMA e as Juntas de Freguesia de Rio de Moinhos e S. Miguel do Rio Torto e Rossio ao Sul do Tejo responderam que tinham desenvolvido iniciativas neste âmbito.

Objetivo B.2

Aproximar as diferentes gerações e promover a troca de conhecimentos e experiências

A CMA, as Escolas e as IPSS do concelho têm realizado anualmente momentos de partilha intergeracional através dos Parlamentos Criança-Sénior, no âmbito das Jornadas da Educação de Abrantes. Para além disso, a CMA e algumas IPSS promoveram, nos últimos anos, encontros semestrais de partilha de experiências de vida entre os mais novos e os mais velhos, envolvendo várias parcerias, tal como se pode ver refletido no quadro seguinte.

Quadro 1 - Encontros semestrais de partilha de experiências de vida entre os mais novos e os mais velhos

Entidades	N.º de encontros	Parceiros envolvidos
CMA	6	CMA; Escolas; IPSS; IPDJ
CSPNS Oliveira	30	GNR
JI João Deus - Tramagal	20	Idosos do Lar Soltram
CS Interparoquial Abrantes	9	Meninos do infantário do CS Interparoquial de Abrantes; Grupo de Jovens da Chainça; Meninos da Catequese da paróquia de S. Vicente; Escuteiros de Abrantes e dois grupos de escuteiros de Lisboa
CS Vale Mós	Média anual de 15	O CS tem nas suas respostas sociais idosos e crianças, o que se torna recorrente o contacto recorrente entre ambos
CSP S Miguel Rio Torto	5	Encontros com J.I. de São Miguel do Rio Torto
Stª Casa Misericórdia Abt.	10	Escola Secundaria Dr. Manuel Fernandes e Solano Abreu

Fonte: Questionários feitos às entidades parceiras

No entanto, também algumas entidades do concelho referiram que não promoveram este tipo de encontros: o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes e a ACATIM - Associação Comunitária de Apoio à Terceira Idade de Mouriscas, porque os encontros intergeracionais não faziam parte dos seus planos de atividades anuais; o Centro Social do Souto, porque não houve possibilidade de mobilização; e o Centro Social de Rio de Moinhos, porque só realiza encontros pontuais, em parceria com o centro escolar e sem uma calendarização específica.

Apesar de se verificar que a partilha de experiências entre os mais novos e os mais velhos não é frequente, as entidades que responderam ao questionário consideraram como *Boa* ou *Muito Boa* esta aproximação e a troca de conhecimentos e experiências entre gerações, ressalvando que esta é extremamente enriquecedora.

Objetivo B.3

Aumentar as ofertas culturais nas zonas mais isoladas

Ainda numa perspetiva de partilha intergeracional, a CMA e as associações locais promovem durante todo o ano uma série de eventos culturais, nomeadamente peças de teatro ou eventos relacionados com a dança, os quais são habitualmente divulgados na Página Web e no Facebook do Município. No entanto, não foi possível verificar se este objetivo foi concretizado durante o período de vigência do PEM. De referir que nem todas as atividades das associações locais são divulgadas pelo Município, porque na maior parte das vezes as associações locais ou não informam a CMA das suas atividades, ou fazem-no muito em cima da data de realização, impedindo-a de as divulgar atempadamente.

A CMA, ao apoiar as associações na cedência de instalações e equipamentos e na isenção no pagamento de taxas, e ainda através do seu programa próprio de apoio às Coletividades do Concelho – FINABRANTES¹², contribui para o aumento das ofertas culturais nas zonas mais isoladas. Contudo, verificou-se uma diminuição do número de projetos de âmbito cultural apoiados por este programa entre 2015 e 2019, sendo que as freguesias mais rurais são aquelas onde menos se desenvolve este tipo de atividades, como é o caso das freguesias de Bemposta, Carvalhal e Fontes, que em 2019 não apresentaram qualquer projeto à área da cultura.

Linha de Atuação C

Educação para a cidadania

Objetivo C.1

Promover a aproximação entre as escolas e outras entidades no âmbito de projetos de cidadania

Todas as escolas do concelho promovem ações para aproximar escolas e outras entidades, no âmbito da educação para a cidadania. Algumas são dirigidas a toda a comunidade educativa, focadas na formação cívica e na cidadania; outras são dirigidas à população não ativa, num quadro de educação não formal, designadamente debates e/ou encontros anuais.

Quanto à avaliação que fazem do impacto das iniciativas realizadas no âmbito da educação para a cidadania, na aproximação entre as escolas e outras entidades, a CMA e o AE1 consideram-no *Suficiente* enquanto o AE2 e a EPDRA o consideram como *Bom*.

¹² FINABRANTES – Programa da CMA que se destina a manter e apoiar as atividades das diversas entidades, nas áreas da cultura, do desporto e recreio, da juventude e da intervenção social, de forma regular e diversificada

Síntese da avaliação do Eixo 3: Aprendizagem ao Longo da Vida

Evidências de concretização	Limitações e dificuldades
<ul style="list-style-type: none">• Investimento na educação e formação profissional da população adulta• Realização de diversas iniciativas que permitem a aproximação e a troca de conhecimentos entre gerações• Aproximação entre escolas e outras entidades da comunidade educativa no âmbito de projetos de cidadania• Realização de diversas atividades no âmbito da educação para a cidadania	<ul style="list-style-type: none">• Falta de concretização de ações estratégicas conducentes à promoção da fixação da população jovem nas zonas rurais do concelho• Pouca divulgação das atividades culturais nas zonas mais isoladas

Eixo 4 - Articulação Institucional

Linha de Atuação A

Desenvolver uma política educativa concertada e articulada

Objetivo A.1

Reforçar a articulação entre instituições de ensino e formação

A articulação entre instituições de ensino, embora prática corrente no que se refere à rede formativa e educativa, foi reforçada durante a implementação do PEM, resultado da ação estratégica da CMA e da CIMT.

Neste quadro, importa referir que a definição da oferta formativa não tem sido concertada com todas as entidades do concelho, uma vez que o IEFP não tem participado neste processo, pelo que o reforço da articulação entre instituições de ensino e formação não se verificou plenamente.

Objetivo A.2

Reforçar o papel do CME na articulação da política educativa concelhia

O envolvimento do Conselho Municipal de Educação, na articulação da política educativa do concelho, manifesta-se essencialmente na discussão dos relatórios de monitorização e avaliação do PEM, enviados pela Equipa do Observatório PEM, o que implicitamente reforça o seu papel, que a CMA considera como *Bom*.

A atividade deste órgão é divulgada nas reuniões de câmara e nas redes sociais do município.

Objetivo A.3

Consolidar práticas de monitorização, avaliação e divulgação da articulação da política educativa concelhia

Segundo as escolas do concelho, verifica-se que, não obstante o facto de ser produzida informação sobre as atividades camarárias dirigidas às escolas, ela não é concertada entre todos os serviços do município, o que implica duplicação de atividades e dificulta muitas vezes a participação e concertação com as escolas. Por sua vez, o município considera que esta informação tem sido concertada e articulada com as escolas.

O facto de não existirem planos anuais de atividades, onde constem todas as atividades das diferentes entidades educadoras do concelho, acaba por ser também um entrave à articulação da política educativa concelhia.

Linha de Atuação B

Mobilização das associações de pais

Objetivo B.1

Melhorar o envolvimento e a participação dos pais na escola

Com vista à consecução deste objetivo, destaca-se a criação de uma estrutura municipal de apoio ao aluno e à família, integrada no CLDS 3G, gerida pelo Centro de Recuperação e Integração de Abrantes – CRIA. Esta estrutura, criada em 2016, durou pouco mais de um ano e foi substituída, em 2018, pela Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Aluno e à Comunidade Educativa, criada pela CMA, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo. Importa sublinhar que, desde essa altura, e sempre que necessário, os diferentes elementos desta equipa, que inclui dois mediadores ciganos, reúnem com os agrupamentos de escolas e com as famílias, desenvolvendo um trabalho conjunto, concertado e articulado.

Ainda neste âmbito, e no esforço de envolver os pais na vida da escola, foi também criado pela CMA, em 2018, um Projeto de Educação Parental que trabalha diretamente com as escolas e com as associações de pais do concelho, na procura de um maior envolvimento dos pais na sua comunidade educativa.

Apesar do trabalho desenvolvido nesta área desde 2016, ouvida a CMA, esta considera que não vai além do *Suficiente* o envolvimento/ participação dos pais nas atividades educativas realizadas nas escolas. De igual modo, o AEN1 e a EPDRA consideram que o envolvimento e participação dos pais nas atividades realizadas nas escolas não melhoraram nos últimos anos, opinião contrária à do AEN2 que os considera como *Muito Bom*.

Questionadas as associações de pais sobre o seu envolvimento e participação nas atividades das escolas e do município, e ainda sobre que tipo de atividades gostariam de ver contempladas no plano anual da CMA, apenas quatro das quinze responderam ao desafio lançado pelo Observatório, sendo as seguintes as suas respostas:

Quadro 2 - Envolvimento e participação das associações de pais nas atividades das escolas e do município

Questões	Bemposta	Rio Moinhos	António Torrado	Apencalf (Lucília Moita)
Considera que o envolvimento e participação dos pais nas atividades realizadas na/s escola/s melhorou nos últimos anos?	Sim	Sim	Sim	Não
Se sim, como avalia esse envolvimento/participação?	Bom	Suficiente	Suficiente	
Se não, porquê?				Com exceção de eventos específicos, como a festa de Natal e Carnaval, de um modo geral existe pouco envolvimento dos pais nas atividades da escola
Como avalia as ações dirigidas aos pais e encarregados de educação previstas no plano de atividades do Município?	Suficiente	Bom	Bom	Muito Bom
Que atividades dirigidas aos pais gostaria de ver contempladas no plano anual de atividades do município?	NR	Benefícios do associativismo e da participação cívica no desenvolvimento pessoal e profissional	Devido à atual pandemia, não foi possível chegar presencialmente a todos os pais e encarregados de educação para os envolver/apoiar nas atividades propostas, o que dificulta a comunicação/sugestão de mais atividades.	Apesar do desinteresse dos pais, o município tem desenvolvido diversas atividades para reverter essa situação, como exemplo recente temos as atividades desenvolvidas na fase do confinamento.
Como avalia o contributo do projeto de Educação Parental do Município de Abrantes para a melhoria do envolvimento e da participação dos pais na escola?	Suficiente	Bom	Suficiente	Bom
Como avalia o contributo das Associações de Pais na política educativa concelhia?	Bom	Bom	Bom	Bom

Fonte: Questionário feito às associações de pais

Linha de Atuação C

Mobilização dos alunos

Objetivo C.1

Melhorar o envolvimento e a participação dos alunos na escola e na comunidade

Tem sido preocupação das escolas e da comunidade a criação de oportunidades concretas que levem ao envolvimento e participação dos alunos em diversas atividades. Inquiridos sobre este assunto, a EPDRA considera que não houve melhoria nos últimos quatro anos, ao contrário da CMA e dos agrupamentos de escolas que o avaliam como *Bom* (CMA e AE1) e *Muito Bom* (AE2).

A CMA faz anualmente reuniões com as associações de estudantes e promove formação para dirigentes associativos juvenis, no sentido de melhorar este envolvimento e participação.

Relativamente às atividades descritas nas metas desta linha de atuação, salienta-se, como negativo, o facto de nunca terem sido divulgadas as atas dos Parlamentos Jovem e Criança, que este PEM considera como resultado de uma boa prática do envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade. A participação nestes Parlamentos é, aliás, reconhecida pelos alunos como muito interessante, valorizando fundamentalmente os temas propostas e o convívio que proporcionam entre pessoas muito diferentes.

Quanto à participação dos alunos noutras atividades, as escolas avaliam-nas da seguinte forma:

Quadro 3 - Envolvimento/participação dos Alunos em atividades das escolas

	AEN1	AEN2
<i>Como avalia a participação dos alunos do 1º CEB no projeto para a promoção da ciência experimental, criado em 2018/19?</i>	Boa	Muito boa
<i>Como avalia o envolvimento dos alunos do 1º CEB no projeto Mocho XXI, após a sua renovação e dinamização, em 2018/19?</i>	Bom	Suficiente
<i>Para além destes projetos, existem outros na Vossa Escola/Agrupamento, que permitam melhorar o envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade?</i> <i>Se sim, quais?</i>	Sim Inúmeras atividades previstas nos PAA, desenvolvidas nas diversas escolas, com a participação da comunidade escolar e envolvente (festas, comemorações, feiras, colóquios, cerimónias, dias/ semanas temáticas, exposições, desenvolvimento de clubes e projetos, assembleias de alunos, ciclo de conversas com famílias, Eco Escolas e Educação Ambiental, Desporto Escolar,...)	Sim Entre outros destacam-se: Assembleias de Escola, por ano de escolaridade; Parlamento dos Jovens; Atividades das BE; Ações de guerrilha cultural; espetáculos musicais e de teatro em locais diversos da cidade e do concelho.

Fonte: Questionários feitos às entidades parceiras

Para conhecer a visão dos alunos sobre o seu envolvimento e participação na escola e na comunidade, a equipa do Observatório PEM realizou um *focus group* com alunos de todos os níveis de ensino e de todas as escolas básicas, profissionais e superiores do concelho, em maio de 2019¹³. Embora a voz dos alunos abrantinos seja útil na avaliação de diversos eixos/linhas de atuação, é nesta linha de atuação que ela se afigura ainda mais relevante.

Apesar de ter sido possível observar que a maioria dos alunos têm opiniões claras sobre as suas escolas, o serviço educativo que prestam e também as atividades que desenvolvem, é especialmente nos níveis secundário e superior que se verifica um maior envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade, particularmente através das associações de estudantes. Contudo, é possível verificar que mesmo os alunos do 1º ciclo têm já uma visão clara sobre os projetos que lhes são propostos e as atividades em que participam (exemplo: o concurso concelhio de leitura, assim como os jogos matemáticos, são reconhecidos como muito válidos para a promoção da leitura e para melhorar o ensino/aprendizagem da Matemática).

Em síntese, embora com poucos dados para avaliar a melhoria do envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade, podemos afirmar que, de uma forma global, os alunos dos diferentes graus de ensino revelam sentido crítico quanto às propostas e projetos que lhes são dirigidos, envolvendo-se e participando na vida das respetivas escolas e da comunidade.

Linha de Atuação D

Mobilização das diferentes instituições educativas e formativas

Objetivo D.1

Promover a articulação entre as escolas e as diferentes instituições de educação e formação e as empresas do concelho

Todos os anos, os agrupamentos/escolas fazem inúmeras parcerias com as empresas do concelho, uma vez que todos os alunos dos cursos profissionais têm de ter uma entidade onde possam fazer a sua formação em contexto de trabalho. Por esta razão a articulação entre as escolas e as diferentes instituições de educação e formação e as empresas é uma constante no concelho de Abrantes.

¹³ Ver Anexo 4 – Guião do *Focus Group* com alunos

No entanto para que esta articulação pudesse ser mais efetiva e melhor divulgada, a Comissão Permanente do CME sugeriu que a CMA organizasse um evento/seminário público, com painéis de apresentação das ofertas e possibilidades de articulação, o que ainda não se concretizou.

Síntese da avaliação do Eixo 4: Articulação Institucional

Evidências de concretização	Limitações e dificuldades
<ul style="list-style-type: none">Reforço da articulação entre instituições de ensino do concelhoIntervenção do CME na articulação da política educativa concelhiaCriação de um projeto de educação parental em AbrantesEnvolvimento e participação dos alunos nas atividades das escolas	<ul style="list-style-type: none">Falta de articulação do IEFP com as outras entidades formativas do concelhoFalta de concertação entre os diferentes serviços do municípioInexistência de um plano anual global, com todas as atividades desenvolvidas pelas diferentes entidades, no âmbito da educação e formaçãoPouco envolvimento dos pais na escolaAusência de uma federação concelhia das associações de pais ou de uma plataforma informal onde todas estejam inseridas

Eixo 5 - Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas

Linha de Atuação A

Otimização da gestão integrada e sustentada dos recursos humanos

Objetivo A.1

Melhorar o processo de articulação entre docentes, entre não docentes e cooperação entre ambos

Os agrupamentos de escolas e a escola profissional, foram unâimes em considerar o processo de articulação entre docentes e não docentes como *Bom* nos últimos 3 anos letivos.

Quanto à articulação entre técnicos do município, docentes e técnicos de educação especial e saúde, o AE1 e a CMA consideram que as reuniões de articulação entre eles foram em número igual ou superior a três, nos últimos três anos, enquanto que o AE2 e a EPDRA entendem que foram em número inferior.

Podemos, assim, concluir que a articulação entre docentes e não docentes foi mais efetiva e profícua no quadro dos agrupamentos e da escola profissional, enquanto que a que envolveu elementos exteriores se revelou mais reduzida e menos eficaz.

Objetivo A.2

Melhorar a qualificação e formação dos docentes e não docentes

No que respeita à qualificação e formação de docentes e não docentes, quer os Agrupamentos quer a EPDRA realizaram diversas ações de formação interna, em consonância com o diagnóstico prévio das necessidades que realizaram.

Uma análise mais fina, porém, permite-nos verificar que, nas três instituições educativas, enquanto que a percentagem de pessoal docente que frequentou estas ações de formação é superior a 60%, cumprindo-se a meta traçada, a percentagem respeitante ao pessoal não docente é inferior àquele valor.

Quanto à avaliação do impacto destas ações de formação na melhoria da qualificação e formação dos docentes, todas as instituições auscultadas consideram-no como *Bom*. O mesmo consenso, contudo, não se verifica quanto ao pessoal não docente pois, enquanto o AE2 e a EPDRA o avaliam como *Bom*, o AE1 avalia-o como *Insuficiente*.

Linha de Atuação B

Promoção e monitorização da sustentabilidade dos transportes

Objetivo B.1

Promover a adequação e sustentabilidade dos transportes

Relativamente à Meta “Aumentar em 5% o nº de utilizadores dos transportes públicos por parte da comunidade educativa”, não foi possível obter dados sobre o seu cumprimento.

Quanto à questão da adequação e sustentabilidade dos transportes, o AE1 foi o único que desenvolveu ações de promoção da utilização dos transportes públicos. Todos os estabelecimentos de ensino avaliam como *Suficiente* a adequação e sustentabilidade dos transportes públicos do concelho, que a CMA avalia como *Boa*.

Por sua vez, foi evidente a perspetiva negativa que os alunos têm sobre a qualidade dos transportes públicos em Abrantes: para além de serem em número insuficiente (o que leva à sua sobrelotação nos horários de ponta), têm horários desadequados e más interligações e, em muitos casos, são servidos por autocarros antigos e com falta de qualidade.

Linha de Atuação C

Monitorização e valorização dos equipamentos e infraestruturas educativas

Objetivo C.1

Monitorizar os equipamentos e infraestruturas educativas

A CMA refere que faz a monitorização dos equipamentos e infraestruturas educativas, embora este Observatório desconheça os respetivos relatórios ou resultados.

Objetivo C.2

Valorizar os equipamentos escolares, garantindo condições de segurança na escola e na sua envolvente

Nos agrupamentos de escolas é frequente a realização de ações de sensibilização sobre segurança escolar, situação que não se tem verificado na EPDRA. No que respeita à prevenção de riscos, apenas o AE2 realiza anualmente simulacros.

Objetivo C.3

Valorizar os equipamentos e infraestruturas educativas

A forma como a comunidade usufrui e utiliza regularmente os equipamentos e infraestruturas educativas é também uma forma de os valorizar. Neste sentido, o AE2 e a EPDRA abrem-se à comunidade através da assinatura de protocolos de utilização de alguns dos seus espaços escolares: ambos disponibilizam os respetivos auditórios, o primeiro disponibiliza ainda o recinto desportivo e o segundo o espaço da Herdade. Questionados sobre a avaliação do impacto dessas parcerias na valorização desses equipamentos, o AE2 avalia-o como *Muito Bom* e a EPDRA como *Suficiente*.

Linha de Atuação D

Monitorização e avaliação das refeições escolares

Objetivo D.1

Avaliar e monitorizar os refeitórios escolares

Tanto os agrupamentos de escolas como a EPDRA desenvolveram atividades/ações anuais com vista à promoção de hábitos de saúde alimentar saudáveis. Ao mesmo tempo, a CMA recrutou uma nutricionista que acompanha todo este processo e que, para além de desenvolver ações neste âmbito, produz relatórios de monitorização.

Os refeitórios escolares são dos equipamentos educativos de maior relevância, pelo que a sua monitorização e avaliação regulares são fundamentais para garantir a qualidade do serviço que prestam, o que tem sido feito pela CMA nos últimos 3 anos.

Linha de Atuação E

Conclusão da renovação do parque escolar

Objetivo E.1

Rever a Carta Educativa

Sendo claro que uma das metas do PEM – Rever a Carta Educativa até ao final de 2015 – não foi atingida, questionada a CMA sobre este assunto, esta respondeu que este facto não teve nenhuma implicação na política educativa concelhia, porque as monitorizações previstas têm sido feitas anualmente, discutidas no Conselho Municipal de Educação e aprovadas em reunião de câmara, quando são situações que carecem de deliberação deste órgão.

A Carta Educativa foi revista em 2019/2020, aprovada pelo CME em maio de 2020, encontrando-se a aguardar a pronúncia da DGEstE.

Objetivo E.2

Renovar o parque escolar do concelho

Este objetivo girou em torno das respostas do parque escolar às necessidades da comunidade educativa, da implementação de planos de emergência e dos resultados obtidos.

A CMA entende que o parque escolar concelhio responde às necessidades da comunidade educativa e que os planos de emergência dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo se têm mostrado eficazes. Apesar disso, encontra-se em construção um novo Centro Escolar em Abrantes, que irá concentrar os alunos que frequentam as escolas do centro da cidade.

Relativamente à elaboração/implementação de planos de emergência, apenas o AE2 não os elaborou/implementou em todos os edifícios escolares do agrupamento.

Síntese da avaliação do Eixo 5:

Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas



Evidências de concretização	Limitações e dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do processo de articulação e cooperação entre docentes e não docentes • Melhoria da qualificação e formação dos docentes • Garantia de condições de segurança na escola e na sua envolvente • Valorização dos equipamentos e infraestruturas educativas por parte das escolas • Recurso a uma nutricionista para acompanhamento e monitorização das refeições escolares • Renovação do parque escolar concelhio 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido investimento na qualificação e formação dos não docentes • Rede de transportes pouco adequada às necessidades dos alunos • Atraso na homologação da revisão da Carta Educativa • Falta de implementação de planos de emergência em algumas escolas do concelho

Eixo 6 - Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM

Linha de Atuação A

Monitorização e Avaliação do PEM

Objetivo A.1

Acompanhar o desenvolvimento dos diferentes eixos do PEM, tendo em conta a programação prevista

Tendo em conta o previsto para a concretização deste objetivo, foi criada, em julho de 2015, uma equipa do Observatório PEM, que se apresenta como uma estrutura e um instrumento articulado e integrado de monitorização, regulação, avaliação e melhoria dos processos e resultados do Projeto Educativo Municipal de Abrantes.

Este Observatório PEM é constituído por cinco membros, designados pelos Agrupamentos de Escolas, ESTA, EPDRA e Câmara Municipal e apoiada científicamente por um consultor da Universidade Católica do Porto.

Até final de 2020 esta equipa, tal como já referido anteriormente, criou mecanismos e instrumentos de recolha de dados/informações e elaborou três Relatórios de Monitorização e um 1º Relatório de Avaliação, que apresentou ao CME.

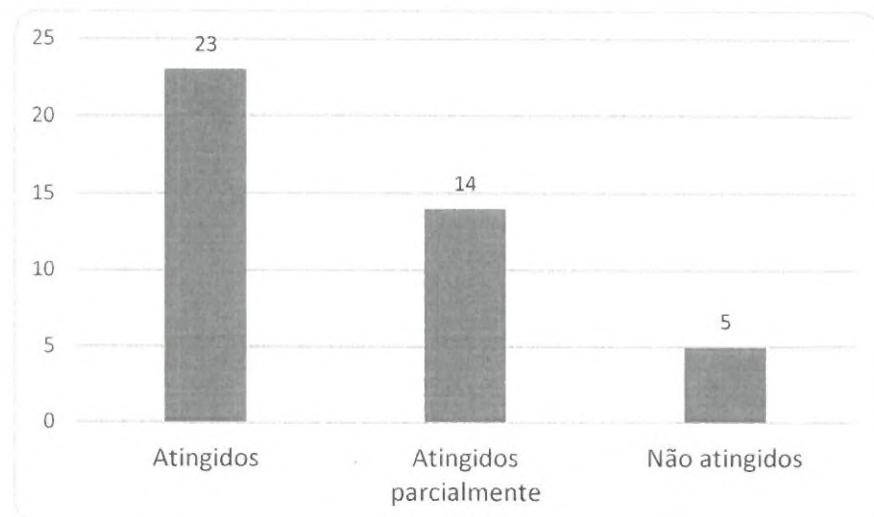
Objetivo A.2

Avaliar os processos e os resultados da implementação do PEM

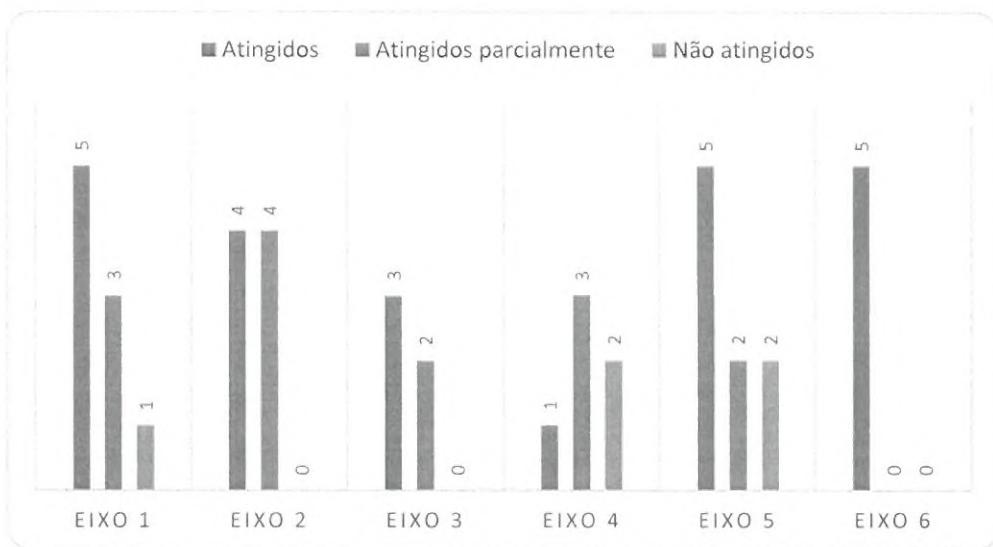
No sentido de avaliar os resultados do PEM, a Equipa do Observatório elaborou e aplicou vários Questionários e Checklist's e realizou uma sessão na modalidade de *focus group*.

A avaliação realizada neste contexto permitiu concluir que algumas das metas e objetivos formulados se mostraram irrealistas ou demasiado ambiciosos embora, globalmente, os objetivos e resultados previstos foram genericamente alcançados, embora de forma desigual consoante os objetivos em causa.

Os gráficos que se seguem mostram-nos a execução dos 42 objetivos definidos, globalmente e por eixo, que pode ser analisada com mais detalhe no quadro 4 do presente relatório.

Gráfico 10 - PEM – Execução Global dos Objetivos

Fonte: tratamento próprio

Gráfico 11 - PEM – Execução dos Objetivos por Eixo

Fonte: tratamento próprio

Considerando que a articulação institucional se constituiu como princípio transversal ao Projeto Educativo Municipal, o Eixo 4, apesar de ser de primordial importância, foi aquele onde se verificou um menor número de objetivos atingidos na sua plenitude. Sendo assim e para o futuro, será fundamental a existência de uma política educativa concertada, comprometida e efetivamente articulada.

Linha de Atuação B

Investigação e Formação

Objetivo B.1

Apoiar cientificamente a implementação do PEM

De entre as metas e ações propostas para a concretização deste objetivo, destacamos o acompanhamento feito por uma Instituição de Ensino Superior, neste caso a Faculdade de Educação e Psicologia do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Durante toda a implementação do PEM, esta mesma instituição acompanhou cientificamente os docentes dos agrupamentos e da EPDRA em diversas áreas, de acordo com as necessidades identificadas e os técnicos do município que trabalham na área da educação como, aliás, já foi referido em relatórios anteriores. Foi também muito frequente, e especialmente frutuoso, o acompanhamento feito à equipa do Observatório, particularmente na fase final de avaliação do PEM.

Tendo em conta o previsto, foi realizada uma ação de formação para a equipa do Observatório PEM e outra destinada aos técnicos do município que trabalham na área da Educação. De igual modo, foi organizada uma ação de formação certificada, com duração de 25 horas, sobre “Estratégias de articulação curricular e ensino”, ministrada por uma docente e Investigadora da Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia do Porto, que contou com a participação de 20 docentes dos dois agrupamentos de escolas e da escola profissional do concelho.

Objetivo B.2

Promover a investigação-ação

Tal como já foi referido em relatório anterior, foi desenvolvido no âmbito deste objetivo um estudo de caso múltiplo sobre a influência das lideranças na melhoria do ensino e da qualidade das aprendizagens. O resultado deste trabalho, elaborado por uma equipa constituída por investigadores/professores dos dois Agrupamentos e da EPDRA¹⁴ e coordenado pela professora doutora Maria do Céu Roldão, foi publicado, em outubro de 2019, no livro “*Quem lidera o ensino e a aprendizagem nas escolas? – Um estudo de caso múltiplo sobre lideranças pedagógicas*”.

¹⁴ Do AEN1, a docente M^a da Conceição Colaço; do AEN2, os docentes M^a de Fátima Morgado, M^a Irene Almeida e Nuno Gil e da EPDRA, as docentes Anabela Tavares e Marly Serras.

Linha de Atuação C

Reformulação do PEM

Objetivo C.1

Reformular o PEM de acordo com os resultados da avaliação

Embora não seja atribuição da Equipa do Observatório a reformulação do PEM, todos os relatórios por si produzidos apresentam dados originais e conclusões muito relevantes sobre a realidade educativa do concelho de Abrantes, pelo que fará todo o sentido que essa reformulação tenha em conta o presente relatório.

Mao

Síntese da avaliação do Eixo 6:

Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do PEM

Evidências de concretização	Limitações e dificuldades
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Relatórios de monitorização e avaliação do PEM pela equipa do Observatório • Elaboração e aplicação de diferentes técnicas e instrumentos de monitorização e avaliação do PEM (<i>Focus Group, Questionários, Checklist's, Análise documental e de dados estatísticos, etc.</i>) • Percentagem dos objetivos previstos atingidos • Apoio científico na implementação do PEM e acompanhamento da equipa do Observatório • Elaboração de um estudo de caso múltiplo sobre a influência das lideranças na melhoria do ensino e da qualidade das aprendizagens e respetiva publicação • Apresentação de várias propostas conducentes à revisão PEM 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de operacionalização da Comissão Permanente do CME no processo de implementação do PEM • Inexistência de planos de atividades anuais/bianuais do PEM

4. Conclusões

Na elaboração do PEM, a opção recaiu sobre a construção de um Projeto pormenorizado e demasiado ambicioso. A sua execução revelou algum desfasamento entre as boas intenções iniciais e o confronto com a realidade. Esse desfasamento explica a dificuldade em alcançar alguns dos objetivos fixados e a falta de execução de algumas das ações e metas previstas.

Também a falta de clareza e a redundância de alguns dos objetivos do PEM dificultou a sua implementação.

Embora se tivesse colocado a hipótese de criar uma equipa responsável pela implementação do PEM, essa responsabilidade acabou por recair sobre a Comissão Permanente do CME. Por motivos não totalmente identificados, constatou-se alguma inoperacionalidade ao nível do programa de implementação, em especial no que respeita à elaboração de planos anuais de atividades, à fixação de prioridades e ao impulsionamento das ações.

Para além disso, apesar do PEM definir os parceiros responsáveis pela coordenação e execução de cada uma das ações, constatou-se que algumas das entidades não prestaram informação sobre a consecução de algumas das ações cuja responsabilidade lhes cabia.

À falta de evidências concretas no que respeita à consecução de alguns dos objetivos, metas e ações, a equipa do Observatório limitou-se, nesses casos, a ouvir e transcrever a opinião dos parceiros intervenientes responsáveis pela sua execução.

Não obstante as dificuldades já elencadas, a grande maioria dos objetivos previstos no PEM foi concretizada, no todo ou em parte, conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro 4 - Síntese da Execução dos Objetivos

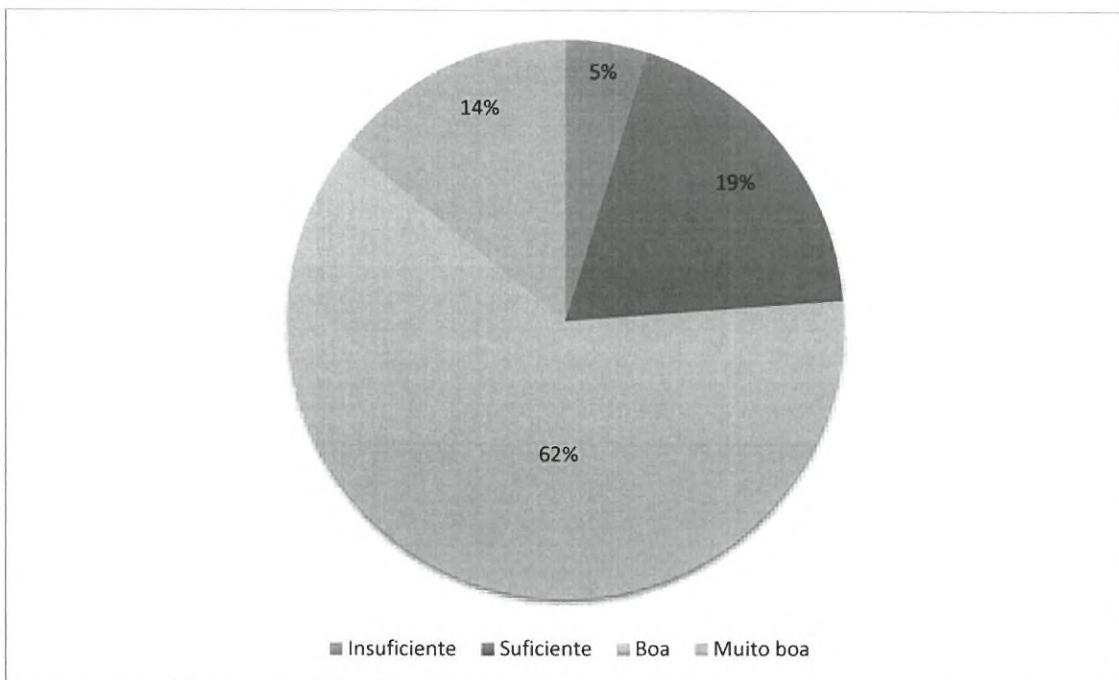
Eixo 1 - Dispositivos de Melhoria dos Níveis de Qualidade do Sucesso Escolar	Linha de Atuação	Objetivos	Atingido	Atingido Parcialmente	Não Atingido
	Melhoria da organização e da qualidade do ensino face aos contextos atuais	Melhorar a qualidade da organização do ensino face aos contextos atuais	X		
Promoção da qualidade do Sucesso Educativo		Promover e melhorar a qualidade do sucesso educativo, envolvendo toda a comunidade educativa		X	
		Agir preventivamente sobre as causas do insucesso, desde o pré-escolar, que se situam na área de intervenção da escola	X		
		Incentivar as crianças/jovens a estar na escola e a irem às aulas	X		
Prevenção do Abandono Escolar		Promover a extinção do abandono escolar		X	
		Diminuir a taxa de retenção		X	
		Aumentar o número de alunos que completam o ensino secundário	X		
		Promover a igualdade no acesso ao ensino	X		
		Adequar os transportes públicos às necessidades dos alunos			X

Linha de Atuação		Objetivos	Atingido	Atingido Parcialmente	Não Atingido
Eixo 2 - <i>Promoção de Ofertas Formativas/Qualificantes e sua relação com o</i>	Concertação da oferta formativa entre escolas e entidades formadoras do concelho	Articular e harmonizar a oferta formativa do concelho		X	
	Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial	Caracterizar o tecido empresarial da região e efetuar o levantamento das necessidades de formação e emprego qualificado		X	
		Verificar a empregabilidade e continuidade de estudos dos jovens que concluíram cursos profissionais no concelho		X	
		Adequar a oferta formativa às necessidades do tecido empresarial da região	X		
		Promover a colaboração entre empresas e entidades formadoras no desenvolvimento de ofertas formativas	X		
	Promoção do emprego jovem	Incentivar a criação de novas empresas (projetos com potencial)		X	
		Incentivar a contratação e inserção de jovens no mercado de trabalho	X		
	Educação para o empreendedorismo	Promover o empreendedorismo dos jovens, mediante concertação entre entidades formadoras e empresas	X		
	Qualificação da população adulta	Investir na educação e na formação profissional para a aquisição de competências pessoais e profissionais	X		
	Partilha Intergeracional	Promover a fixação de população jovem nas zonas rurais do concelho		X	
Eixo 3 – <i>Aprendizagem ao Longo da Vida</i>		Aproximar as diferentes gerações e promover a troca de conhecimentos e experiências	X		
		Aumentar as ofertas culturais nas zonas mais isoladas		X	
	Educação para a cidadania	Promover a aproximação entre as escolas e outras entidades no âmbito de projetos de cidadania	X		
	Desenvolvimento de uma política educativa concertada e articulada	Reforçar a articulação entre instituições de ensino e formação			X
		Reforçar o papel do CME na articulação da política educativa concelhia		X	
Eixo 4 - <i>Articulação Institucional</i>		Consolidar práticas de monitorização, avaliação e divulgação da articulação da política educativa concelhia			X
	Mobilização das associações de pais	Melhorar o envolvimento e a participação dos pais na escola		X	
	Mobilização dos alunos	Melhorar o envolvimento e participação dos alunos na escola e na comunidade		X	
	Mobilização das diferentes instituições educativas e formativas	Promover a articulação entre as escolas e as diferentes instituições de educação e formação e as empresas do concelho	X		

Linha de Atuação		Objetivos	Atingido	Atingido Parcialmente	Não Atingido
Eixo 5 - Valorização Educativa dos Recursos, Equipamentos e Infraestruturas	Otimização da gestão integrada e sustentada dos recursos humanos	Melhorar o processo de articulação entre docentes, entre não docentes e cooperação entre ambos		X	
		Melhorar a qualificação e formação dos docentes e não docentes	X		
	Promoção e monitorização da sustentabilidade dos transportes	Promover a adequação e sustentabilidade dos transportes			X
	Monitorização e valorização dos equipamentos e infraestruturas educativas	Monitorizar os equipamentos e infraestruturas educativas	X		
		Valorizar os equipamentos escolares, garantindo condições de segurança na escola e na sua envolvente		X	
		Valorizar os equipamentos e infraestruturas educativas	X		
	Monitorização e avaliação das refeições escolares	Avaliar e monitorizar os refeitórios escolares	X		
	Conclusão da renovação do parque escolar	Rever a Carta Educativa			X
		Renovar o parque escolar do concelho	X		
Eixo 6 - Linha de Investigação sobre o Desenvolvimento do	Monitorização e avaliação do PEM	Acompanhar o desenvolvimento dos diferentes eixos do PEM, tendo em conta a programação prevista	X		
		Avaliar os processos e os resultados da implementação do PEM	X		
	Investigação e Formação	Apoiar cientificamente a implementação do PEM	X		
		Promover a investigação-ação	X		
	Reformulação do PEM	Reformular o PEM de acordo com os resultados da avaliação	X		

Fonte: tratamento próprio

Em termos de avaliação global, apenas uma das 29 entidades respondentes classificou de *Insuficiente* a execução do PEM, sendo que 76% das entidades a avaliou de *Boa* e *Muito Boa*, tal como se pode verificar no gráfico seguinte:

Gráfico 12 - Avaliação Global do PEM

Fonte: tratamento próprio

Algumas das entidades auscultadas justificaram as suas respostas relativamente à avaliação global do PEM, de que se transcrevem os seguintes extratos:

a) AE2

"Numa análise muito global, considero que a execução do PEM não atingiu plenamente os seus objetivos por duas ordens de razão. Se, por um lado, é natural que todos os projetos com ambição não se cumpram integralmente e lancem desafios para a sua continuidade, por outro, e tal como já foi referido noutras fóruns, não deixa de ser surpreendente que as maiores dificuldades de cumprimento das ações e metas previstas, se tenham verificado nos parceiros das escolas."

b) Tagusvalley

"Na área do empreendedorismo a adesão das escolas foi reduzida, registando-se também pouca participação no Arrisca, quer no ensino secundário, quer no ensino superior."

**c) Junta de Freguesia de Rio de Moinhos**

"Vivemos num mundo global onde a facilidade dos jovens em se deslocar é notória. Os interesses são bastante diferentes da geração dos nossos pais e avós. As grandes cidades oferecem diversas condições, quer em qualidade, quer em quantidade."

d) Associação de Pais do JI/EB António Torrado

"Globalmente a execução é avaliada positivamente a nível de atividades propostas, embora o feedback dos encarregados de educação se manifestou com falta de tempo e disponibilidade para as desenvolver."

e) Centro Social Interparoquial de Abrantes

"Tendo por base a avaliação do eixo 3, do qual tivemos a oportunidade de ser convidados e que por incompatibilidade de disponibilidade não nos foi possível participar, consideramos que a execução do PME funcionou por ter sido um plano pensado na nossa população-alvo, por ter sido dinâmico, abrangente, informativo e elucidativo para os benefícios das atividades intergeracionais."



5. Recomendações

No período de seis anos decorrido após a aprovação do PEM, e para além das intervenções e projetos implementados, foi possível observar algumas alterações no contexto (macro e micro) que justificam uma revisitação da estratégia adotada, no sentido de propiciar uma reflexão crítica sobre a execução do Projeto e sobre as necessidades de reorientação e posicionamento estratégico para o futuro.

Que resultados foram alcançados? Que desafios persistem?

A atualização do diagnóstico à luz da leitura e interpretação das alterações de contexto, entre outras, permitiu confirmar alguns dos pressupostos que estiveram na origem da definição da estratégia delineada em 2015, bem como identificar agentes de mudança que sugerem alguns ajustamentos, a consolidação de algumas linhas de atuação e a integração ou exclusão de novos objetivos e metas.

A leitura e observação do território educativo do concelho de Abrantes permitem inferir da atualidade da grande maioria dos eixos do PEM anteriormente identificados. Considerados agora sob uma outra perspetiva, estes deverão ser reinterpretados, numa lógica de simplificação e enfoque no essencial: diagnóstico, plano estratégico de ação, implementação e avaliação. De ressalvar que o plano de ação não deverá ser confundido com os planos anuais de atividades que o operacionalizam.

Para a implementação do PEM, recomenda-se também a criação de uma equipa, emanada do CME, com efetiva disponibilidade para o exercício dessa função.

5.1 Metodologia e Estrutura do novo PEM

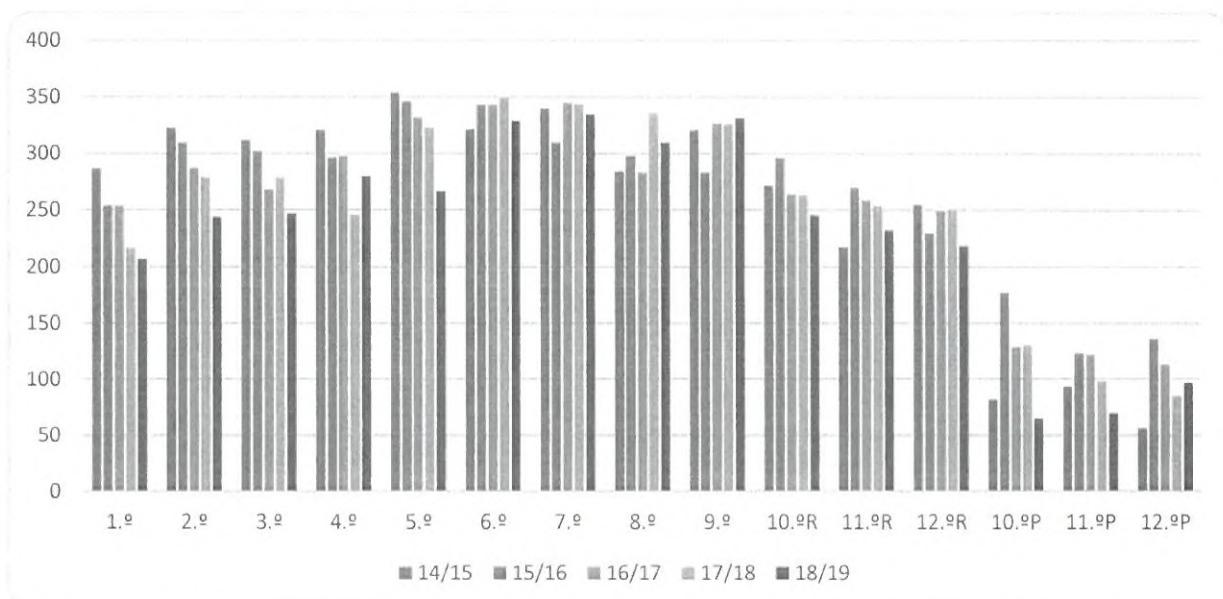
A metodologia a adotar para a Revisão do Projeto Educativo Municipal de Abrantes deverá privilegiar a auscultação e implicação dos agentes locais, enquanto elementos intervenientes e destinatários da operacionalização da estratégia, dando assim continuidade ao trabalho prosseguido anteriormente.

A existência e dinâmica do CME, no qual estão congregados representantes de toda a comunidade educativa, é de enorme relevância, quer no que diz respeito à organização do próprio trabalho de terreno, quer no que concerne aos valiosos contributos a integrar no conjunto de intervenções a ser propostas. Nesse sentido é fundamental que o CME assuma um papel central na implementação e acompanhamento do PEM, podendo criar equipas que operacionalizem essas funções.

Após a avaliação do PEM pela equipa do Observatório, deverá ser da responsabilidade de uma outra equipa a revisão ou construção de um novo PEM, conforme previsto no Regimento do CME. Esta deverá ter em conta não só a avaliação efetuada no presente relatório e no terceiro relatório de monitorização, cujas propostas de alteração ao plano de ação se encontram resumidas no seu **Anexo 7**, como também a atualização do diagnóstico prévio à revisão do PEM, através de uma nova análise SWOT.

No diagnóstico a realizar, é fundamental ter em conta, para além de outros indicadores e fatores não menos importantes, a realidade demográfica do concelho e a evolução da população escolar (ver gráfico seguinte).

Gráfico 13 - Alunos Matriculados – 2014/2015 a 2018/2019



Fonte: Dados das escolas

Em termos gerais, sugere-se que o novo documento do PEM tenha uma estrutura idêntica ao que foi aprovado em 2015. Assim, propõe-se que o novo PEM conte com os seguintes capítulos:

I – Diagnóstico e Análise SWOT

Para além da atualização estatística e factual com incidência na área da Educação/Formação, sugere-se ainda que sejam tidos em conta a avaliação externa das escolas, a avaliação dos cursos do ensino superior e a avaliação dos Centros Qualifica.

II - Plano de Ação

O Plano de Ação poderá contemplar Eixos Estratégicos, Linhas Orientadoras, Objetivos, Medidas/Ações e Entidades Responsáveis/Recursos, mas não deverá incluir atividades, as quais poderão ser remetidas para planos anuais ou plurianuais do PEM.

III – Implementação do Plano de Ação do PEM

Para implementar o Plano de Ação do PEM é desejável a criação de uma equipa de trabalho, que deverá também elaborar os planos anuais/plurianuais de atividades.

IV - Monitorização / Avaliação

Recomenda-se que a monitorização/avaliação do PEM continue a ser da responsabilidade do Observatório.



5.2 Propostas para o Plano de Ação do PEM

Propõem-se ainda as seguintes alterações nos Eixos e Linhas Orientadoras do Plano de Ação do PEM:

Eixo 1 – Equidade e Igualdade de Oportunidades no acesso e sucesso educativos

Linhos Orientadoras

- Prevenção do abandono escolar
- Inovação na organização pedagógica da escola
- Melhoria da qualidade do sucesso educativo
- Inclusão e Multiculturalidade

Eixo 2 - Qualificação Profissional e Emprego

Linhos Orientadoras

- Concertação na definição da oferta formativa do concelho
- Oferta formativa e necessidades do tecido empresarial
- Promoção do emprego jovem
- Educação para o empreendedorismo

Eixo 3 - Promoção do Conhecimento e Aprendizagem ao Longo da Vida

Linhos Orientadoras

- Educação para a cidadania
- Qualificação da população adulta
- Partilha Intergeracional
- Valorização dos recursos endógenos



Eixo 4 - Articulação e Cooperação Institucional

Linhos Orientadoras

- Desenvolvimento de uma cultura de trabalho colaborativo entre instituições
- Cooperação entre as diferentes instituições educativas e formativas
- Reforço da articulação e colaboração entre Município e Escolas
- Mobilização das Associações de Pais

Eixo 5 - Valorização dos Recursos Educativos

Linhos Orientadoras

- Promoção da formação contínua dos agentes educativos
- Otimização da gestão integrada e sustentada dos recursos humanos
- Valorização e monitorização dos equipamentos e infraestruturas educativas
- Promoção e monitorização da qualidade e sustentabilidade dos transportes escolares
- Monitorização e avaliação das refeições escolares
- Otimização dos recursos tecnológicos
- Implementação e revisão da Carta Educativa

Eixo 6 – Investigação em Educação e Formação

Linhos Orientadoras

- Promoção da Investigação-Ação
- Aprofundamento da reflexão sobre temáticas de educação e formação
(exemplos: Jornadas da Educação, Ciclos de Conferências, ...)

Reflexão Final

Todo o trabalho de monitorização e avaliação do PEM, que se finaliza na elaboração e apresentação do presente relatório, traduz-se no resultado final de uma tarefa bastante gratificante, uma vez que nos permitiu, enquanto Equipa do Observatório, fazer uma profunda reflexão sobre o trabalho desenvolvido no âmbito da educação, no concelho de Abrantes.

Este é um trabalho inédito ao nível do concelho, uma vez que se trata de avaliar a execução do primeiro Projeto Educativo Municipal de Abrantes. Não obstante algumas dificuldades, quer ao nível da clareza e exequibilidade de alguns objetivos e metas do plano de ação, quer da dificuldade em obter, da parte de alguns parceiros, informação relevante sobre os resultados e evidências da execução do plano, entendemos que foi de relevância estratégica o facto de Abrantes ter investido na conceção, implementação e avaliação do PEM.

Neste sentido, consideramos ter dado um contributo válido para o conhecimento aprofundado da realidade educativa de Abrantes e esperamos agora que toda a comunidade se aproprie desse conhecimento, e o use para a melhoria da qualificação dos munícipes e do sucesso educativo das crianças e jovens, que a todos nos convoca.



Anexos

Anexo 1 - Resultados preliminares do sucesso escolar, no período de vigência do PEM apresentados no CME de 04/11/2020

Anexo 2 - Sessões de trabalho do OPEM

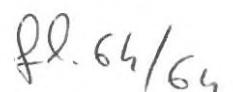
Anexo 3 - Questionários enviados à comunidade educativa

Anexo 4 - Guião do Focus Group dos alunos

Anexo 5 - Dados do sucesso – 2014/2015 a 2018/2019 – Gráficos

Anexo 6 - Resultados da análise dos questionários enviados aos diferentes parceiros educativos

Anexo 7 - Propostas de alteração ao Plano de Ação do PEM, emanadas do Observatório PEM



Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

9. - Autorização da assunção de compromisso plurianual para "Fornecimento de refeições confeccionadas em refeitórios escolares dos estabelecimentos do pré-escolar, ensino básico e secundário do concelho de Abrantes – Retificação da deliberação da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2021

Deliberação: Considerando a informação prestada e deliberação da Câmara Municipal de Abrantes de 01 de junho de 2021, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, **retifica a deliberação tomada em 30 de abril de 2021, anulando e substituindo a mesma, com o seguinte teor:**

"Considerando o disposto no nº 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, em vigor por força da alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com a alínea b) do nº 1 do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, ambas na atual redação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, **autoriza a assunção de compromisso plurianual relativo à "Aquisição de Serviços para Fornecimento de Refeições às Escolas do Concelho de Abrantes, para os anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023", no montante de 646.732,00€ (seiscentos e quarenta e seis mil setecentos e trinta e dois euros) por ano, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor."**

Votação: Aprovado por unanimidade.

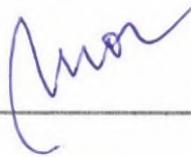
Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos



(doc. ____)

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

10. – Autorização da assunção de compromisso plurianual da despesa a realizar com o contrato a celebrar para “Aquisição de energia elétrica para diversas instalações municipais, em Baixa Tensão Especial e Média Tensão, no montante anual de 285.000,00€ (duzentos e oitenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor

Deliberação: Considerando o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, e, considerando o disposto na alínea b) do nº 1 e o nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, delibera *autorizar a assunção de compromisso plurianual da despesa a realizar com o contrato a celebrar para “Aquisição de energia elétrica para diversas instalações municipais, em Baixa Tensão Especial e Média Tensão, no montante anual de 285.000,00€ (duzentos e oitenta e cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.*

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

(doc. ____)

Sessão ordinária – 18 de junho de 2021

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

11. – Autorização da assunção de compromisso plurianual para “Prestação de Serviços na Área de Seguros”, no montante de 534.900,00€ (quinhentos e trinta e quatro mil e novecentos euros) para os 36 meses de vigência do contrato

Deliberação: Considerando o disposto na alínea na alínea b) do número 1 do artigo 3º e na alínea c) do nº 1 do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, **autoriza a assunção do compromisso plurianual para “Prestação de Serviços na Área de Seguros”, no montante de 534.900,00€ (quinhentos e trinta e quatro mil e novecentos euros) para os 36 meses de vigência do contrato.**

Votação: *Aprovado por unanimidade.*

Proposta de deliberação aprovada em minuta, nos termos dos nºs 3 e 4 artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal

António Lucas Gomes Mor

1º Secretário

Manuel Duarte dos Santos

Manuel Duarte dos Santos